

Luciano Novaes Vidon

DIALOGIA, ESTILO E ARGUMENTAÇÃO
NO TRABALHO DE UM SUJEITO
COM A LINGUAGEM

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de
Linguística Aplicada do Instituto de Estudos
da Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Linguística
Aplicada na Área de Ensino-Aprendizagem
de Língua Materna.

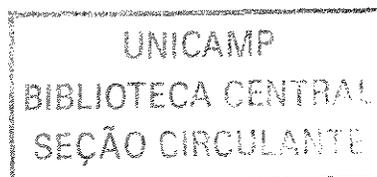
Orientadora: Profa. Dra. Maria Laura T.
Mayrink-Sabinson

Agência Financiadora: CAPES

20033361797

Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem

2003



UNIDADE	BC
Nº CHAMADA TI UNICAMP	V669d
V	EX
TOMBO BC/	56583
PROC.	16.124703
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	
Nº CPD	

CM00192886-2

Bib id 307070

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

V669d

Vidon, Luciano Novaes

Dialogia, estilo e argumentação no trabalho de um sujeito com a linguagem / Luciano Novaes Vidon. - - Campinas, SP: [s.n.], 2003.

Orientadora: Maria Laura T. Mayrink-Sabinson

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Escrita. 2. Subjetividade. 3. Estilo. 4. Análise do discurso. I. Mayrink-Sabinson, Maria Laura T. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Profa. Dra. Maria Laura T. Mayrink-Sabinson - Orientadora

Profa. Dra. Raquel Salek Fiad

Prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo

Prof. Dr. Sírio Possenti

Prof. Dr. Lourenço Chacon Jurado Filho

Profa. Dra. Maria Bernadette M. Abaurre

Prof. Dr. Eric M. Sabinson

Este exemplar e a redação final da tese defendida por Luciana

Wagner Vidon

e aprovada pela Comissão Julgadora em

10/10/2003.

Marlene Chacon Jurado - Sabinson

Dedico este trabalho a meus pais, Amaury R. Vidon e Maria Helena Novaes Vidon, minha esposa, Geyza R. Oliveira N. Vidon, e minhas filhas, Livia e Maíza Oliveira Novaes Vidon.

Lalau, Eric e Lia
Leíse e Paulinho
Ludovico e Leci
Tia Gerolisa, Tio Getúlio e Geovani
Germano e Fabiana
Amigos, amigas
IEL, funcionários e professores
Capes e CNPq

MUITO OBRIGADO!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
QUADRO TEÓRICO	22
<i>VISÕES DE ESTILO</i>	23
<i>CRÍTICA BAKHTINIANA ÀS VISÕES TRADICIONAIS DE ESTILO</i>	31
<i>ESTILO COMO TRABALHO DE ESCOLHAS NA LINGUAGEM</i>	36
<i>BAKHTIN, A QUESTÃO DA SUBJETIVIDADE E OS GÊNEROS DO DISCURSO</i>	47
<i>SUBJETIVIDADE, DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO</i>	67
CORPUS, METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS	76
<i>ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS</i>	77
<i>O PARADIGMA INDICIÁRIO</i>	84
<i>A ESCRITA INICIAL DE LM: TENDÊNCIAS ESTILÍSTICAS E O TRABALHO DA ESCOLA</i>	91
<i>A EMERGÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO DA ARGUMENTAÇÃO E DO ESTILO EM GÊNEROS DIVERSOS</i>	110
<i>HUMOR É COISA SÉRIA</i>	126
<i>PANIS ET CIRCENSES</i>	150
<i>O TOPOS SALÁRIO-MÍNIMO COMO LUGAR DO NONSENSE E DO GROTESCO</i>	155
CONCLUSÃO	158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165

RESUMO

Neste trabalho, textos produzidos por um sujeito são tomados como *corpus* longitudinal, no qual são buscados dados qualitativos capazes de tornar possível uma discussão sobre estilo e argumentação. Os textos analisados são de um indivíduo em processo de aquisição da escrita. Conforme os objetivos e hipóteses do trabalho, privilegiam-se textos predominantemente argumentativos. A argumentação é concebida segundo Perelman (1996 [com Olbrechts-Tyteca] e 1997). Pergunta-se se é possível encontrar estilo em argumentações do sujeito pesquisado. Entende-se, por estilo, o trabalho de escolhas (Granger, 1969; Possenti, 1988) realizado na linguagem, concebida, por sua vez, de acordo com Franchi (1977), no sentido de atividade constitutiva, com Geraldini (1995), no sentido de ação (com, sobre e da linguagem) e com Bakhtin (1992a; 1992b), que estabelece, como princípio lingüístico, o dialogismo. Partindo desse conceito bakhtiniano, as relações entre um eu e um outro da linguagem foram assumidas como constitutivas, tanto do trabalho argumentativo do sujeito, quanto do seu trabalho estilístico. Dentro dessa perspectiva, postulou-se, também com Bakhtin (op. cit.), que o trabalho com os gêneros do discurso é que fundaria e fundamentaria os trabalhos argumentativos e estilísticos revelados pelos dados analisados.

Abstract

This dissertation presents the results of a longitudinal study on the emergence of individual style and argumentation. The methodology used in this study is based on the indiciary paradigm for investigation in the Humanities [Ginzburg (1968)], given that this paradigm takes into account data often considered marginal in studies not preoccupied with a subject's "work" in the representational construction of written language. Argumentation is understood according to Perelman [(1996) with Olbrechts-Tyteca], (1997). The principal question of this study is whether style can be found in argumentation. Style is understood as a matter of choices [Possenti (1988)] as realized in language understood as constitutive [Franchi (1977)] and as activity [Geraldi (1995)], within a Bakhtinian framework (1992a, 1992b), which establishes dialogue as the principal linguistic mechanism. Relations between the self and another within language are assumed to be constitutive not only of the subject's argumentation, but also in terms of the development of style. Within this perspective, as postulated by Bakhtin (op. cit.) and revealed within the analysis of the subject's writing, argumentation and style are founded on discourse genres.

INTRODUÇÃO

No XL Seminário do GEL [Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo], em 1992, em um grupo de trabalho, Possenti, Abaurre, Fiad e Mayrink-Sabinson, todos pesquisadores do Instituto de Estudos da Linguagem [IEL] da Unicamp, debatiam o tema “*O papel do individual na construção da sistematicidade: reflexões sobre aquisição da representação escrita da linguagem*”. Os pontos de vista defendidos¹ se fundavam em uma concepção de linguagem que a toma como atividade constitutiva de si, do outro e do sujeito dessa mesma linguagem, conforme Franchi (1992 [1977]), e parte do pressuposto de que a natureza da relação sujeito-linguagem é sócio-histórica, conforme Geraldini (1995). Nesta concepção de linguagem, os sujeitos envolvidos na interlocução bem como a língua que eles usam são constituídos na própria atividade de linguagem, em ações lingüísticas diversas, com e sobre a linguagem.

Franchi (op. cit.: 24-5) recusou entender a língua do ponto de vista puramente funcionalista que a vê como instrumento ou ferramenta de uso social. Para o autor, age-se, sim, com a língua (comunicam-se experiências, estabelecem-se, por ela, laços “contratuais”, influencia-se os outros) mas há um tipo peculiar de ação lingüística, aquela que elabora a própria linguagem e que é ativa e criadora. Neste nível de ação, é imprescindível, para Franchi, levar em conta a interioridade lingüística em sua relação constitutiva com a exterioridade. Conforme o autor (id.: 25),

“...antes de ser para a comunicação, a linguagem é para a elaboração; e antes de ser mensagem, a linguagem é construção do pensamento; e antes de ser veículo de sentimentos, idéias, emoções, aspirações, a linguagem é um processo criador em que organizamos e informamos as nossas experiências.”

¹ Os textos de Abaurre, Fiad, Mayrink-Sabinson e Possenti, publicados individualmente nos Estudos Lingüísticos XXII - Anais de Seminários do GEL - são resultados dessa reflexão.

Segundo Franchi, a descrição funcionalista *tradicional* é reduzida porque não considera a flexibilidade da linguagem, o movimento que de fato dinamiza, mexe com um dado quadro de fatores externos (convenções sociais, parâmetros situacionais etc.). Isto não quer dizer que não haja regularidades, elementos sistêmicos. Há um certo esquema estrutural, sim, porque há história. Porém é no interior dessa mesma história que se dá o movimento, a recursividade da língua, a alteração de esquemas pré-concebidos, reavaliações, reinterpretações. É no âmago dessa história que se estabelecem relações constitutivas do sujeito na linguagem e a possibilidade e, claro, a existência de ações lingüísticas não apenas (pre)ocupadas com a comunicação, com um fim específico, mas atentas a outro processo, de elaboração da própria linguagem, de arranjo de idéias, de constituição do sujeito. A linguagem não reflete pura e simplesmente a realidade. Ela é acima de tudo *trabalho*. Por isso, a linguagem não deve ser vista apenas como reflexo da realidade já que ela pode, também, interferir nesta mesma realidade e construí-la.

Geraldi (1991; 1995), partindo da idéia franchiana de trabalho lingüístico, concebe, com base principalmente em Bakhtin (1992a), a natureza desse trabalho como fundamentalmente sócio-histórica. Ao contrário de Franchi, Geraldi afirma a supremacia do histórico-social sobre o cognitivo, entendendo que o princípio que rege a linguagem é o dialógico, a relação interativa entre, pelo menos, dois sujeitos da linguagem.

Para Geraldi (1995), a relação sujeito-linguagem, do ponto de vista sócio-histórico, torna-se, pois, uma relação constitutiva em que o sujeito e a linguagem se constituem, exatamente, na atividade lingüística, proposta, teoricamente, por Franchi: o sujeito faz escolhas; o sujeito dialoga com as estruturas da linguagem com e sobre a qual ele irá trabalhar e que, por seu turno, irá trabalhar sobre ele:

“Na singularidade de cada acontecimento discursivo, o trabalho dos sujeitos (suas operações discursivas) e o trabalho da linguagem se encontram; o transitório e o estruturado se entrecruzam, um e outro limitando-se e nestes limites, reconstruindo-se na história do trabalho lingüístico.” (Geraldi, 1995: 226)

Dentro desta visão, o(s) sujeito(s) desempenha(m) um papel fundamental de elaboração da linguagem e de constituição de sua(s) própria(s) subjetividade(s). A linguagem é ação, do(s) sujeito(s) com a linguagem, interativamente, da linguagem sobre o(s) sujeito(s), dadas as imposições do sistema lingüístico sobre o(s) indivíduo(s), e do(s) sujeito(s) sobre a linguagem, dadas as intenções dos indivíduos, escolhas e possibilidades de articulações textuais e discursivas.

Nesta perspectiva, os objetos lingüísticos utilizados pelos sujeitos nas interlocuções são construídos social, histórica e culturalmente, o que quer dizer que o sujeito da linguagem, ao se apropriar de uma palavra, se encontra, na verdade, diante de uma palavra que não é sua, mas de um *outro sujeito da linguagem* e é imprescindível que um sujeito dialogue com outro para que a palavra signifique, faça sentido. Assim, nas interações sociais, os sentidos são constituídos na relação dialógica entre um eu e um outro. O sujeito não depende só de si mesmo para dar sentido à realidade circundante. O trabalho do sujeito sempre se dá em relação constitutiva com um outro sujeito da linguagem. Do mesmo modo, a atividade lingüística constitutiva da linguagem e da subjetividade do falante só é de fato possível pela presença marcante da alteridade nos acontecimentos discursivos. Toda ação de linguagem se realiza entre sujeitos marcados por uma sociedade e por uma história. Isto não significa que a sociedade e a história determinem a constituição dos sujeitos e da linguagem em que eles interagem. Ao contrário, os sujeitos agem ativamente no interior de uma sociedade e de uma história e podem transformá-las.

Desde, pelo menos, 1992², Abaurre, Fiad e Mayrink-Sabinson discutiam a relevância teórica de certos dados para as teorias de aquisição da escrita³. A partir das análises desses dados, Abaurre, Fiad e Mayrink-Sabinson se depararam com a questão da emergência e do desenvolvimento de estilos individuais na aquisição da escrita. Conforme Mayrink-Sabinson (1999: 03),

“o olhar para o individual, para as escritas por vezes idiossincráticas, para as mais diferentes instâncias de manifestação de marcas de subjetividade (...) levou-nos a propor (...) a investigação dos modos como se vão operando as escolhas, dentre as alternativas disponibilizadas pela língua, e, a partir daí, como se vão construindo os estilos individuais no processo de aquisição da linguagem.”

Segundo Abaurre, Fiad e Mayrink-Sabinson (1997), a questão do estilo na aquisição da escrita teria surgido da identificação, nos dados, de pistas sobre a possível autoria de alguns textos. Dentro desta perspectiva, só seria possível considerar como objetos de investigação sujeitos/outros reais e situações concretamente vividas por eles ao longo de suas histórias particulares de aquisição da escrita. O quadro epistemológico racionalista, basicamente centrado na experimentação e nos raciocínios dedutivos e/ou indutivos (Perroni, 1996), parecia, às pesquisadoras, inadequado para as reflexões desejadas. A proposta das autoras colocava em foco a natureza do dado investigado afirmando que, em grande parte das vezes, o pesquisador, diante desse tipo de dado, torna-se surpreso e mesmo estupefato ao se deparar com algo que escapa a um raciocínio nos termos galileanos tradicionais (Abaurre, Fiad e Mayrink-Sabinson, op. cit). Propôs-se, assim, o uso metodológico do raciocínio abduutivo (Peirce, 1990; Eco e Sebeok, 1983), orientado, em especial, por pistas, sinais, indícios, conforme desenvolvido por

² Nesta data, estas pesquisadoras iniciaram junto ao CNPq um Projeto Integrado intitulado “A relevância teórica dos dados singulares para a aquisição da escrita”.

³ O livro Cenas de aquisição da escrita [Abaurre et alii, 1997] reúne algumas das várias publicações que resultaram desta fase do projeto.

Ginzburg (1986). A abdução, conforme Chauí (tendo por base os trabalhos do filósofo inglês C. S. Peirce),

“é a forma que a razão possui quando inicia o estudo de um novo campo científico que ainda não havia sido abordado. Ela se aproxima da intuição do artista e da adivinhação do detetive, que, antes de iniciarem seus trabalhos, só contam com alguns sinais que indicam pistas a seguir”. (Chauí, 1994: 68).

Os dados analisados pelas pesquisadoras, mais do que nunca, mostravam-se como sinais, pistas que permitiam levantar algumas hipóteses. Havia indícios, sinais de um trabalho lingüístico que poderia ser relacionado à questão do estilo. Era preciso sistematizar e analisar esses dados, tendo em vista os pressupostos teóricos e epistemológicos assumidos. Nesse sentido, seria preciso analisar os vários conceitos de estilo existentes. Além disso, seria preciso encontrar uma noção de estilo que abarcasse o tipo de sujeito em questão investigado: aprendizes da escrita. Seria preciso, ainda, discutir a metodologia a ser empregada na análise dos dados. Essa discussão deveria se embasar em um modelo epistemológico considerado mais adequado ao trabalho investigativo realizado nas ciências humanas. A forma, portanto, de raciocínio deveria privilegiar não a busca de evidências capazes de definir (por um longo tempo ou de uma vez por todas) se as hipóteses levantadas e trabalhadas seriam ou não verdadeiras, mas, sim, a análise qualitativa dos dados e a formulação de hipóteses interpretativas que não teriam, necessariamente, o compromisso com uma verdade absoluta.

Em se tratando de um início de trabalho investigativo, em uma área ainda inexplorada, o uso de um raciocínio do tipo abduutivo parecia imprescindível. Discutir estilo na aquisição da escrita constituía um tema novo e obrigava a uma outra concepção teórico-metodológica. Os indícios que se tinha para iniciar essa discussão colocavam em cheque as diversas concepções (pre)dominantes. Esses

dados traziam à tona, principalmente, um outro sujeito, atuante na linguagem, capaz de trabalhar a língua em um processo de escolhas, conforme os contextos de produção.

Em termos teóricos, assumiu-se a concepção de estilo defendida por Possenti (1988), inspirado em Granger (1969). O estilo consistiria em um trabalho de escolhas realizado na linguagem, cujo fim seria a construção de um efeito de sentido:

“Se o locutor busca, dentre os possíveis, um dos efeitos que quer produzir em detrimento dos outros, terá que escolher dentre os recursos disponíveis; terá que ‘trabalhar’ a língua para obter o efeito que intenta. É nisto que reside o estilo. No como o locutor constitui seu enunciado para obter o efeito que quer obter.”
(Possenti, id.: 158)

Possenti assume a concepção de linguagem como atividade constitutiva de Franchi (op. cit.), o que lhe assegura que há um trabalho na língua. Mas ele irá buscar apoio em dois campos teóricos diferentes a fim de sustentar sua posição a respeito do estilo. Sem dúvida, ao discutir a questão do estilo, em uma perspectiva completamente diferente da tradicional, Possenti estava enveredando por um ‘campo minado’, onde os postulados e pressupostos têm um caráter de verdade inabalável. Estilo sempre foi associado a escritores proficientes, especialmente literários. Desse modo, a estilística tradicional sempre se protegeu de ‘ataques’ externos às suas noções de base.

Possenti, então, busca apoio na filosofia da linguagem e na sociolinguística, para afirmar uma noção de estilo até então inconcebida (ou, para muitos, inconcebível). Com Granger, filósofo da linguagem, Possenti afirma que estilo é escolha. Com a sociolinguística (Hymes, Lavandera, entre outros), ele reconhece que a língua coloca à disposição dos usuários um sistema variável, que concebe o sujeito da linguagem como pluriestilístico, por natureza. Possenti, então, define o estilo como processo

em que há escolha, fruto do trabalho do sujeito em um sistema lingüístico variável, semi-estruturado, indeterminado, por princípio.

Essa concepção de estilo torna possível, de fato, tomar alguns indícios encontrados na escrita inicial como reveladores de um processo estilístico em construção - determinadas “escolhas” feitas pelo sujeito poderiam mesmo se consolidar como preferências temporárias ou mesmo definitivas, a nível estrutural ou temático.

Conforme Abaurre, Fiad e Mayrink-Sabinson (1997a: 03),

“dada a concepção de estilo como marca de trabalho, é possível de fato tomar alguns indícios encontrados na escrita inicial como reveladores de um estilo em construção, em contextos em que o sujeito começa já a fazer determinadas escolhas que por vezes consolidam-se como preferências, ainda que temporárias, em termos de estruturas, de léxico ou mesmo em termos da maneira pela qual trabalha os temas de suas escritas.”

Tomando contato, em 1997, com os trabalhos de Abaurre (1993; 1994; 1996), Abaurre, Fiad, Mayrink-Sabinson e Geraldi (1995a, 1995b), Fiad (1989, 1991, 1993), Fiad e Mayrink-Sabinson (1991) e Mayrink-Sabinson (1989, 1991a, 1991b, 1993) e com o banco de dados do Projeto Integrado [doravante PI] “Subjetividade, Alteridade e Construção do Estilo”, iniciei uma investigação do *corpus* longitudinal do sujeito de pesquisa LM. Este trabalho resultou em uma dissertação de mestrado (Vidon, 1999) que buscava indícios da emergência de um estilo individual do sujeito em textos tradicionalmente definidos como dissertativos e/ou argumentativos (Martins, 1985, por exemplo). A partir de dados de aquisição da escrita, encontrados em textos escritos por LM no ensino fundamental, tentou-se basicamente refletir, sobre o papel da escola na constituição da subjetividade. O exame do *corpus* foi de cunho qualitativo, interessando, especialmente, a análise de dados indiciais, capazes de

iluminar aspectos muito particulares de certos processos, como os de aquisição da escrita e constituição do estilo.

Dentro desta perspectiva, foram formuladas algumas hipóteses explicativas para um conjunto de dados. Na verdade, identificaram-se no *corpus* indícios diversos da aplicação de um modelo/projeto pedagógico homogeneizante, que visava o enquadramento dos textos dos alunos (e da aluna LM) a um certo padrão textual (em termos de paragrafação, ortografia, aspectos mais formais, mas, também, em termos de conteúdo, como se verificou, particularmente, na 4ª série). Outrossim, foram identificados, ainda, indícios da constituição de um tipo de relação escritor-leitor marcadamente escolar: a relação aluno-professor. Estes aspectos contribuíram para a formulação de hipótese segundo a qual a tendência escolar à homogeneização dos sujeitos-alunos (e de seus textos e discursos) se constituía como um obstáculo à individuação na linguagem, ao processo de escolhas, enfim, à emergência e desenvolvimento de um estilo individual de trabalhar a modalidade escrita da língua nas diferentes situações comunicativas.

Tendo como ponto de partida este trabalho anterior, desenvolveu-se a pesquisa da qual este texto é resultado. O *corpus* de LM é ainda objeto de investigação e a questão da emergência e desenvolvimento de um estilo individual ainda constitui o tema da pesquisa. Em uma outra fase do PI, este trabalho de pesquisa se insere nas discussões atuais que colocam em questão a diferenciação estilística própria aos gêneros discursivos (Bakhtin, 1992) e sua relação com os estilos individuais. Segundo Mayrink-Sabinson (1999: 04-5), nesta nova fase do PI, está-se levando em conta,

“além da emergência do que se pode tomar como estilo em termos de marcas de autoria a partir de escolhas preferenciais de um sujeito, a questão mesma do estilo que se pode considerar como característico de determinado gênero, porque o singulariza e diferencia com relação aos demais. Nossas investigações estarão centradas na análise da relação entre a emergência dos estilos individuais e os

estilos dos gêneros em si. Tomar-se-á como pressuposto, portanto, que os próprios gêneros com os quais os sujeitos estarão entrando em contato, em vários contextos, ao longo do seu processo de aquisição da escrita, constituem lugares de manifestação estilística dos autores dos textos. Será no interior dos gêneros e em vínculo estreito com seus estilos característicos que estaremos buscando as marcas da emergência dos estilos individuais.”

A proposta de se buscar fatos de estilo em textos de iniciantes na escrita coloca em questão o que se tratou até agora como fatos de estilo bem como os pressupostos teóricos que sustentam tal tratamento. É comum fatos de estilo serem associados a fatos literários de diversas naturezas. Há um pressuposto básico de que estilo estaria vinculado à literatura, ainda que as discussões nesta área girem em torno de aspectos da lingüística, da sociologia, da psicologia ou mesmo da filosofia. Antes de tudo, é a questão estética que está em jogo. Assim, para se justificar uma suposta *literariedade* de um texto recorre-se à estilística, disciplina marcada principalmente pela delimitação do próprio campo de ação lingüístico-verbal-estética. Os limites da estilística parecem compreender, em especial, uma concepção de sujeito e uma de língua. Sobre o sujeito recai o peso de ser uma espécie de *iluminado, inspirado, tocado* “pelas mãos divinas”. Sobre a língua pesa a noção de *pureza, estabilidade, sistema*. Em ambos, as noções de acabamento, sistematicidade, controle tornam o campo muito fechado, inflexível, impedindo mesmo questionamentos mais profundos sobre suas noções de base. A questão da subjetividade e da relação desta com a língua torna-se central, portanto, para a reavaliação dos conceitos da estilística tradicional e formulação de outras hipóteses para problemas eventualmente surgidos com o novo paradigma de investigação.

Assumindo, de início, a concepção de estilo definido como processo de escolha, fruto do trabalho do sujeito na linguagem, foi possível romper com os modelos estilísticos tradicionalmente mais fortes, em especial o psicologizante.

Procurando reforçar o papel exercido pela alteridade lingüístico-discursiva no desenvolvimento da subjetividade, buscou-se apoio teórico em Bakhtin (1976, 1982, 1987, 1992[(a) e (b)]), que considera o dialogismo o princípio fundamental da linguagem, concebendo, dessa forma, o sujeito em dialogia com um outro da e na linguagem. Bakhtin concebe os gêneros do discurso como lugar discursivo ideal para esse processo dialógico.

Outrossim, o princípio dialógico bakhtiniano se mostrou muito próximo do que se queria discutir em termos de argumentação (conforme Perelman 1996 – com Olbrechts-Tyteca – e 1997). Para Perelman, a argumentação, presente na vida cotidiana a todo momento, se baseia em raciocínios retóricos, cujos princípios foram estudados, com uma sistematicidade impressionante para a época, por Aristóteles (1969). Alicerçando e, ao mesmo tempo, dando condições à argumentação de se desenvolver, Perelman (1997) encontra uma linguagem pragmática e dialógica, como ele mesmo define em um de seus ensaios.

Pensando em aproximar essas duas teorias, a lingüística bakhtiniana e a argumentativa perelmaniana, optou-se por investigar, principalmente, textos de gêneros discursivos predominantemente argumentativos. Com isso, objetivou-se trabalhar com uma hipótese segundo a qual o trabalho estilístico desempenharia um papel relevante na configuração dos argumentos no texto. Ao mesmo tempo, a argumentação se mostrava como um lugar privilegiado para a constituição da subjetividade.

Em Vidon (1999), já se afirmava um interesse pela questão da argumentação, que rendeu discussões relevantes naquele momento e inspirou o aprofundamento nessa reflexão, especialmente na relação entre estilo e argumentação. O pressuposto escolar que toma a argumentação como lugar da objetividade coloca um problema para a questão do estilo. Nesta perspectiva, não caberia à subjetividade desempenhar nenhum papel na sistemática argumentativa dos textos. Dados analisados em Vidon (op. cit), no entanto, apontaram que motivações particulares do indivíduo analisado

contribuíam decisivamente para certas argumentações. Mas, esse indivíduo, ainda não havia iniciado, na escola, concretamente, um aprendizado formal da argumentação. Isso começou a acontecer por volta da 7ª e, mais efetivamente, da 8ª série do ensino fundamental. A análise de Vidon (*idem*) se limitara a produções escritas até a 6ª série.

Desse modo, passaram a ter maior interesse investigativo as produções realizadas a partir da 7ª série do ensino fundamental em várias disciplinas cursadas, e não apenas em Português. No ensino médio, devido, na verdade, à focalização que se quis dar à pesquisa, os dados foram buscados, exclusivamente, em textos produzidos na ou para as aulas de Redação, que visavam preparar o aluno para o vestibular.

Para realizar as análises, adotaram-se os pressupostos teórico-metodológicos do chamado paradigma indiciário de investigação, apresentado por C. Ginzburg (1986) como um modelo epistemológico mais adequado às ciências humanas. Esse modelo epistemológico parece, de fato, se prestar mais a análises de dados como os aqui considerados. Não se trata de dados capazes de serem reproduzidos em laboratório, nem validados pela certeza evidente de provarem um conjunto de hipóteses. Efetivamente, neste outro paradigma/modelo, os dados sinalizam para hipóteses por princípio inacabadas. Vale lembrar que as pesquisas em aquisição da escrita têm se pautado por um paradigma marcadamente racionalista, em que os sujeitos pesquisados são reflexos de um sujeito ideal, dotado de uma cognição muitas vezes vista como uma máquina a serviço de uma razão também ideal.

Neste sentido, analisar estilo e argumentação parece mesmo exigir um tipo de raciocínio menos formal, menos racionalista - no sentido cartesiano do termo -, o que não deve significar informal, muito menos irracional. Aristóteles (*op. cit.*) já apontava que a forma de raciocínio própria às ações tipicamente humanas, concernentes aos conhecimentos humanos, se pautava por leis distintas das leis da natureza (em que se poderia aplicar o raciocínio lógico) e das leis da metafísica (em que poderia ser aplicado o raciocínio dialético).

Para finalizar essa introdução, o presente trabalho de pesquisa entende, também, que todas essas reflexões têm interesse pedagógico. Conforme Barros (1988: 13):

“... muitos dos dados da aquisição da escrita podem vir a constituir-se em fonte de renovação epistemológica para a própria teoria lingüística (Abaurre, 1990); para os professores, pois a manifestação da singularidade dos sujeitos, através da escrita, é um espaço importantíssimo que vai revelar a maneira particular da criança interagir com a linguagem; e para os educadores, de um modo geral – psicopedagogos, psicólogos, já que o estudo do discurso expressivo é importante, tanto como indicador de um pensar independente, autônomo, como desvelador da identidade do sujeito.”

É mister discutir um modelo pedagógico fortemente teorizado e aplicado que busca enquadrar todos os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem em um desenvolvimento homogêneo. Importa questionar a visão psicogenética (Ferreiro, 1989; 1993; Ferreiro e Teberoski, 1991) que coloca a discussão sobre a aprendizagem em segundo plano, fazendo do desenvolvimento, especialmente cognitivo, o epicentro do debate.

A presente reflexão entende o psicogenético como parte de um todo: o sociológico. Perder de vista este todo é perder de vista o sujeito que se tenta apreender. Neste trabalho, o sujeito será visto não como um organismo biológico, geneticamente constituído. O sujeito será visto como ser sociológico, histórico e discursivo. Sociológico porque o sujeito revela a relação de um eu como um outro, ambos inseridos em uma mesma sócio-esfera. Histórico porque o sujeito é marcado pelo seu tempo, pelo

pensamento, pelo imaginário cultural do seu tempo. Discursivo porque o sujeito é constituído pela linguagem, pela atividade constitutivamente dialógica desta mesma linguagem.

QUADRO TEÓRICO

VISÕES DE ESTILO

Em geral, quando se fala em estilo na linguagem verbal, sua natureza e função, pensa-se da perspectiva de um produto lingüístico esteticamente acabado, considerado um *fato estilístico*; dificilmente se considera o processo de constituição do mesmo, principalmente em um contexto mais amplo. Isto porque, praticamente, todos os modelos teóricos que surgiram, seja na crítica literária, seja na lingüística, têm em comum a concepção de que, para a consumação do fato, tanto o sujeito produtor quanto a língua(gem), considerada a matéria-prima de tal produção, deveriam, *a priori*, já estarem constituídos.

Deste ponto de vista, as áreas de produção e análise do estilo estariam, muito claramente, demarcadas, o que significa dizer que nem todo sujeito da linguagem seria capaz de produzir um fato de estilo e nem toda linguagem seria apropriada para sua produção. Assim, o lugar ideal tanto para a ação quanto para a contemplação e observação ou análise do estilo seria o campo literário. As diferentes visões de estilo, que centravam suas análises em pontos específicos, como o *sujeito* do estilo, ou o seu *contexto de produção*, ou, ainda, a sua *forma*, sempre foram consensuais no aceite do literário como lugar ideal para se observarem os chamados *fatos estilísticos*.

De acordo com Possenti (1988: 135-54), na crítica literária, três postos de observação do estilo foram, tradicionalmente, eleitos: o psicologizante, que vê no *fato estilístico* a revelação da personalidade do escritor; o sociologizante, que vê no *fato estilístico* a representação da problemática de uma época; e o formalista, que procura tratar o *fato estilístico* através do próprio sistema lingüístico.

Conforme Possenti (id.: 139), o modelo sociologizante, protagonizado por Auerbach, defende o estilo como reflexo do processo social no qual o escritor está inserido. A criação estética deste escritor espelharia a realidade a sua volta. Todos os elementos, todas as categorias estéticas da obra

estariam em paralelo direto com os elementos sociais. Daí analisar-se o todo da obra: personagens, ambientes, figurinos, tentando agrupá-los num certo universo ideológico, já que tudo na obra é considerado fato de estilo.

Dentro da perspectiva formalista, a natureza do estilo seria gerar mensagens estéticas através da forma escolhida pelo escritor para, segundo Possenti (id.: 147), reforçar/redobrar o sentido do que está expresso no texto. A “forma pela forma” parece ter sido o princípio norteador desse modelo, que teve seus fundamentos trabalhados pela conhecida Escola de Praga.

Dos modelos apresentados pela crítica literária, o mais desenvolvido parece ter sido o psicologizante, aquele que percebe no estilo a personalidade do escritor. Vossler e Spitzer (1948) teriam sido os principais defensores dessa abordagem, que ainda hoje tem uma aceitação muito grande entre críticos literários, docentes de língua portuguesa e mesmo lingüistas.

Considere-se, para algumas reflexões, a seguinte citação de Léo Spitzer (op. cit.), principal defensor desta corrente:

“A qualquer emoção, ou seja, a qualquer afastamento do nosso estado psíquico normal, corresponde, no campo expressivo, um afastamento do uso lingüístico normal; e, em contrapartida, um desvio da linguagem usual é indício de um estado psíquico desabitual.”

Concebendo uma relação muito estreita entre linguagem e cognição, a concepção estilística spitzeriana é fundada na noção de desvio, psíquico, de um lado, e lingüístico, de outro. Um sujeito psicológico se afastaria de um dado estado psíquico normal, a despeito de uma emoção qualquer. Neste estado desabitual, esse sujeito, intencionalmente, procuraria, no campo expressivo, demonstrar sua emoção através de um uso lingüístico desviante do usual. Com esta tese, Spitzer sugere um método de análise estilística: “um desvio da linguagem usual é indício de um estado psíquico desabitual”.

Para Possenti (id.: 139), no entanto, é impossível afirmar que determinada ocorrência lingüística significa determinado traço ou estado de ânimo. Essa relação entre emoção e expressão, âmago da questão spitzeriana, torna-se frágil e problemática, a partir do momento em que não é explicitado o que seja essa normalidade psíquica e lingüística.

A tese spitzeriana encontra muitos adeptos. Teóricos de inúmeras áreas se encantam pela lógica da emoção-expressão (estilística). Obviamente, essa lógica é uma suposição que se funda em alguns princípios. Um deles é o que diz que nem toda atividade lingüística possui uma dimensão expressiva, o que coloca em foco a questão da expressividade da língua.

Monteiro (1991: 12) afirma que a linguagem possui, *entre outras*, uma finalidade expressiva, e, aqui, para ele, encontra-se o estilo, não em outro lugar, sendo

“oportuno insistir em que só é estilístico o desvio que se carrega de efeitos expressivos. Quando resulta simplesmente do pouco domínio lingüístico, não há geralmente, aspectos conotativos a explorar.” (id.: 13)

Monteiro parece explicitar melhor a tese spitzeriana, revelando que nem todo desvio pode ser considerado estilístico. O desvio estilístico, de fato, precisa conter expressividade. Para Monteiro, a expressividade reside na ênfase, na força de persuadir ou transmitir os conteúdos desejados, na capacidade apelativa, no poder de gerar elementos evocatórios ou conotações. Seguindo a tradição, ele estuda as figuras de linguagem, como se fossem potências imanentes, sem história e sem relações sociais.

A idéia de imanência é típica dessa corrente estilística. Ela existiria em potência no sujeito que se expressa estilisticamente e na língua que ele utiliza para se expressar dessa maneira. Encontrar este estado imanente, em si mesmo e na língua, não é uma tarefa comum a qualquer indivíduo. Ela cabe a sujeitos especiais que possuem uma espécie de dom divino que os capacita a tal atividade (estilística).

É possível questionar, ainda, a pressuposição de que haja uma dicotomia entre *denotação* e *conotação* na linguagem. Monteiro, neste sentido, e em consonância com a tradição estilística, não enxerga estilo, a não ser na literatura, tanto que seus exemplos de fatos de estilo são todos extraídos deste contexto.

Não sendo possível conceber qualquer desvio lingüístico como fato de estilo, torna-se necessário, à tese psicologizante, refinar sua hipótese. E este refinamento atinge em cheio o sujeito da língua. Ele passa a ser concebido como um gênio, um sujeito especial, capaz de processar endogenamente um fenômeno qualquer da realidade que lhe chame a atenção. O desvio lingüístico-estilístico realizar-se-ia, intencionalmente, em criações lexicais, em inversões sintáticas, ou mesmo em “erros” conscientes. Haveria sempre uma intenção estética do sujeito-escritor, literato constituído.

Sob um estado de espírito anormal, este sujeito agirá sobre a língua(gem), violentando-a, como é possível depreender da seguinte citação de Murry (1949: 114):

“o escritor está perpetuamente procurando forçar a linguagem a carregar mais do que pode conduzir, incessantemente exercendo uma espécie de delicada violência sobre a linguagem.”

A ação de desvio pressupõe, dentro desta perspectiva, um sujeito que age objetivamente. Há sempre uma intenção estética por traz das ações deste sujeito, um escritor já constituído. Ou seja, algum fato da realidade desperta nele uma emoção, um estado de espírito desabitual, que ao afetá-lo, poderá concretizar-se num trabalho estético sobre a matéria-prima que é a língua, sistema dado e de domínio deste (e somente deste) tipo de sujeito: um literato constituído. A expressão dotada de estilo depende de um esforço em relação ao sistema lingüístico, tratando-se de um trabalho para poucos. Tem-se, então, o gênio, o semi-deus, que processa endogenamente um dado objeto do sentido/fenômeno/acontecimento

que o inspira à produção estética; constrói-se uma relação direta entre uma espécie de desvio espiritual (o sujeito fora de si, “tocado”) e um desvio material, que tem como produto o lingüístico.

Segundo Possenti (id. Ibid.), a noção de estilo apresenta numerosas definições e há muita fluidez nos tratamentos dados pelos críticos literários. Já os lingüistas tentam depreender noções um pouco mais controláveis, com base nas respectivas concepções de gramática (ou de língua). Porém, há um vício comum, para Possenti [conforme Eagleton (1983)]: colocar um determinado gênero literário em primeiro plano e, a partir dele, fazer os seus pronunciamentos de caráter geral. É o que também acontece com Mattoso Câmara Jr., como se tenta mostrar a seguir.

Na tentativa de uma melhor delimitação do conceito de estilo, Mattoso Câmara Jr. (1962:53-6) problematiza a tendência em se enfatizar “*o conjunto de traços individuais em confronto com o uso coletivo*”. Esta tendência, para o autor, obedece a orientação saussureana que opõe *langue* e *parole*, aproximando, pois, o estilo de *parole*. Haveria, assim, uma espécie de ruptura entre língua e estilo. O estilo, submetido às intempéries das ações humanas individuais, só poderia existir no campo do discurso (*parole*), concebido, pois, como espaço de idiosincrasias.

É dentro desta perspectiva que Mattoso critica a disjunção entre língua e estilo, a partir da conjugação entre os conceitos de *parole* e estilo. Critica, ainda, a visão de discurso como a definição de um ego que se insubordina contra os moldes coletivos da expressão lingüística. Para ele, a língua pauta o ato lingüístico de toda a coletividade. Porém, ao mesmo tempo, dá espaços para o surgimento de uma língua pessoal, um idioleto.

“Em breve, porém, a natureza coletiva da língua fez sentir o seu contraste com a natureza individual do discurso, que é um ato lingüístico de A, B ou C, e esta segunda parte da dicotomia saussureana deixou de ser entendida, negativamente, como a ganga de que cabe ao lingüista extrair o metal puro da língua, para

considerar-se uma afirmação positiva do indivíduo diante da coersão de uma norma coletiva a lhe cercear a personalidade.” (id., ibid.)

Com o propósito, pois, de romper com a noção de estilo como insubordinação aos moldes lingüísticos coletivos, Mattoso propõe o seu tratamento com base nas funções (representacional, expressiva e apelativa) da linguagem, segundo Bühler (1959).

De acordo com Mattoso:

“a representação é a organização intelectual de um sistema de sons vocais para o fim de plasmar a nossa compreensão do universo (exterior e interior) e comunicar os nossos pensamentos, isto é, os mais variados aspectos dessa compreensão. É a representação que fundamenta o sistema lingüístico e dele faz um instrumento essencialmente intelectual.” (id., ibid.)

Segundo este raciocínio, o intelecto (função representacional da linguagem) limitaria o indivíduo, cerceando-lhe, e a emoção que o envolve, que o afeta. Tornar-se-ia difícil a expressão do mundo emocional através da função intelectual ou representacional da linguagem. O sujeito precisaria, pois, distanciar-se do plano representacional, mais objetivo, para encontrar a expressão e o apelo no nível emotivo (funções expressiva e apelativa), espaço subjetivo, consubstanciação de uma personalidade afetada emocionalmente e capaz de afetar o outro através de sua linguagem. Esta linguagem, por sua vez, não faz parte da norma da coletividade, o sistema abstrato, pois já sofreu uma conformação estilística, *“a fim de pô-la [a língua] a serviço da exterioridade dos nossos sentimentos ou da nossa atuação sobre os sentimentos alheios.” (id., ibid.)*

A aproximação entre as concepções de estilo de Mattoso Câmara Jr. e dos spitzerianos é inevitável. O fator emocional e sua relação direta com o campo expressivo constituem, em ambas as concepções, o “start” estilístico, seu impulso fundamental. Além disto, do mesmo modo que o

raciocínio psicologizante, a delimitação do conceito de estilo em Mattoso Câmara postula uma higienização dos sujeitos capazes de produzir estilo. Para o autor, “*o estilo é a consubstanciação de um esforço para uma alma exprimir os seus sentimentos através dos esquemas intelectivos da língua.*” Segundo ele, “*é natural que se torne especialmente vivido no literato um artista que faz da língua a matéria-prima da manifestação da sua “inspiração”, isto é, do sopro de emoção e interpretação sensorial que o universo nele desperta.*” (id., ibid.)

O literato, deste modo, é quem vive a fazer da língua sua matéria-prima, a fim de manifestar sua inspiração, seu *insight* diante do que a realidade nele desperta. Ele é o ser natural de criação estilística. A natureza do estilo estaria, pois, em um trabalho realizado por poucos, sujeitos-ourives capazes de esmerilhar a língua, de agir sobre o intelecto, com propósitos bem definidos.

Poucas, também, são, conforme este ponto de vista, as manifestações lingüísticas que podem ser tratadas como constituindo fatos estilísticos. Apenas as realizadas com o fim específico de afetar psiquicamente o outro deveriam ser caracterizadas como contendo algum estilo, porque elas teriam sido conquistadas duramente no embate com a língua(gem). Por isso (e para isso), o sujeito deve ter um objetivo expressivo bem definido, um intenção estética.

O modelo funcional bühleriano, adotado por Mattoso, respalda, também, pressupostos como os defendidos por Monteiro. O conceito de expressividade, em ambos, pressupõe uma visão da língua em graus de informatividade, representacionalidade. Haveria um grau zero de expressividade, de conotação em que a língua funcionaria apenas para representar uma realidade ou informar sobre ela. A este nível se contraporiam, em termos de escalaridade, graus variados de expressividade, conotações, figurações. A língua tanto poderia servir para a simples apresentação denotativa dos fatos, com objetividade, sem apelação para fins estéticos e retóricos, quanto poderia servir a fins de natureza mais poética. Há, portanto, uma divisão na língua, com cujas conseqüências a teoria tradicional do estilo precisou lidar. A principal conseqüência talvez tenha sido a desassociação da atividade estilística com

atividades lingüísticas cujos fins eram considerados meramente informativos, representacionais. As atividades estilísticas estariam realmente associadas às atividades estético-literárias e à retórica, que representariam, assim, respectivamente, as funções expressiva e apelativa, conforme Bühler.

Outro aspecto fortemente defendido, tanto por Monteiro quanto por Mattoso, é o pressuposto segundo o qual o efeito de sentido é atingido através de um esforço pessoal do indivíduo. Este esforço, que, para Monteiro, o escritor está sempre realizando, seria no sentido de forçar a língua a expressar mais do que a realidade objetiva apresenta. Este esforço tornaria a língua, de fato, expressiva, apelativa, carregada de emoção, de subjetividade. Assim, somente o indivíduo capaz de realizar este esforço estaria no rol dos candidatos à análise estilística. Dois pressupostos, portanto, parecem conduzir as análises estilísticas mais tradicionais. O primeiro pressupõe uma língua dividida entre uma função primeira de representar e outras funções com graus variados de expressividade (emoção, apelação, persuasão etc.). O segundo pressupõe um sujeito ideal para a realização do estilo. Esse idealismo encontra no escritor literário o sujeito próprio do estilo.

CRÍTICA BAKHTINIANA ÀS VISÕES TRADICIONAIS DE ESTILO

Bakhtin [1927]⁴ inicia uma discussão sobre o problema do discurso na vida e na arte observando que, na concepção formalista de linguagem, a arte é vista como desvinculada da história e da sociedade. Esta concepção reflete, na verdade, toda a perspectiva positivista instaurada a partir do século XIX.

Essa discussão, levantada por Bakhtin (op. cit.), é fundamental porque toca questões até então indiscutidas(-íveis), como *estilo*, *gêneros discursivos*, *autoria* etc. Para Bakhtin, equivocam-se os teóricos que deixam de levar em conta o método sociológico para o estudo destas questões, insistindo em tratá-las sob a égide da forma artística.

Segundo ele, os formalistas defendem que

“o ‘coração artístico’ imanente da literatura possui estrutura especial e um direcionamento peculiar por si só; assim dotado, ele é capaz de desenvolvimento evolucionário autônomo, “por natureza”. Mas no processo desse desenvolvimento, a literatura se torna sujeito da influência ‘casual’ do meio social extra-artístico”.

Para os formalistas, o campo da literatura seria autônomo, assim como o de outras áreas artísticas. Ou seja, a arte deveria ser estudada pela própria arte, dentro de princípios definidos por ela. O sociológico só apareceria como influência casual do meio sobre a atividade artística.

⁴ Este é um dos trabalhos do círculo bakhtiniano em que a autoria textual fica dividida entre Bakhtin e um de seus companheiros teóricos. Nestes casos, optou-se por se referir somente a Bakhtin, já que esta polêmica não nos interessava discutir no momento.

Limitar-se-ia, assim, a atuação do sociólogo à interação casual entre arte e seu meio social extra-artístico circundante. É a própria visão sociologizante, discutida e criticada por Possenti (1988).

Segundo Bakhtin (id.), *“a arte é tratada como se ela fosse não-sociológica ‘por natureza’, exatamente como é a estrutura física ou química de um corpo”*.

Para ele, dentro de uma concepção marxista não cabe esta visão essencialista da arte. A arte faz parte, segundo ele, do domínio da ideologia e, portanto, é passível de uma investigação pelos métodos sociológicos. Assim,

“todos os outros métodos ‘imanes’ estão pesadamente envolvidos em subjetivismo e têm sido incapazes, até hoje, de se libertarem da infrutífera controvérsia de opiniões e pontos de vista e, portanto, menos ainda capazes de encontrar qualquer coisa mesmo remotamente semelhante às fórmulas rigorosas e exatas da química. Nem, naturalmente, pode o método marxista reivindicar tal ‘fórmula’; o rigor e a exatidão das ciências naturais são impossíveis no domínio do estudo ideológico devido à própria natureza do que aí se estuda”.

No dizer de Bakhtin, *“todos os produtos da criatividade humana nascem na e para a sociedade humana”*. (...) *“A arte, também, é imanentemente social”*. Segundo ele, *“o estético, tal como o jurídico ou o cognitivo, é apenas uma variedade do social”*. Trata-se de postular, então, uma teoria sociológica da arte.

Bakhtin procura focalizar, em sua crítica, três elementos considerados, por ele, pontos de vista falaciosos que estreitam severamente os debates sobre a natureza das formas artísticas. Estes elementos são a *obra* em si, o *autor* e o *contemplador*. Sobre a obra recai uma análise estritamente formalista, enquanto sobre o autor e o contemplador o ponto de vista é psicologizante. Para o teórico russo,

“ambos os pontos de vista pecam pela mesma falta: eles tentam descobrir o todo na parte (...). Entretanto, o ‘artístico’ na sua total integridade não se localiza nem no artefato nem nas psiques do criador e do contemplador considerados separadamente; ele contém todos esses três fatores. O artístico é uma forma especial de interrelação entre criador e contemplador fixada em uma obra de arte”.

Nesta perspectiva, concebem-se os gêneros discursivos, e, dentro destes, o literário, como formas especiais de comunicação, em que se interrelacionam, sempre, locutor e ouvinte, enunciador e destinatário. O que faz de um enunciado uma obra artística (ou jurídica, ou política, etc.) é exatamente o processo de interação eu-outro (sob a forma de locutor-ouvinte, enunciador-destinatário, escritor-leitor, etc.). No caso da obra de arte, trata-se de uma comunicação estética; de outro modo é a relação comunicativa que se estabelece, por exemplo, em ambiente escolar. Há produções textuais muito particularmente escolares, em que professor e aluno se revezam nos papéis discursivos de locutor/enunciador e ouvinte/destinatário. Mas, mesmo em ambiente escolar, às vezes, as relações comunicativas ganham contornos diferentes. Toda relação comunicativa é, para Bakhtin, ideológica, independente de ser artística, jurídica, política, religiosa etc. As formas comunicativas participam do fluxo unitário da vida social, refletindo a base econômica comum, desenvolvendo-se em ininterrupta interação e troca entre si. Na comunicação cotidiana, as formas comunicativas estão mais diretamente vinculadas à vida em si. Isto permite verificar com maior clareza o quanto o contexto extraverbal torna a palavra (enunciado, discurso, etc.) plena de significado para os interlocutores. Este é um princípio básico da teoria bakhtiniana, o que conduz à formulação da seguinte pergunta: De que modo o contexto extraverbal torna um enunciado pleno de significado?

Para Bakhtin, isto se explica basicamente por três fatores:

- o espaço comum dos interlocutores;
- o conhecimento partilhado da situação;

- a avaliação comum desta situação.

O sentido do enunciado depende desses fatores, em menor ou maior grau.

Conforme Bakhtin,

“A situação extraverbal (...) não age sobre o enunciado (...) como se fosse uma força mecânica. (...) A situação se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação. Conseqüentemente, um enunciado concreto (...) compreende duas partes: (1) a parte percebida ou realizada em palavras e (2) a parte presumida. É nesse sentido que o enunciado concreto pode ser comparado ao entimema.” (p. 09). (...) Julgamentos de valor presumidos são (...) não emoções individuais, mas atos sociais regulares e essenciais. Emoções individuais podem surgir apenas como sobretons acompanhando o tom básico da avaliação social. O “eu” pode realizar-se verbalmente apenas sobre a base do nós”. (p. 10)

Bakhtin aponta, desta maneira, a natureza social da entoação nas situações de enunciação verbal.

“Na entoação, o discurso entra diretamente em contato com a vida. E é na entoação sobretudo que o falante entra em contato com o interlocutor ou interlocutores – a entoação é social por excelência. (...) Ela é especialmente sensível a todas as vibrações da atmosfera social que envolve o falante”. (p. 13)

De acordo com Bakhtin, o enunciado estabelece uma orientação social dupla, em direção ao interlocutor e ao objeto do enunciado. Assim, na enunciação interagem efetivamente três elementos: o falante (autor), o ouvinte (destinatário) e o tópico da fala (herói ou superdestinatário) – o terceiro participante da enunciação é, muitas vezes, o próprio momento constitutivo do todo do enunciado e, numa análise mais profunda, pode ser descoberto.

Para o teórico russo, não se pode perder de vista a materialidade lingüística do enunciado, nem deixar de considerar sua subjetividade. No entanto, ambos aspectos devem partir da interação social fundante da enunciação. Nem a materialidade lingüística objetiva do enunciado nem a subjetividade psicológica dos interlocutores dão conta do que há de não-dito na enunciação. Este fato teórico só pode ser considerado profundamente tendo em vista o todo da enunciação.

Sob este ponto de vista, a seleção de palavras e a recepção desta seleção são determinadas por julgamentos de valor presumidos:

“Palavras articuladas estão impregnadas de qualidades presumidas e não enunciadas. (...) A simples seleção de um epíteto ou uma metáfora já é um ato de avaliação ativo orientado em duas direções – em direção do ouvinte e em direção do herói”. (pp. 17-9)

Estas considerações de Bakhtin permitem vislumbrar uma outra concepção de estilo. A atividade estilística deixaria de contemplar apenas um fim essencialmente, por natureza, estético, pressupondo uma natureza imanente na língua, para centrar-se no processo de seleção dos recursos lingüísticos e dos efeitos de sentido buscados e produzidos a partir desta seleção.

ESTILO COMO TRABALHO DE ESCOLHAS NA LINGUAGEM

Com o propósito de discutir questões-chaves da Análise do Discurso [doravante AD], Possenti (1988) explora a polêmica entre discurso e subjetividade, compreendendo que esse debate tem relações diretas com questões estilísticas.

A subjetividade ganha, em relação à estilística tradicional, uma nova abordagem, até então marcadamente romântica (Possenti, 2001). A subjetividade se constitui socialmente e aqui o discurso tem um papel fundamental.

O discurso constrói limites para o sujeito (Possenti, 2002), isto é, o constrange de toda e qualquer ação lingüística. Trata-se do ponto de vista mais tradicional da AD, a chamada linha francesa. Possenti, no entanto, não concebe o sujeito como assujeitado, como a AD francesa faz. Para ele, o próprio discurso dá as condições necessárias à subjetividade, bem como à possibilidade de individuação estilística.

“O falante tem um papel fundamental, não só o contexto, ou a classe a que pertence. Se não é verdade que ele não está livre das regras lingüísticas nem das sociais, também é verdade que as regras lingüísticas lhe permitem pelo menos aspirações, representações e, mesmo, rupturas de regras, lugares onde a subjetividade se manifesta como não necessariamente assujeitada, mas sim ativa.”

Um dos lugares teóricos, encontrados por Possenti para defender uma concepção de sujeito diferenciada dentro da AD, foi trabalhar a questão do estilo. Para fazer essa discussão, ele buscou em Granger (1968) uma posição estilística mais abrangente do que as mais tradicionais, que, comumente, reduzem o trabalho estilístico ao trabalho artístico-literário. Com Granger, Possenti poderá assumir que em toda atividade lingüística seria possível encontrar uma atividade estilística, coletiva e/ou individual.

Segundo a hipótese grangeriana, o estilo marcaria o trabalho de um sujeito na estruturação da linguagem em um dado campo da atividade humana marcado por certos tipos de relações sociais e históricas. Granger analisou a estruturação da linguagem na atividade científica. Para ele, o indivíduo, no processo de estruturação, ainda que num campo relativamente mais fechado como o da atividade científica, faz escolhas, agindo na linguagem. Este trabalho de escolhas revela, segundo Granger (id.: 23), um “*jogo sutil da forma e do conteúdo*”.

Granger (id. Ibid.) entende que a relação forma/conteúdo tem sido pouco explorada, por teóricos modernos, enquanto processo, trabalho. Geralmente, há a insistência em sua oposição e complementaridade, no sentido de resultados de atos já realizados.

Granger (id.: 23) vislumbra um reencontro teórico com o Aristotelismo, enquanto filosofia dinâmica das estruturas, liberto de seus paradigmas biológicos e independente de uma ontologia.

Trabalho, para o autor, é uma certa maneira de relacionar, suscitando-os, uma forma e um conteúdo. Prática é definida como “*a atividade considerada com seu contexto complexo e, em particular, com as condições sociais que lhe dão significado num mundo efetivamente vivido*”. (id.: 14). O trabalho seria uma das estruturas da prática, talvez, segundo ele, a sua *estrutura* constitutiva. (itálico do autor). A atividade prática, dentro desse quadro, objetiva-se em obras: a obra do matemático, do físico, do poeta, do jurista – em todas há uma organização da linguagem apropriada à situação. Para Granger, as relações entre forma e conteúdo aí se apresentam de tal modo que o observador superficial poderia pensar que só subsistem formas, sem conteúdo (id.: 15). Segundo ele, foi daí que a distinção entre o trabalho manual e os trabalhos do espírito pôde assumir diversas modalidades segundo os tempos e os costumes. Assim, o trabalho manual não teria conteúdo, essência cognitiva; esta seria essencial no trabalho intelectual.

Granger pretende apreender o individual e, para isso, toma a obra enquanto lugar de atividade prática. Para ele, é nessa atividade que o indivíduo pode ser apreendido. Definindo estilo como *“modalidade de integração do individual num processo concreto que é trabalho”*, o autor pretende fazer uma reflexão filosófica a esse respeito. Dois termos chamam a atenção nessa definição de estilo. Em primeiro lugar, *integração*. Em segundo, *processo*. O indivíduo integrado num processo concreto que é trabalho. Para Granger, todas as formas de prática (toda atividade prática tem por fim uma obra) apresentam em sua essência a modalidade do estilo, ou seja, o indivíduo se integrando no processo concreto de trabalhar certos tipos de relações entre forma e conteúdo. No caso das ciências, para Granger, o indivíduo se opõe às estruturas. Ele exemplifica com o caso da Lingüística que, tomando como dado um fragmento da cadeia falada pronunciada por um locutor, considera não pertinente para a sua descrição da língua (enquanto sistema) mil traços que sobrecarregariam a mensagem, individualizando-a. Haveria estilo aí se esses traços não aparecessem distribuídos de modo totalmente aleatório e se em seu tratamento se esboçassem certas constâncias.

Granger entende que tal concepção de estilo faz ressaltar naturalmente o caráter essencialmente relativo da individuação; isto, antes de ser um entrave para a teoria, é seu alento, sua tese fundamental.

Granger admite que, diretamente, é muito difícil perceber estilo numa obra padronizada, como os produtos da indústria. Mas, segundo ele, esses objetos podem testemunhar um estilo num outro nível, *“numa zona nitidamente delimitada no inferior da escala das oposições sucessivas formamateria”* (id.: 18). Nesse sentido, uma modalidade estilística seria a própria assumpção de estereotipia do objeto industrial.

“Enquanto para a obra de arte e mesmo para o produto artesanal, a individuação é procurada ou aceita em todos os níveis, para o produto industrial ela é, na medida

do possível, rejeitada em níveis elementares da percepção imediata das formas visuais e da textura do material. O mais aperfeiçoado tratamento industrial caracteriza-se exatamente pelo banimento de toda redundância (...). Estamos autorizados, sem dúvida, a ver aqui a consequência de uma penetração, particularmente bem sucedida, do pensamento formal na prática (...).” (id. ibid.)

Granger aborda a questão da estilização com a idéia de níveis estruturais. Se, na indústria, há uma tendência ao apagamento do indivíduo em seu trabalho, em sua criação, em vários níveis (tanto que foi preciso vislumbrar um nível inferior estruturalmente para se poder falar em estilo), na arte, é possível encontrar a individuação em quase todos os níveis.

Para Granger, quando um indivíduo demonstra preferir uma estrutura, a conjugação de uma forma e de um conteúdo, à outra, encontra-se aí uma tomada de posição estilística. Isto pode-se tornar, então, uma prática, um uso corrente e transformar-se em patrimônio da coletividade. O conceito de estilo que ele defende está ligado ao uso, à prática (de ou com objetos, que podem ser simbólicos).

Granger afirma ainda que *“toda prática, com efeito, comporta um estilo e o estilo é inseparável de uma prática.”* O autor alerta que, apesar de ter usado a expressão “fatos de estilo”, conforme a sua concepção, o estilo não se reduz precisamente aos fatos. O estilo teria a ver essencialmente com significações:

“Uma vez que o fato de estilo nasce, por assim dizer, do contato das estruturas, funcionando como projetos, e de uma situação vivida como dado de um ato possível, é inseparável, por natureza, de uma significação: é o fato significativo por excelência ou, se se quiser, o fazer propriamente humano.”

A prática gera um conjunto de significações, que, segundo ele, seriam os fatos estilísticos. É dentro dessa perspectiva que o filósofo pretende refletir sobre a possibilidade de uma estilística da prática científica, um primeiro passo na direção de uma estilística geral. Para ele, o individual existe no

horizonte da ciência, ainda que ela deseje ser impessoal: “*Se é verdade que não há ciência puramente especulativa e que todo processo de estruturação está associado a uma atividade prática, o individual aparece necessariamente de início, como o lado negativo das estruturas.*” (id.: 22).

As significações refletem o jogo sutil entre formas e conteúdos presentes em determinados campos da atividade humana, que contém determinados tipos de prática. O estilo, então, para Granger (id. Ibid.), é uma significação fundada em uma visão individual marcada por um contexto social. É neste sentido que ao estilo subjaz uma escolha, que, por princípio, é individual.

Possenti (1988) assume essa posição de Granger, que valoriza o individual, mas procura reforçar a base social e lingüística do estilo. Para Possenti, além de um sujeito que faça escolhas, para a existência do estilo são necessários múltiplos recursos expressivos, de onde o sujeito fará as suas escolhas, a sua seleção para conseguir os efeitos de sentido desejados. De acordo com ele (id.: 187), “*o ponto de partida necessário para poder-se pensar a questão do estilo é a admissão da variabilidade dos recursos como constitutiva da língua.*”

“Assim, estudiosos como Hymes, Gumperz, Fishman e Lavandera empregam a noção de repertório, pela qual os falantes têm a sua disposição um conhecimento lingüístico diversificado (não são monoestilísticos, por definição), e escolhem, desse repertório, as formas que lhes parecem adequadas para realizar o objetivo que têm em mente ao falar.”

Da sociolingüística, então, Possenti retém a noção de *repertório*, a partir da qual ele observa dois aspectos relevantes. O repertório pressupõe a possibilidade de escolha, considerada *constitutiva* do estilo, conforme Granger (op. cit.). Ele pressupõe, ainda, um aspecto relacionado à noção de intenção, isto é, casos em que o falante seleciona, com maior grau de consciência, os recursos expressivos para obter o efeito que lhe interessa. (id. Ibid.).

Dado este ponto de vista, o indivíduo é, sociolinguisticamente, poliestilístico, isto é, ele (re)conhece a variabilidade dos recursos como constitutiva da língua, ainda que não tenha consciência disso. Aliás, em nenhum momento, na teoria que está sendo posta, está pressuposta a necessidade de o indivíduo ter plena consciência dos recursos que escolhe. Esta é, pois, uma questão secundária no âmbito das discussões propostas como pertinentes.

O estilo, assim, é buscado no trabalho realizado pelo sujeito na linguagem, articulando os recursos disponíveis em seu repertório lingüístico, dotando-os de sentido, dirigindo-os a interlocutores variados. A preocupação, portanto, é com a língua efetivamente utilizada para a construção de efeitos de sentido. A consciência ou não, pelo sujeito, de sua utilização lingüística é aqui aspecto secundário, de menor importância. A marca do trabalho do sujeito na língua é o que importa e que irá permitir falar ou não em estilo, em individualidade estilística.

A noção de escolha, delineada por Granger, por sua vez, pode muito facilmente ser associada à noção de liberdade, noção esta extremamente complexa e capaz de gerar confusão teórica. Associada à liberdade, o conceito de escolha sustentaria uma noção romântica de estilo, o próprio ponto de vista psicologizante. No entanto, a escolha aqui pensada é dialógica. Ela não é uma escolha feita pelo sujeito, mas articulada por ele, a partir de um outro sociológico. A possibilidade de escolha é definida sócio-historicamente.

O constrangimento exercido pelas esferas sociais e históricas em que os indivíduos se encontram, marca o processo de escolhas, fundamental para o estilo, nesta perspectiva. No entanto, o estilo não é simplesmente escolha, o que implicaria em liberdade e consciência; estilo consiste em trabalho de escolha, não necessariamente consciente. Certamente, esta consciência estilística poderá vir a ser trabalhada pelo indivíduo. Neste sentido, esse indivíduo poderia estar constituindo um processo de

autoria⁵. Neste trabalho, no entanto, a autoria não será uma questão relevante. Preferiu-se tratar a questão estilística da perspectiva de um sujeito em constituição. Desse modo, será discutida a questão do sujeito, como uma problemática discursiva, em conformidade com a teoria bakhtiniana.

Possenti (1988), caracterizando o estilo como escolha, fruto do trabalho do sujeito na linguagem, sugere que sempre há estilo, porque sempre há o trabalho e a atividade social e histórica dos sujeitos com e sobre a linguagem. Para o lingüista, o estilo é resultado do trabalho de escolhas. É mister colocar que, segundo Possenti (id.: 169), este trabalho é coletivo e individual:

“De um ponto de vista... [o do trabalho individual]... o resultado é a individuação de um discurso e, eventualmente (aliás, muito comumente), a individuação do próprio indivíduo, isto é, o fato de que os indivíduos desenvolvem muito freqüentemente um modo peculiar de elocução pelo qual podem ser identificados.”

É dentro desta perspectiva que ele coloca que é devido à individuação como fruto do trabalho que um indivíduo se torna sujeito (id.; ibid.). Ora, se o indivíduo se torna sujeito com o seu trabalho na linguagem, não é possível concebê-lo como assujeitado. Assim, o sujeito é, de fato, sujeito, porque na língua há estilo, isto é, a língua prevê a emergência e o desenvolvimento do estilo individual.

⁵ Segundo Abaurre (1997), geralmente quando se fala em autor se pensa no literato, um escritor proficiente que realiza operações epilingüísticas e se coloca no papel de leitor. O autor, deste ponto de vista, tem consciência das escolhas lingüísticas que faz e das implicações destas no plano textual-discursivo. Ao mesmo tempo, ele, ao se colocar no lugar do seu interlocutor, representa-o psicossocialmente. Esta noção de autor apresenta uma relação muito estreita com a concepção tradicional de estilo discutida na seção anterior. Estudiosos da linguagem em geral e da literatura especificamente costumam aproximar muito tranqüilamente, sem discussões prévias, autor e escritor literário, tratando o literato e o gênero literário como próprios do fenômeno da autoria. A autoria seria, dentro desta perspectiva, da natureza deste sujeito e desta linguagem. Subjacentes a estes pressupostos encontram-se concepções de linguagem estruturalistas e funcionalistas, em que a língua ora consiste em um sistema de regras passível de apropriação pelos sujeitos, ora consiste em um instrumento a serviço da capacidade intelectual dos sujeitos. De todo modo, há um pressuposto básico: uns sujeitos apresentam mais sucesso que outros nas produções lingüísticas. Neste caso, como afirma, por exemplo, Mattoso C. Jr. (1962), seria da natureza do literato o trabalho sobre a língua, um esforço deste sujeito para colocá-la a serviço dos sentimentos e emoções mais profundos vividos pelo artista.

Uma questão que se coloca, ao se investigar a problemática estilística de textos de escritores iniciantes, crianças e adolescentes, diz respeito ao estatuto desse escritor. Se não podemos dizer que estes indivíduos realizam escolhas lingüísticas completamente conscientes, calculando, inclusive, possíveis impactos sobre eventuais leitores, também parece não ser possível dizer que eles não trabalham na linguagem, não façam escolhas significativas segundo situações específicas, não atuem sobre um outro-interlocutor.

Possenti recorre à noção de atividade para explicar a “*atuação lingüística de um falante, sujeito a coerções sociais concretas...*” O trabalho faz parte da atividade. No que diz respeito a escritores iniciantes e proficientes, o que se tem seriam atividades diferenciadas, mas com um “princípio-motor” comum: o trabalho lingüístico. Neste sentido é que se pode afirmar que um indivíduo, aprendendo a escrever, pode desenvolver um estilo individual, a partir de seu trabalho em uma linguagem social e histórica.

Trata-se, de fato, de uma outra concepção de sujeito, deslocada de uma noção estável, em que o pressuposto acabamento psicolingüístico do indivíduo seria condição mais que necessária para a atividade estilística (e lingüística, mas num plano superior), para uma noção dialética, em que o indivíduo/sujeito é por princípio inacabado, incompleto, flexível, volúvel, volátil, avesso às amarras do idealismo estruturalista.

De um lado, tem-se o indivíduo/sujeito idealizado. De outro, o indivíduo/sujeito trabalhando a sua própria constituição, lingüística, psicossociológica, histórica.

Desenvolver um estilo individual, do ponto de vista possentiano, significaria tornar-se cada vez mais atento às escolhas lingüísticas, discursivas e textuais realizadas, tendo-se em vista o tipo de público a que se destinará o texto. Tratar-se-ia, portanto, de processo e não de produto, como sempre foi o foco da estilística tradicional. Não que o produto não tivesse importância, o que implicaria cair no campo da fenomenologia ou do psicologismo. O aspecto material da linguagem, obviamente, tem

importância na teoria que está sendo defendida, tanto que Possenti irá afirmar que sua definição de estilo em certo sentido se aproxima de modelos de base formalista, como os postulados por Eco (1977). Mas a diferença está na focalização que é dada à noção de processo, fundamentada, por Possenti, nas reflexões filosóficas de Granger sobre a atividade estilística. Como já se salientou, este filósofo procurou mostrar (op. cit.) que, mesmo em certas áreas da atividade humana, como a científica, em especial as ciências exatas, há momentos em que se percebe um trabalho de escolhas, no qual o que se evidencia são processos de individuação sobrepondo-se a processos de estruturação. A própria caracterização do campo das ciências exatas como espaço de apagamento das marcas dos sujeitos poderia ser considerada uma decisão estilística, uma preferência marcada por uma sócio-história.

A partir de Granger (id.), é difícil imaginar a atividade científica sem escolhas individuais. A tão cara objetividade científica parece não resistir a uma reflexão filosófica menos comprometida com uma concepção de ciência cartesiana, desejosa de reduzir o homem à razão, entendida da maneira mais mecânica possível. Ao longo dos últimos quatro séculos, a ciência moderna tem procurado de todas as formas apagar os ímpetos subjetivos dos indivíduos que nela atuam. Esta tendência, cujo auge ocorreu no positivismo, criou uma espécie de filtragem em uma tela de malha bem fina.

Retornando ao problema da individuação estilística, uma via de compreensão desse indivíduo-escritor iniciante toma-o como deficiente. Por essa via, frequentemente, o aprendiz da escrita é avaliado pelo que ele ainda está por alcançar, em termos de conhecimento dessa linguagem e de seu funcionamento. Aquilo que ele já alcançou parece não ter muita relevância, passando despercebidas ações lingüísticas, orais e escritas, das mais diversas.

Uma outra via, no entanto, irá compreender este escritor iniciante como um sujeito em plena constituição, atuante na linguagem, e não simplesmente à mercê de suas constrições. Aqui não se vê o sujeito nem como livre nem como assujeitado. O sujeito não decide a bel-prazer nem está

completamente sujeito às decisões dos outros. Este sujeito é ativo, atuante, ator – ele não está eternamente atado a condições discursivas pré-determinadas.

“Queria argumentar também que tanto a multiplicidade dos ‘sistemas’ a que o sujeito está ‘submetido’ quanto o fato de que tais sistemas não são de fato absolutamente sistemáticos (as estruturas falham, como mostram os chistes...) são fatores que permitem, quando não exigem, que se conceba um sujeito agindo, manobrando, mesmo que ele não saiba que está manobrando e mesmo que sua manobra não produza o efeito por ele eventualmente intencionado.” (Possenti, 2002: 125)

Conforme essa concepção de sujeito, entende-se que há *projetos-de-dizer, intenções enunciativas*. Entende-se, também, que este sujeito possui um repertório de recursos expressivos para agir, escolher, discursar, argumentar. O que ele ainda está constituindo (e estará a todo momento, enquanto sujeito da linguagem) é sua consciência em relação às escolhas possíveis dentro do repertório que está a sua disposição. A *tomada de consciência* em relação às escolhas discursivas se desenvolve aos poucos. Paulatinamente, o sujeito pode se tornar mais e mais *atento* à linguagem que o circunda. A pergunta é: como se constitui essa atenção, como o sujeito vai tomando consciência de que suas escolhas têm importância? Como o sujeito enunciativo vai construindo seus interlocutores, conscientizando-se de sua relevância, enquanto destinatários dos discursos produzidos?

Conforme Fiad (1997), a despeito do processo incessante de construção pelo indivíduo de um conhecimento mais apurado da linguagem escrita, seus recursos, suas estratégias, é imprescindível considerar-se o papel a ser desempenhado pelos gêneros discursivos com os quais o sujeito lida. Fundamentada em Bakhtin (1992b), Fiad tenta mostrar como estão implicadas estas duas questões: a aquisição da escrita e a construção de gêneros discursivos. O princípio do qual parte está na assunção

de que toda atividade de linguagem se realiza através de gêneros do discurso, primários ou secundários, segundo o próprio Bakhtin (op. Cit.).

Com base nestas considerações, entendendo que se concebe teoricamente a linguagem de modo a permitir discutir a questão do estilo também no que concerne a escritores não-proficientes, recusa-se a definição de sujeito presente na tradição estilística, a qual se preocupa, pura e simplesmente, com sujeitos e linguagens, supostamente, constituídos.

De outra forma, recusa-se, também, conceber o sujeito como assujeitado, conforme defendem alguns teóricos da AD de linha francesa. Por trabalhar com sujeitos de pesquisa reais, historicamente situados (e não ideais, universais e/ou psicológicos) é mister conceber-se, dentro do quadro teórico postulado, um sujeito em movimento, constitutivo de si e do outro, nem determinado, nem determinante, sempre a se complementar, em cada atividade prática, em todo trabalho lingüístico ou não.

Neste trabalho, especificamente, considerar-se-á como fundamental, para a constituição do estilo, o trabalho do sujeito no interior de gêneros discursivos variados, articulando estilos, temas, sujeitos e discursos sociais e históricos, sem os quais a individualidade física desse sujeito não poderá se tornar *subjetividade*.

BAKHTIN, A QUESTÃO DA SUBJETIVIDADE E O PROBLEMA DOS GÊNEROS DO DISCURSO

Segundo Bakhtin (1988; 1981 [1929]), a constituição do eu se dá a partir da constituição do outro, num diálogo que tem por base as relações sociais e históricas existentes entre os indivíduos numa dada sociedade. Somente a interação sócio-verbal entre o eu e o outro seria capaz de constituir o sujeito. Trata-se de um princípio de base em sua teoria, um fundamento tido como ponto de partida.

De acordo com os princípios bakhtinianos, o outro não determina o eu, mas o constitui e o constituindo dá condições de desenvolvimento à *subjetividade*. Isto significa que o outro não “toma o espaço” do eu, mas dá a medida deste espaço, pelo fato de que o pólo da subjetividade parte do pólo da alteridade para se constituir⁶. Da mesma forma, ao partir do outro, para tomar-lhe a medida de si, o eu também provoca o outro, *reconfigurando-o*.

Conforme Bakhtin, ao dizer, o sujeito veicula os dizeres de muitos outros sujeitos, diversas *vozes sociais* que o constituem. Estas vozes se encontram, na consciência do sujeito, em embate constante. O embate interior no sujeito, entre as variadas vozes que o compõem, é componente essencial da constituição do próprio sujeito.

Nesta mesma perspectiva, uma enunciação carrega consigo marcas de outras enunciações constituintes de uma cadeia histórica. Ao enunciar, o sujeito parte de um já-dito e prevê um por-vir para seu enunciado, uma resposta futura. Trata-se, em ambos os casos, no discurso interior e na expressão deste discurso, de um *concerto polifônico regido pela dialogia*.

Em Bakhtin (1988; 1992), o eu e o outro estão imersos numa sócio-esfera, inseridos em condições históricas de produção específicas. Não se trata de excluir o trabalho mental do sujeito, sua

atividade cognitiva. O que se coloca é que este trabalho e esta atividade não começam nem acabam no sujeito, enquanto organismo físico-psicológico. Ambos têm início e fim em sujeitos que dialogam dentro de um universo discursivo datado e situado, com tempo e espaço definidos [mas que obviamente dialogam com outros tempos e espaços muitas vezes imemoriais (indefinidos *a priori*)]. Nesta perspectiva, a consciência do eu se consubstancia na interação com o outro, dado que ela é constituída por signos ideológicos construídos em ambiente social. Os signos são compartilhados intersubjetivamente e marcam desta forma toda consciência individual. Somente na relação com o outro, isto é, socialmente, o eu pode manifestar-se em relação a realidade que o circunda, apreciando valorativamente discursos, condutas sociais, atos individuais, entre outros fenômenos⁷.

De acordo com a teoria bakhtiniana, toda enunciação possui um *tema*, que é a expressão da situação concreta que deu origem à enunciação. O tema dá conteúdo ideológico à enunciação, carregando em seu bojo uma apreciação valorativa da situação comunicativa. Somente ele dá condições, neste sentido, ao eu de realizar uma entonação expressiva condizente com a apreciação que faz da situação, dos interlocutores envolvidos, do tópico em questão, etc.

O tema, segundo o autor (id.: 128), é o sentido da enunciação completa:

“Um sentido definido e único, uma significação unitária, é uma propriedade que pertence a cada enunciação como um todo. (...) O tema deve ser único. Caso contrário, não teríamos nenhuma base para definir a enunciação. (...) O tema é individual e não-reiterável⁸. Ele se apresenta como a expressão de uma situação

⁶ Bakhtin encontra indícios desta relação constitutiva na poética de Dostoiévski, em que autor e herói mantêm uma subjetividade sempre incompleta, isto é, o autor não está definitivamente pronto e acabado, muito menos o herói.

⁷ Em Bakhtin, a relação eu/outro, esta busca constante, por natureza, é constitutivamente assimétrica, o que significa apostar desde sempre no movimento da relação, e não no seu psicologismo (o eu como fonte do dizer), ou no seu determinismo (o outro como fonte do dizer do eu).

⁸ O tema se relaciona com o tópico. Para o autor, teoricamente o tópico é inesgotável, mas quando se torna tema de um enunciado ele passa a se encontrar “dentro dos limites de um intuito definido pelo autor” (id.: 300). O tema é não-reiterável porque se encontra em condições determinadas, em função de uma dada abordagem do problema, do material, dos objetivos por atingir. Ele constitui um acontecimento discursivo, que é único e definido. O tema é, também, individual, porque é

histórica concreta que deu origem à enunciação. (...) O tema da enunciação é determinado não só pelas formas lingüísticas que entram na composição (...), mas igualmente pelos elementos não-verbais da situação.”

Tal abordagem, que trata a significação como temática, explicaria, por exemplo, a pluralidade de leituras que se faz do mesmo texto/enunciado, inclusive pelo mesmo indivíduo. Concebendo-se a leitura como um evento enunciativo, em cada leitura configurar-se-iam um tema, uma apreciação valorativa, uma entoação, o que não quer dizer que não haja elementos que sejam reiteráveis e assegurem a historicidade do discurso, no sentido de o mesmo poder ser recuperado. Ou seja, nem toda atribuição de sentido a um texto é válida, legítima. Há elementos no próprio texto que estabelecem limites relativos aos processos de significação realizados pelos interlocutores deste texto. Segundo Bakhtin, no interior do tema, a enunciação é dotada de uma significação constituída de elementos da enunciação que são reiteráveis e idênticos cada vez que são repetidos:

“Não há tema sem significação, e vice-versa. Além disso, é impossível designar a significação de uma palavra isolada (por exemplo, no processo de ensinar uma língua estrangeira) sem fazer dela o elemento de um tema, isto é, sem construir uma enunciação, um “exemplo”. Por outro lado, o tema deve apoiar-se sobre uma certa estabilidade da significação, caso contrário, ele perderia seu elo com o que precede e o que segue, ou seja, ele perderia, em suma, o seu sentido.” (id.; ibid.)⁹

Nenhuma significação, nesta perspectiva, é, pois, definitiva e acabada. O evento enunciativo é sempre recriado, mas com uma apreciação valorativa sempre diferente. Se toda compreensão implica em réplica por parte do outro-interlocutor, como afirma Bakhtin (1992a), é mister observar que os

datado e situado, constituindo uma micro-história particular que se insere numa história maior. Os tópicos são no entanto reiteráveis e sociais.

interlocutores nunca são os mesmos, isto é, idéias, concepções, valores mudam de indivíduo para indivíduo e, até mesmo, do indivíduo para consigo mesmo. Há, evidentemente, horizontes sociais compartilhados, acordos, caso contrário nenhuma comunicação seria possível. Porém, o campo de visão do outro não é completamente acessível ao eu, o que, justamente, impede que este dê um acabamento definitivo àquele, enquanto sujeito. A palavra do outro se faz palavra do eu justamente porque os horizontes de visão (concepções, pressupostos, desejos, etc.), as apreciações valorativas nunca são as mesmas. O outro está presente no eu, mas nunca por completo, porque o campo de visão do outro não pode ser igual ao do eu. É esta relação com o outro que faz do eu um *ser inacabado*.

Eis o dilema do sujeito. Ele precisa do outro, mas ao mesmo tempo não pode deixar de ser ele mesmo. Isto porque é impossível para o eu apreender por completo, prontamente, o campo/horizonte de visão do outro. Ao mesmo tempo, o seu próprio olhar excede o campo de visão do outro. Para dialogar efetivamente com o outro, o eu deve “despir-se”, “despersonalizar-se”, mas isto é inconcebível, já que ele precisa encontrar nele mesmo as contra-palavras que darão sentido ao discurso do outro. Sem estas contra-palavras, que o constituem, o eu não constrói significados para o outro-discurso. A palavra do outro, isto é, o seu discurso precisa fazer parte do universo sógnico do eu, para que possa tornar-se um discurso dentro de outro discurso, e assim ser apreciado, valorizado, criticado, ironizado. Somente como discurso-alheio, a palavra do outro pode se transformar em discurso-próprio do eu e assim ser externado como palavra do eu.

Eis o papel da réplica dialógica dentro da compreensão ativa, na visão bakhtiniana: colocar em disputa, em contraposição, duas consciências, duas visões de mundo diferentes, tornando possível assim a significação e, neste sentido, a própria enunciação. É, pois, em réplica o que implicam as relações nos diversos planos. E esta réplica se dá de forma dialógica, isto é, sua base está no ambiente social circundante, no horizonte externo, nos valores compartilhados entre os partícipes das interações

⁹ “O tema é uma reação da consciência em devir ao ser em devir. A significação é um aparato técnico para a realização do

verbais. Jamais a réplica pressupõe uma atitude monológica do eu em relação ao outro (até mesmo no discurso interior). Se assim fosse, a atividade mental do sujeito não teria sua base no campo sociológico, e sim no psicológico ou transcendental. A réplica é dialógica porque necessita de uma comunidade social onde circulam os valores colocados em questão. É mister o eu dialogar com o outro, social e historicamente, para que haja compreensão-responsiva-ativa.

Neste sentido, o significado não está no texto enquanto estrutura lingüística formal, mas na interação de um discurso com outros discursos. Mais precisamente, o ouvinte processará uma significação a partir do momento em que elementos extra-verbais do texto do locutor X façam sentido para ele, ou seja, quando ele passar a atribuir sentidos a significados potencializados no texto do locutor X. Tal atribuição não é meramente uma questão lingüística. Esta atribuição consiste em uma atribuição de valor, o que implica em variação, conforme o contexto, os sujeitos envolvidos, objetivos, concepções *etc.*

Em *Discurso na vida e discurso na arte*, Bakhtin (1927) coloca:

“é do conjuntamente visto, do conjuntamente sabido e do unanimemente avaliado que o enunciado verbal depende diretamente para que ele signifique algo. Os falantes compartilham um horizonte espacial e ideacional na situação interlocutiva concreta”

Para o autor, na vida, o discurso verbal não é auto-suficiente (id.: 7): i) ele nasce de uma situação pragmática extraverbal; ii) está ligado a vida em si e não pode ser divorciado dela sem perder sua significação; iii) o discurso verbal em si, tomado isoladamente como um fenômeno puramente lingüístico, não possui valor, não pode ser avaliado, julgado¹⁰. O contexto extraverbal de um enunciado

tema.”

¹⁰ Em Bakhtin (1992a: 131), isto se encontra da seguinte forma: “a significação não quer dizer nada em si mesma; ela é apenas um potencial, uma possibilidade no interior de um tema concreto.” [a significação é o efeito da interação entre os interlocutores]

compreenderia três fatores: 1) o horizonte espacial comum dos interlocutores (a unidade do visível); 2) o conhecimento e a compreensão comum da situação por parte dos interlocutores; 3) sua avaliação comum dessa situação.

Trata-se de um paradoxo. Ao mesmo tempo que locutor e ouvinte precisam compartilhar valores, conhecimentos e certos horizontes sociais, há algo que eles não podem compartilhar: o horizonte de visão individual de cada um. Isto não só em se tratando de períodos históricos distantes. O mesmo contexto não significa o compartilhamento total de valores, conhecimentos, concepções *etc.* A visão de mundo do outro revela ao sujeito sua incompletude, sua inconclusibilidade. Enquanto ser inconcluso, o sujeito nunca será capaz de dar a um discurso, ou seja, ao outro, um aspecto completamente acabado. O eu não se acaba e, do mesmo modo, o outro também não. Nesta perspectiva, todo texto é um sistema aberto (como a própria linguagem), postulado que se contrapõe àquele que considera o texto (e a linguagem) como um sistema fechado, no qual significados estáveis são guardados a sete-chaves.

O diálogo só acontece, em conformidade com Bakhtin (1992b), no âmbito de uma dada esfera social. Segundo o autor (id.:333), toda produção textual é uma reação, uma resposta que dialoga com seu espaço e com seu tempo:

“Há encontro de dois textos, do que está concluído e do que está sendo elaborado em reação ao primeiro. Há, portanto, encontro de dois sujeitos, de dois autores.”

Qualquer que seja a espécie do enunciado verbal concreto, ele sempre une os participantes da situação comum como co-participantes que conhecem, entendem e avaliam a situação. O enunciado depende de seu complemento real – extra-verbal- para dar ao material lingüístico – verbal- expressão ideológica e posterior desenvolvimento ideológico comuns. A situação extra-verbal não é a causa

externa do enunciado; ela não age sobre o enunciado de fora, como se fosse uma força mecânica. “a situação se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação (id.: 09).”

De acordo com Bakhtin (1992a),

“... a significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva... Ela é o efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro.”¹¹

Bakhtin (1992b) observa que há um solilóquio na lingüística, particularmente nas discussões sobre a significação:

“... a teoria que se apóia sobre uma compreensão passiva não nos dá os meios de abordar os fundamentos e as características essenciais da significação lingüística”.

Há um complexo dialético no processo de significação. Elementos reiteráveis e não reiteráveis se cruzam na enunciação. Toda enunciação é marcada por um tema, um sentido definido e único, não reiterável. Ao mesmo tempo, ela é constituída por uma significação, um conjunto de elementos lingüísticos que são reiteráveis e idênticos cada vez que são repetidos. Esses elementos são ainda

¹¹ Bakhtin (1927) compara o enunciado concreto ao entimema, silogismo incompleto utilizado pela retórica (cf. Aristóteles). Ele seria um entimema de um tipo especial. O autor considera que o enunciado compreende uma parte percebida ou realizada em palavras e outra presumida. A parte presumida de um enunciado precisa ser compartilhada pelos interlocutores – o que eles sabem, vêem, conhecem, etc. O que apenas um interlocutor sabe, conhece, ama, quer não pode ser presumido. Tal fenômeno é fundamentalmente social e objetivo. Só assim os falantes são capazes de formar uma *comunidade* (de espaço, de tempo, de ideologia): *“Julgamentos de valor presumidos são, portanto, não emoções individuais, mas atos sociais regulares e essenciais. Emoções individuais podem surgir apenas como sobretons acompanhando o tom básico da avaliação social. O “eu” pode realizar-se verbalmente apenas sobre a base do “nós”* (id.: 10).”

abstratos e fundados sobre uma convenção. O tema, portanto, para o autor, é concreto, enquanto a significação é abstrata:

“O tema da enunciação é irredutível à análise. A significação da enunciação, ao contrário, pode ser analisada em um conjunto de significações ligadas aos elementos lingüísticos que a compõem”. (p. 129)

Ao tema, ou seja, ao sentido, estão associadas as condições de enunciação [condições de produção, na Análise do Discurso]. Uma palavra isolada, por exemplo, só pode ser devidamente compreendida se lhe for atribuída um tema, um sentido dentro de uma situação de enunciação completa e concreta. Para Bakhtin, os elementos da significação formam a base sobre a qual os temas atuam e se atualizam. Estes se encontram “em potência” naqueles, faltando apenas a concretude da situação real de enunciação, para que possam ganhar valor. Os elementos da significação carregam traços dos sentidos historicamente veiculados por eles.

Esta abordagem da significação coloca em cheque aquele tipo de compreensão denominada por Bakhtin de passiva, na qual a compreensão não consiste em uma resposta no interior de um diálogo datado e situado. Depreende-se, dos postulados bakhtinianos, que o sentido não está estacionado no enunciado, mas está em movimento, em evolução, o que exige, para sua apreensão, o mesmo processo evolutivo, o mesmo movimento: *“compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ele, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente”.* (p. 132)

O indivíduo precisa agir, precisa atuar na constituição dos sentidos. A atitude passiva não o fará evoluir no universo dos sentidos e significações das práticas sociais. A compreensão ativa exige o movimento no interior das mais variadas práticas da sociedade. Este movimento se dá, na verdade, entre os signos ideológicos construídos sócio-historicamente.

O movimento do indivíduo na sociedade gera a sua consciência, ao mesmo tempo, social e subjetiva.

Tal movimento, tal evolução consegue-se através da réplica, do processo de opor à palavra do outro uma contra-palavra. A significação é um efeito de interação, para Bakhtin. São dois signos em contato. A palavra é *sígnica*; a contra-palavra também. São duas consciências que se cruzam, em diálogo *sígnico*, ideológico.

A interação marca, do mesmo modo, as formas de apreciação valorativa dos enunciados. Os temas caminham, na verdade, lado a lado com as apreciações valorativas. Separar o apreciativo do significativo constitui um equívoco da lingüística, segundo Bakhtin, porque passa-se a considerar a apreciação como elemento acessório, secundário, quando efetivamente é o ponto de partida de qualquer enunciação. Propor-se um discurso objetivo, por exemplo, nada mais seria do que uma entre outras modalidades de apreciação valorativa da enunciação.

O temor da lingüística, durante longos anos, parece ter sido mesmo a possibilidade de cair no subjetivismo, na relação puramente, intrinsecamente individual entre o sujeito e o objeto do discurso. Verdadeiramente, este temor fora, indiretamente, alimentado pela Teoria Literária, operando uma forte cisão entre dois tipos de linguagem e conseqüentemente dois tipos de sujeitos da linguagem. O sujeito da linguagem poética ganharia *status* de gênio, de ser especial, protótipo do sujeito ideal da língua.

Nesta perspectiva, colocava-se claramente de um lado a lingüística, concentrada no objeto do discurso, o sistema lingüístico saussureano, por exemplo, e, de outro lado, a teoria literária, preocupada com os estilos individuais dos seus sujeitos. Em um campo, o individual não encontrava espaço; no outro, o sistema da língua não era questionado. Ambos não se comunicavam, não dialogavam, estabeleciam entre si monólogos intermináveis, cada qual em busca de suas verdades absolutas.

É mister, portanto, definir um outro conceito de subjetividade, que vá além do sujeito, mas que não o perca de vista.

“A sociedade em transformação alarga-se para integrar o ser em transformação”.

(p. 136)

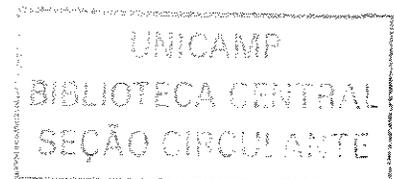
O conceito de compreensão ativa, de Bakhtin (1992b), acaba exigindo, conseqüentemente, um conceito de sujeito ativo. Tal relação parece trazer inevitáveis conseqüências para os processos de aquisição da linguagem escrita.

Sob este prisma, da compreensão e do sujeito ativos, o indivíduo aprendendo a fazer uso da linguagem verbal escrita, sempre em relação constitutiva, nunca possui a visão do todo dos objetos da situação de enunciação com os quais ele lida – temas, estilos, interlocutores, etc. Esse todo nunca está acabado, está sempre em acabamento, e é este processo que constrói uma visão de fora, já que sempre há um *por vir*, horizontes construídos pelo sujeito. Os recursos expressivos, dominados por este indivíduo que está aprendendo a escrever textos em gêneros discursivos variados, são ainda escassos. Não se conclui, no entanto, que não haja um repertório e que o sujeito não trabalhe com ele. Ao contrário, a atividade discursiva, o trabalho na linguagem é constitutivo do processo.

No campo da tradução, por exemplo, autor e tradutor precisam compartilhar um horizonte comum de valores, de expectativas para que possam dialogar, colocar em confronto signos e ideologias. Ao mesmo tempo, há um público-leitor que receberá o texto traduzido e que também deve fazer parte desta comunidade, na forma de experiência em relação ao autor traduzido e sua obra. Como outros tipos de atividades verbais, a tradução é marcada pela dialogia. Somente a dialogia torna possível a compreensão-responsiva-ativa, a réplica, a transformação da palavra-alheia do outro em palavra-própria, baseada em contra-palavras – e, neste sentido, social, ideológica. Neste sentido, subjaz a toda estratégia ou técnica, supostamente, de tradução, um princípio básico, um ponto de partida fundamental, isto é, a idéia de que somos constituídos pelo outro, por vozes sociais e históricas.

Outrossim, e isto é fundamental em Bakhtin, constituímos também o outro. Para a tradução, isto é fundamental, porque mostra como o tradutor dialoga efetivamente com o autor e com eventuais leitores do texto traduzido. Ou seja, não se trata de um diálogo passivo, monovocal, em que o autor se sobrepõe, metafisicamente, a todos, personagens, heróis, temas, gêneros, tradutores e, também leitores. O diálogo deve ser responsivo-ativo, senão não teria razão de ser (não seria dialógico, e sim monológico). E daí, as diferentes traduções legítimas para um mesmo texto original.

“The Raven”, poema de Edgar Allan Poe, escrito no início do século XIX, possui diferentes traduções em língua portuguesa, realizadas em períodos bastante distintos [meados do século XIX, início e meados do século XX, entre outras]. Isto é sintomático da natureza inacabada, indefinida do autor e de sua obra, mas também do tradutor. Por mais que o tradutor tenha a intenção de precisar o tanto quanto possível sua tradução, procurando conhecer o contexto de época do autor, suas convicções, suas preferências pessoais, etc., jamais a visão de mundo do autor poderá ser completamente apreendida pelo tradutor. Por outro lado, por mais que o tradutor tente se colocar no papel do autor, introjectando o contexto de uma época que ele não vivenciou, internalizando pressupostos, conceitos aceitos pela comunidade como próprios do autor, na verdade o tradutor não pode sair de cena simplesmente, abandonando o palco em que ele vive, abandonando suas experiências pessoais, e, especialmente, a comunidade literária de que faz parte, a qual é completamente diferente da comunidade literária do autor que está sendo traduzido. No fundo, sua visão de mundo é que lhe possibilita dialogar com o autor, e, o que é fundamental, transformá-lo em outro para o seu eu – eu este composto por variadas vozes sociais. Em conformidade com Bakhtin, são duas consciências que se cruzam, se confrontam; são dois discursos que se chocam e têm a possibilidade de se fundirem num só, em essência, polifônico, dialógico.



De acordo com Bakhtin (1927), a *entoação* é que pode relacionar o dito (discurso verbal) com o não-dito (contexto extra-verbal). O que organiza a forma de um enunciado (seleção do material verbal e sua articulação) é sua entoação:

“A entoação só pode ser compreendida profundamente quando estamos em contato com os julgamentos de valor presumidos por um dado grupo social, qualquer que seja a extensão deste grupo (p. 12).” (...) “A entoação sempre está na fronteira do verbal com o não-verbal, do dito com o não-dito. Na entoação, o discurso entra diretamente em contato com a vida. E é na entoação sobretudo que o falante entra em contato com o interlocutor ou interlocutores – a entoação é social por excelência.” (id.)

A entoação depende de qual é a relação do enunciado com o conjunto de valores presumidos do meio social onde ocorre o discurso. *“A comunhão de julgamentos básicos de valor presumidos constitui a tela sobre a qual a fala humana viva desenha os contornos da entoação.”*(p. 13) A entoação está voltada para o interlocutor, mas, também, toda entoação possui um terceiro participante, um herói da produção verbal. A entoação tem uma tendência à personificação; daí a participação do interlocutor concreto; mas participa, também, da entoação o outro enquanto objeto do enunciado, a quem a entoação repreende ou agrada, denigre ou engrandece, desvaloriza ou reforça um valor. Para o(s) autor(es),

“qualquer locução realmente dita em voz alta ou escrita para uma comunicação inteligível é a expressão e produto da interação social de três participantes: o falante (o autor), o ouvinte (leitor) e o tópico (o quê ou o quem) da fala (o herói).” (p. 16)

A essência sociológica dos discursos verbais não é considerada relevante para as abordagens lingüísticas formais e psicológicas. Do ponto de vista bakhtiniano, para que esses modelos sejam operantes eles devem estar subordinados à abordagem sociológica; separadamente, eles seriam inertes:

“O enunciado concreto (e não a abstração lingüística) nasce, vive e morre no processo da interação social entre os participantes da enunciação. Sua forma e significado são determinados basicamente pela forma e caráter desta interação.”

(id.)

Segundo Bakhtin (1992b: 277-326), todo e qualquer Gênero do Discurso está relacionado, intimamente, a um dado campo da ação humana. Um determinado gênero produziria enunciados relativamente típicos, que carregariam o estilo deste gênero. Uma esfera da ação humana marcaria certos tipos de relações entre sujeitos que nela atuam e interagem verbal e socialmente. Os enunciados produzidos dentro dessa esfera iriam constituindo, assim, formas de acabamento relativamente típicas, modos de estruturação e de conclusão de um todo: o todo acabado do enunciado. Este acabamento é tipicamente constituído pelas formas de interação a que estão expostos os indivíduos participantes desta esfera social. O grau de formalidade das relações, os tipos de assuntos mais comuns, os valores relativos à arte, à ciência, à política, o nível geral de escolaridade, a especificidade das atividades centrais da esfera, entre outros aspectos irão marcar decisivamente a constituição da linguagem nessa esfera.

A concepção de estilo, em Bakhtin, dentro de sua teoria da enunciação, não se restringe nem à análise das formas lingüísticas em si, nem à análise do caráter psicológico do autor textual. Sua concepção é mais ampla, na medida em que entende que todo e qualquer gênero de discurso constitui um estilo próprio de enunciação. Seria o que ele chama de estilo funcional. Essa concepção não exclui a possibilidade do estilo individual. Ele acontece, obviamente, mas há tipos genéricos que melhor

propiciam sua emergência e seu desenvolvimento. O caso típico é o da literatura. Isso explicaria, em parte, talvez, o privilégio e a exclusividade dados até então pela “Estilística”, com seus teóricos advindos da crítica literária e da lingüística, principalmente, a esse campo do discurso em suas reflexões e análises sobre fatos de estilo.

Para Bakhtin, em primeiro lugar, todo enunciado verbal, oral ou escrito, é, em princípio, individual. Essa individualidade seria de caráter mais geral, refletindo-se em aspectos superficiais, quase biológicos, do sujeito que fala. Uma outra individualidade, de caráter mais específico, que revelaria aspectos mais profundos da relação sujeito-linguagem, para ele, não apareceria explicitamente, sempre. O enunciado pode ou não, segundo o autor, refletir essa individualidade, que poderia ser caracterizada como um estilo individual. Nem todos os gêneros seriam propícios a esse estilo:

“Na maioria dos gêneros do discurso (com exceção dos gêneros artístico-literários), o estilo individual não entra na intenção do enunciado, não serve exclusivamente às suas finalidades, sendo, por assim dizer, seu epifenômeno, seu produto complementar.” (Bakhtin, op. cit.: 283).

Em Bakhtin (id.: 284), para se falar em estilo individual, é preciso, primeiro, levar em conta o estilo do enunciado¹². Ele é quem dá, na teoria bakhtiniana, unidade ao gênero do discurso:

“O estilo é indissociavelmente vinculado a unidades temáticas determinadas e, o que é particularmente importante, a unidades composicionais: tipo de estruturação e de

¹² Na arquitetura teórica bakhtiniana, um estilo é, em princípio, um ponto de vista, uma voz social, uma visão de mundo. O estilo é um lugar onde se encontram o subjetivo e o social. Vale a pena reforçar esta questão. O ponto de vista bakhtiniano, compatível, sem dúvida, à concepção possentiana-grangeriana, relaciona à noção de estilo estes dois campos de ação: o do individual e o do social. Um não existe independente do outro. O estilo individual é construído no interior de estilos socialmente compartilhados.

conclusão de um todo, tipo de relação entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal (relação com o ouvinte, ou com o leitor, com o interlocutor, com o discurso do outro, etc.)”

Uma questão importante aqui é a que se refere ao **todo** do enunciado. Outra é a que se refere à relação **eu-outro**.

A primeira questão é colocada, por Bakhtin, da seguinte forma: “*todos os nossos enunciados dispõem de uma forma padrão e relativamente estável de estruturação de um todo.*”(301)

Encontra-se aqui a noção de *acabamento* na teoria do autor. Três fatores determinariam o *acabamento* de um enunciado:

- o tratamento exaustivo do objeto do sentido;
- o intuito, o querer-dizer do locutor;
- as formas típicas de estruturação do gênero do enunciado.

Que *todo* é este que é estruturado, ou melhor, tenta ser estruturado lingüística e discursivamente? Que *acabamento* é este de que Bakhtin fala? Estas duas questões talvez sejam as mais cruciais nesta questão dos gêneros discursivos. Efetivamente, o *todo* do enunciado tem a ver com as relações sociais, históricas e, obviamente, ideológicas entre os indivíduos participantes de uma dada esfera da ação social. Toda esfera social tem objetos temáticos próprios, ou mais próprios, recursos lingüísticos preferíveis, modos de interação entre seus membros, fórmulas lingüísticas e sociais marcadas e remarcadas historicamente. Assim, o *todo* do enunciado tem a ver com tudo isso e a questão agora é saber como se dá o seu *acabamento*. Conforme Bakhtin, esse *acabamento* é sempre parcial, precário, sujeito a movimentações. Isto significa que o *todo* nunca está definitivamente acabado. Está sempre em *acabamento*, acabado relativamente, momentaneamente. Neste sentido, a visão do *todo* acabado do enunciado pertencente a um determinado gênero discursivo depende, em última instância,

da experiência com este gênero, isto é, da vivência dentro de uma determinada esfera da comunicação social.

De acordo com Bakhtin (id.: 304), um determinado locutor (falante ou escritor) pode não dominar o repertório de certos gêneros por faltar-lhe experiência:

“É de acordo com nosso domínio dos gêneros que usamos com desembaraço e melhor nossa individualidade neles (quando isso nos é possível e útil), que refletimos, com maior agilidade, a situação irreproduzível da comunicação verbal, que realizamos, com o máximo de perfeição, o intuito discursivo que livremente concebemos.”

A questão, portanto, de individuação do sujeito no enunciado torna-se, para Bakhtin, um problema de domínio dos gêneros usados - quanto maior o domínio do gênero usado, maior seria a possibilidade dessa individuação (emergência de um estilo individual); a realização de um *projeto de dizer* concebido livremente pelo sujeito poderia ser trabalhado com maior desembaraço. Outrossim, há gêneros mais e menos propícios à individuação estilística.

Em conformidade com essas colocações, no ensaio “O autor e o herói”¹³ (id.), Bakhtin explora uma outra noção, cunhada por ele, o *excedente de visão*, que seria responsável pelo domínio de *acabamento* de um enunciado. Para produzir um enunciado verbal (oral ou escrito) o sujeito precisa de um *excedente de visão* em relação ao gênero de discurso com o qual dialoga, interagindo verbalmente no interior de uma dada esfera da comunicação social. Esse *excedente de visão* seria fornecido pelo *outro* nos processos dialógicos de constituição (a experiência de e com o outro).

O outro, assumindo-se a concepção arquitetônica de sujeito bakhtiniana, constitui o eu, constituindo-se como medida para o eu. O outro não é espelho para o eu, mas contra-ponto, como

aquele em que eu tento me completar, mas que, vindo em mim aquilo que eu não tenho condições de ver, constitui em si a incompletude de mim mesmo. Caso o outro fosse espelho para o eu, o sujeito seria completo, à imagem e semelhança desse outro. No entanto, de acordo com Bakhtin, a relação eu/outro é assimétrica, donde se considera, teoricamente a noção de *excedente de visão*. A visão que eu tenho do outro o excede do mesmo modo que a visão dele de mim também me excede, o que nos torna sujeitos incompletos sempre.

Estamos na segunda questão que, obviamente, não se separa da primeira. As relações eu-outro constituem, enfim, as formas de acabamento do todo dos enunciados pertencentes a determinados gêneros discursivos. Conforme o autor (313-4),

“a experiência verbal individual do homem toma forma e evolui sob o efeito da interação contínua e permanente com os enunciados individuais do outro (...). As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos.”

Conforme Bakhtin, as fronteiras textuais¹⁴ se encontrariam no projeto textual, na intenção do locutor, e na composição textual, a execução do projeto. Para ele, todo texto faz parte de uma cadeia de textos dentro de uma dada esfera da comunicação verbal (artística, jurídica, política, familiar, etc.). O

¹³ Este ensaio é cronologicamente anterior a *Os gêneros do discurso*. Ao que parece, a noção de *excedente de visão* não foi, posteriormente, muito explorada por Bakhtin.

¹⁴ Segundo Bakhtin (1992), o texto, num sentido amplo, é o objeto próprio das ciências humanas, em contraponto às ciências da natureza. Segundo ele, o que distingue aquelas destas é o fato de um pensamento dialogar com outro pensamento, uma emoção com outra emoção, uma palavra com outra, discursos com discursos, enfim. *“No campo das ciências humanas, o pensamento, enquanto pensamento, nasce no pensamento do outro que manifesta sua vontade, sua presença, sua expressão, seus signos, por trás dos quais estão as revelações divinas ou humanas (leis dos poderosos, mandamentos dos antigos, ditados anônimos) (...)O que nos interessa, nas ciências humanas, é a história do pensamento orientada para o pensamento, o sentido, o significado do outro, que se manifestam e se apresentam ao pesquisador somente em forma de texto”*. [id.: 329-30] Segundo Bakhtin, as ciências humanas devem se voltar mais para as individualidades absolutamente irreproduzíveis do Homem. Mas sua metodologia não deve se pautar nas ciências exatas, e sim em um paradigma próprio, que dê conta das individualidades.

texto seria como uma mônada específica que refrataria (no limite) todos os textos de uma dada esfera. Os sentidos, deste modo, são sempre interdependentes.

O autor postula também uma bipolaridade textual: o reproduzível, repetível, de um lado, e o individual, único, irrepitível, do outro. O sentido residiria, de fato, no espaço discursivo do irrepitível, não reiterável. Ou seja, o sentido é sempre individual e único, em cada texto, em cada enunciação. A língua é da ordem do meio, do instrumental, enquanto o sentido constitui o fim, o objetivo do texto. Um texto não pode ser reproduzido, no que tange ao sentido, mecanicamente:

“a reprodução do texto pelo sujeito (volta ao texto, releitura, nova execução, citação) é um acontecimento novo, irreproduzível na vida do texto, é um novo elo na cadeia histórica da comunicação verbal”. [p. 332]

Ele observa ainda que *“um texto nunca pode ser traduzido até o fim”* [p. 333]. Os elementos lingüísticos são traduzidos, mas o sentido não se traduz por completo. O sentido acontece, surge no encontro de duas consciências e este encontro é não-reiterável absolutamente. Texto e contexto são interdependentes.

Assim, todo texto é, por princípio, um acontecimento irreproduzível. Neste ponto, o autor faz a seguinte observação:

“Coloca-se o problema de saber se a ciência pode tratar de uma individualidade tão absolutamente irreproduzível como o enunciado, que estaria fora do âmbito em que opera o conhecimento científico propenso à generalização”. [p. 335]

Neste sentido, um texto, conforme Bakhtin (1992: 333-4), representa um gênero do discurso particular, que possui entonação e expressividade marcadas sócio-historicamente. Um gênero, e o texto

que o representa, 'testemunham', no próprio dizer de Bakhtin, um estilo, uma visão-de-mundo, um tipo humano. Acentua-se, aqui, uma estreita relação entre formas de comunicação, de interação entre sujeitos, de avaliação social e formas lingüísticas; este é o 'germe' da constituição dos gêneros discursivos.

A estética da criação verbal bakhtiniana parece se fundar em uma ética complexa, multifacetada e dialética. Subjacentemente à entoação e expressividade que todo gênero e todo texto carregam, há um conjunto de valores que são traçados, marcados, comparados, hierarquizados e atualizados.

Esse conjunto de valores se encontra em um determinado horizonte social compartilhado pelos interlocutores de uma dada esfera da atividade social. O que é certo, o que é errado, o que é belo, o que não é, o que é objeto de interdição, o que não é, tudo isso depende dos indivíduos reais e históricos que fazem a atividade social daquela esfera acontecer.

Entonação e expressividade não têm, nos planos de Bakhtin, origem e fim estéticos. Estas noções estão impregnadas de sentido sociológico. Bakhtin quer dizer com isso que uma obra literária não tem um princípio imanentemente literário, ou melhor dizendo, poético. Para ser mais explícito, ele quer dizer que o princípio é sociológico, isto é, o poético é sociológico, fundamentalmente.

O trabalho estético-estilístico é uma atividade de longo prazo que requer um conjunto de ações fundamentadas em práticas de produções textuais. E isto vale não só para práticas de escrita, que têm suas próprias configurações. Vale também para as práticas de oralidade. Não se fala do mesmo jeito em qualquer lugar, com qualquer pessoa, sobre qualquer assunto (Gnerre, 1991). Não se tem esse poder. Tem-se, talvez, uma competência biológica para a fala, mas a competência sociológica deve ser construída social e historicamente.

Ao analisar, assim, os textos em redes discursivas, percebe-se que essas redes são bem mais entrelaçadas, especialmente porque os interlocutores textuais também estão em rede e se valem de um

trabalho estético-estilístico que parte, por princípio, de elementos enredados nas mesmas tramas sociais, históricas e ideológicas. As redes, assim não são apenas intertextuais, mas, principalmente, interdiscursivas.

SUBJETIVIDADE, DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO

O *Tratado da Argumentação -A Nova Retórica* (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996), revitalizou a retórica e mostrou a sua relevância e atualidade como forma de raciocínio. Considerada durante séculos como inferior perante os raciocínios analíticos, a retórica ficou esquecida, o que não quer dizer que deixou de ser usada. Na verdade, quem fez questão de esquecê-la foram os teóricos, filósofos, matemáticos, físicos, filólogos, entre outros adeptos do paradigma científico galileano. Para esses, o modelo ideal de raciocínio estava devidamente construído: a lógica formal.

A temporalidade dos meios de prova retóricos, sua circunstancialidade, incomodava, sem dúvida, àqueles que preconizavam a existência da verdade (ou de verdades possíveis de se demonstrar). O princípio retórico da verossimilhança, defendido por Aristóteles (1981) na *Arte Retórica*, abria espaço para a polêmica: uma argumentação não seria definitivamente acabada. A contingência seria importante na argumentação, diferentemente do raciocínio lógico. Enquanto a demonstração procura evitar dúvidas e ambigüidades, não se preocupando com origens e papéis dos sistemas ou regras, muito menos com o sentido das expressões usadas

“... quando se trata de argumentar, de influenciar, por meio do discurso, a intensidade de adesão de um auditório a certas teses, já não é possível menosprezar completamente, considerando-as irrelevantes, as condições psíquicas e sociais sem as quais a argumentação ficaria sem objeto ou sem efeito. Pois toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual” (Perelman, id.: 16).

Em nome de uma ética que ocultava uma série de questões, a retórica tornou-se, durante todos esses anos, uma espécie de pecado. O entimema, silogismo incompleto, em que uma das premissas é

ocultada, tornou-se impossível para raciocínios considerados mais sérios e ocupados com a busca sincera da verdade. Como o orador, na *Arte Retórica*, deveria saber usar entimemas, a fim de persuadir seu ouvinte, homens considerados dotados de razão, de princípios, especialmente os morais, não poderiam admitir a prática da retórica, por considerá-la carente de princípios éticos. A amoralidade da retórica, portanto, era temida e, assim, ficam explicados os constantes e contínuos ataques sofridos por ela, promovendo-se, a sua desqualificação.

O raciocínio que procura, acima de tudo, encontrar a verdade não precisaria de apreço do auditório. Ele demonstraria por si mesmo, seria universal. Daí os raciocínios que elegeram a lógica formal como modelo de demonstração procurarem apagar os sujeitos e a história. A demonstração, baseada na lógica formal, não teria necessidade de buscar no ouvinte, nas suas paixões, o que é próprio para persuadí-lo. As provas, na demonstração, seriam auto evidentes, capazes de convencer a todo ser humano dotado de razão. Como os meios de prova da retórica são circunstanciais, devido às suas premissas serem relativizadas, são considerados inferiores, fracos perante os meios de prova específicos da lógica. Os primeiros só atingem auditórios particulares, que estão dispostos a tal argumentação. Já os segundos influem todo e qualquer ser consciente.

Conforme concebido por Aristóteles, na *Arte Retórica*, o orador, através do discurso, pode persuadir o ouvinte demonstrando que aquilo que ele diz é verdade ou parece ser verdade. O que está em jogo aqui, efetivamente, é a maior intensidade de adesão de um auditório a certas teses, e não a sua adesão total, universal. O orador tem que levar em conta, na sua argumentação as paixões dos ouvintes. Esse ponto é o que torna a argumentação tão dinâmica (e tão perigosa, ao ponto de ser temida).

Conforme aponta Perelman, até mesmo no plano da deliberação íntima o indivíduo se divide em dois, podendo, assim, argumentar consigo mesmo. Ou seja, é condição prévia para a argumentação a presença de um ou mais interlocutores para o orador. A deliberação íntima, considerada por muitos como uma forma superior de pensamento, de raciocínio, pois pressupõe-se que, nela, o sujeito queira

formar-se uma convicção, não é vista como uma forma peculiar de argumentação por Perelman. Para ele, mesmo aí, há procedimentos retóricos.

Perelman está preocupado, efetivamente, com o auditório, alertando o orador que não subestime seus ouvintes, que esteja atento a eles, simpático, e que lhes pondere, sempre, e não dite ordens, menosprezando suas reações. A apreciação do ouvinte pelo discurso deve ser assinalada pelo orador¹⁵. O orador deve valorizar a opinião do auditório - *“conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”*:

“o importante, na argumentação, não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem ela se dirige.” “É, de fato, ao auditório que cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores.” (id.: 26-7).

Perelman se propõe, então, a pensar a argumentação baseando-se na consideração dos auditórios sob seus aspectos concreto, particular e multiforme. A um Auditório Universal, idealizado, contrapõem-se Auditórios Particulares, sob configurações diversas. Os discursos, em geral, se dirigem ora ao Auditório Universal, ora a Auditórios específicos. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (id.: 23):

“Cada meio poderia ser caracterizado por suas opiniões dominantes, por suas convicções indiscutidas, pelas premissas que aceita sem hesitar”

¹⁵ É interessante observar que nessa passagem do *Tratado*, o discurso de Perelman torna-se didático, como o é, em vários momentos, o discurso de Aristóteles, na *Arte Retórica*. Perelman também critica a idéia de que a Dialética seria superior à Retórica, devido ao fato de os interlocutores, na Retórica, estarem ocupados em sustentar seus pontos de vista, lutando para conseguir o maior número de adesões às suas teses. Daí o estudo das paixões dos ouvintes, como o fez, detidamente, Aristóteles.

A questão do Auditório é, para o Orador, portanto, bastante emblemática. Aristóteles foi muito claro neste ponto. À heterogeneidade dos auditórios, o Orador deve contrapor a Arte Retórica, arte de se inserir nos diferentes auditórios, como sugere Perelman e Olbrechts-Tyteca (id.: 24-6):

“Não se concebe o conhecimento do auditório independentemente dos meios susceptíveis de influenciá-lo”

Esta Arte também é a de se adaptar continuamente:

“O importante, na argumentação, não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem ela se dirige.” (id.: 26-7)

O auditório universal, como se disse, é a encarnação de um público ‘ideal’, homogêneo, que supera a enorme variedade de auditórios:

“A busca de uma objetividade, seja qual for sua natureza, corresponde a esse ideal, a esse desejo de transcender as particularidades históricas ou locais de modo que as teses defendidas possam ser aceitas por todos.” (id.: 29)

Para Perelman, o racionalismo tem em mente, quando argumenta, este Auditório, cujas provas devem ser não apenas persuasivas, mas convincentes (evidentes, lógicas, necessárias...).

Se as provas não são desta natureza, se não obedecem a este método rigoroso, a argumentação, do ponto de vista do racionalismo, só pode ser irracional (sem evidência, sem lógica, contingente...).

Porém, o ponto de vista perelmaniano é outro. Segundo ele,

“A partir do momento que se admite que existem outros meios de prova, além da prova necessária, a argumentação concernente a auditórios particulares tem um alcance que supera a crença puramente subjetiva.” (p. 32)

Seguindo a linha de raciocínio perelmaniana, o racionalismo parece querer sempre identificar em suas provas uma essencialidade, uma imanência. O argumento necessário provaria por si só, independente das contingências históricas e sociais. Os argumentos destinados a auditórios particulares, no entanto, dependeriam de consciências particulares, individuais. A atuação retórica perderia o sentido, no entanto, se estas consciências fossem fundadas em psiques individuais, pura e simplesmente. Ao contrário, e retomando aqui Bakhtin (1992b), os fundamentos da consciência são sociológicos:

“A consciência individual nada pode explicar, a não ser a partir do meio ideológico e social. Ela é um fato sócio-ideológico (...)”

“A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais.”

O raciocínio retórico, diferentemente do dialético e do analítico, segundo Aristóteles (1981), é da competência comum de todos os homens, o que significa assumir que argumentar é próprio do ser humano, desde sempre.

Mas o que envolve toda argumentação?

Para a retórica delineada por Aristóteles, o manejo dos entimemas, silogismo caracterizado por uma parte (premissa) presumida, seria a base de toda argumentação. Esta parte do silogismo pode se dizer que une os interlocutores envolvidos na argumentação. Orador e ouvinte devem compartilhar um conjunto de valores envolvidos na questão tratada, objeto da argumentação. As provas são tomadas do contexto mais amplo da questão e envolvidas, por assim dizer, de valores entendidos pelo orador e

percebidos pelo ouvinte como capazes de influenciar a decisão do caso. Uma questão sempre congrega um conjunto infinito de argumentos em potencial prontos para serem “manejados” de modo a conduzir o debate para este ou aquele fim.

Efetivamente, estes argumentos não são evidentes, não estão explícitos, podendo ser encontrados por aí há qualquer tempo. Na verdade, sua natureza é deveras complexa, causando, no que concerne a definição e investigação teóricas, embaraços não raros. O trabalho argumentativo parece mesmo se iniciar na busca das provas apropriadas para determinada persuasão. Como coloca Aristóteles, as provas persuasivas não existem *per si*.

O trabalho do orador nesta fase da argumentação parece se assemelhar, em diversos aspectos, ao do detetive que busca pistas para solucionar um determinado caso. A bem das vezes, para o detetive é mister conhecer o mais profundamente possível seus potenciais suspeitos, todos os envolvidos no caso.

Na argumentação, uma das formas de persuasão, talvez a mais importante, consiste em jogar com as paixões dos envolvidos na questão. Na retórica, segundo Aristóteles, a persuasão depende estritamente da construção discursiva realizada pelo orador. Isto porque as provas que independem do discurso são de natureza empírica, não fazendo parte, neste sentido da Arte Retórica. No plano discursivo, a persuasão depende do caráter do orador, das paixões do ouvinte e, indubitavelmente, da esquematização discursiva ou textualização (num sentido pragmático, talvez) – através do discurso (do texto apresentado) é necessário demonstrar a verdade dos fatos ou o que parece ser verdade).

A verdade aqui deve ser entendida como provável. Quanto maior a probabilidade da verdade para todos os homens melhor. Uma verdade particular só convence um ser particular. A retórica, portanto, trabalha, em princípio, com o geral. O presumido do entimema reflete justamente este geral, que é comum, pelo menos, para dois seres particulares, que compartilham, pelo menos, um ponto comum. Se não houver este ponto de partida comum, não há como a argumentação se desenvolver. Pela

própria natureza do entimema, enquanto um silogismo (ou enunciado) por se completar, percebe-se seu caráter contingente. Segundo Aristóteles, os entimemas são deduzidos das verossimilhanças e dos sinais.

O verossímil é o que se assemelha à verdade, porque acontece a maior parte das vezes. Os sinais são indícios de uma verdade presumida (altamente provável). A bem da verdade, tais elementos podem ser resumidos aos lugares em que se assentam as premissas implícitas dos silogismos retóricos, os entimemas. Assim, um argumento está profundamente ligado a um lugar histórico, em que um enunciado, um texto, um pensamento, uma relação enfim, um valor é tido como verdade ou como provável verdade. Parte-se deste lugar, que deixou marcado num dito popular, num texto qualquer, numa dada associação um valor que se toma para conduzir a argumentação.

Segundo a teoria dos atos de fala, o ato de persuadir consiste em um ato perlocucionário, isto é, um efeito de um ato ilocucionário qualquer. Este postulado será assumido aqui para justificar a posição teórica de que qualquer tipo de texto, no sentido mais tradicional do termo, descritivo, dissertativo, narrativo *etc.*, serve, em princípio, para a argumentação. Assim, o orador, a fim de persuadir um ouvinte, pode se valer de todo tipo de texto para atingir seu objetivo, de influenciar na decisão do ouvinte a respeito de algo.

Segundo Perelman, esta influência pode ser exercida de determinadas maneiras, como se afetasse certos níveis. O orador pode argumentar no sentido de manter o ouvinte numa dada posição; pode tentar aumentar a tendência do ouvinte em sustentar uma dada posição; e pode, o que talvez seja mais comum, tentar, através da argumentação, mudar a posição do ouvinte.

Em busca da felicidade, o bem supremo para Aristóteles, o homem desenvolve suas paixões e seus desejos. Cada homem, inserido que está em dado ambiente social e histórico, constrói um conjunto de preferências. Suas opções podem ser marcadas por este espaço sócio-histórico, mas não são determinadas por ele. Há necessariamente um grau variável de construção subjetiva. As escolhas

nascem na sociedade, mas tomam forma própria em cada indivíduo. A felicidade, portanto, depende do valor de cada um, ou melhor, dos valores que o bem supremo assume para cada um.

Por isto, a argumentação, que visa um indivíduo em particular ou um conjunto de indivíduos, depende das circunstâncias sociais e históricas da questão que se coloca. Como se extraiu de Aristóteles, um enunciado argumentativo é propositadamente incompleto. Falta-lhe algo e este algo é encontrado em algum lugar. Há lugares-comuns e específicos. Obviamente na argumentação vale-se mais dos lugares comuns, mais gerais. De acordo com Perelman, os principais lugares tidos como comuns seriam: quantidade, qualidade, pessoa, ordem, existente, essência. Um lugar-comum reforça valores, promovendo hierarquias: x é mais que y; x é essencial, y não é; etc. estas proposições, diferentemente do que acontece na lógica formal, não são demonstráveis per si. Elas também não são estáveis, acabadas, uma vez enunciadas fecham-se dentro de si e assim permanecem. Ao contrário, tais proposições têm, por natureza, o fio do debate, o elo do discutível. Uma vez enunciadas, constituem-se em pontos de discussão. Por esta razão, uma das estratégias argumentativas mais usadas é exatamente não enunciar proposições que não são “bem-vindas” ao discurso enquanto elementos questionáveis. Proposições desta natureza são atualizadas discursivamente de modo que constituam “entes” inquestionáveis.

Na argumentação, como, aliás, em todo e qualquer ato de linguagem (conforme Bakhtin [1992b]), o locutor, transfigurado em orador, é parte de uma comunidade organizada socialmente e circunscrita numa história. Do mesmo modo, o interlocutor, transfigurado em ouvinte, integra um certo espaço social e histórico, jamais totalmente coincidente com o espaço do locutor. Deste modo, são duas esferas, dois espaços sociais e históricos que se encontram e estabelecem um diálogo.

Enquanto ato de linguagem do orador para o ouvinte, a argumentação a ser desenvolvida deve levar em conta, segundo Perelman, o papel do auditório encarnado pelo ouvinte. A noção de auditório é muito explorada por Perelman que considera este aspecto de vital importância para a persuasão,

objetivo final de toda argumentação. Segundo Perelman (id.: 22), o auditório “é o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”. A noção de auditório está vinculada à noção de comunidade, o que dá um aspecto bastante sociológico à teoria perelmaniana. Para Perelman (p. 23), “cada meio poderia ser caracterizado por suas opiniões dominantes, por suas convicções indiscutidas, pelas premissas que aceita sem hesitar”.

Nesta perspectiva, todo ouvinte, a quem se dirige uma argumentação, participa de um auditório particular. Quanto mais homogêneo for este auditório, melhor será para o orador. O ideal de argumentação é o auditório universal:

“A busca de uma objetividade, seja qual for sua natureza, corresponde a esse ideal, a esse desejo de transcender as particularidades históricas ou locais de modo que as teses defendidas possam ser aceitas por todos”. (p. 29)

O cartesianismo suscitou de forma bastante positiva este ideal de argumentação, elegendo a evidência como categoria fundamental para o conhecimento racional. À razão não caberiam as provas circunstanciais da retórica. Para Perelman (p. 31), o racionalismo tenta separar convicção de persuasão. Neste sentido, persuasão não teria nada a ver com razão. Este postulado talvez tenha sido a mais cruel forma de desvalorizar a retórica, enquanto forma de raciocínio. O desejo de certeza, de evidência, de verdade acabada dos fatos levou o pensamento racionalista, e todos os seus desdobramentos posteriores, a colocar a argumentação (em contraposição à demonstração, de acordo com Perelman) à margem da ciência. O persuasivo não poderia ser científico. O persuasivo seria irracional.

CORPUS, *METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS*

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O *corpus* investigado compôs-se de dados longitudinais do sujeito de pesquisa LM, cujos *corpora* fazem parte do Banco de Dados do PI “A relevância teórica dos dados singulares na aquisição da escrita”. LM é filha de professores universitários e frequentou escolas particulares no ensino fundamental e no ensino médio. Atualmente faz curso superior, em ciências biológicas, em uma universidade pública do Estado de São Paulo.

A constituição do *corpus* obedeceu a dois procedimentos básicos: observação geral do material de LM arquivado, e seleção de um *corpus* específico, conforme as hipóteses de trabalho. Do conjunto diversificado documentado no *corpus* de LM, optou-se, primeiramente, por selecionar textos tradicionalmente reconhecidos como dissertativos e/ou argumentativos. Este procedimento, entretanto, apontou um problema relativo à definição e classificação tradicionais dos tipos de texto, principalmente em relação aos de indivíduos aprendendo a escrever. A definição tradicional de tipo de texto restringe a argumentação a certos tipos textuais e elege a dissertação como o tipo de texto ideal para o processo de argumentação. Em termos práticos, isso colocou um problema metodológico para a pesquisa. As restrições impostas pela tipologia tradicional obrigava a analisar determinados tipos de textos e não outros. No entanto, a argumentação não se restringe apenas a textos tradicionalmente definidos como dissertativos-argumentativos. Na verdade, os dados revelavam diversos processos de argumentação em vários textos, produzidos em diferentes situações, o que levou o trabalho a uma revisão da especificidade do *corpus*.

Abandonou-se, assim, a tentativa de exclusividade de análise a textos supostamente de um tipo específico, como um protótipo de dissertação ou argumentação. Passou-se a considerar o todo do *corpus*, de modo a interessar os *dados* encontrados no conjunto dos textos e não *tipos de texto*. Assim,

o novo procedimento adotado visava a seleção e análise de dados relevantes para se discutir questões de estilo e argumentação. É importante observar, também, que a pesquisa se pautava por uma concepção de argumentação retórica, discursiva e pragmática, e não apenas semântica ou lingüístico-textual. Na prática, isto significava que o interesse investigativo deveria ser mesmo os índices de interação, de intersubjetividade, de relação entre um eu e um outro, simbolicamente, ideologicamente, e não somente marcas lingüísticas e textuais sistemáticas ou sistematizáveis.

A preocupação com os dados relevantes para se discutir, efetivamente, estilo e argumentação colocaram a pesquisa no sentido mesmo do dialogismo, como pensado por Bakhtin (1992 et alii). Nesse sentido, o diálogo ou os diálogos entre um eu e um outro foram tomados como lugares fundamentais, tanto para se discutir um possível trabalho estilístico individual do sujeito quanto um trabalho argumentativo. O diálogo entre sujeitos da linguagem, sociais e históricos, fundamentaria ambos os trabalhos (estilístico e argumentativo). Sobre a questão do estilo, vale a pena retomar uma das principais teses de Possenti (1988, inspirado em Granger, 1969):

Se há escolha onde a estrutura é mais fechada (e esta escolha representa o trabalho do sujeito na linguagem), há escolha forçosamente quando o trabalho do sujeito, a sua atividade se faz com uma “ferramenta imperfeita” (Henry, 1996) como o são as línguas naturais.

Possenti (1988 et alii) dá a entender que é a própria língua que força o sujeito a escolher, a trabalhar a linguagem. O sistema lingüístico seria tão pleno de variações, em todos os níveis, que não há outra alternativa, ao sujeito da linguagem, a não ser atuar ativamente sobre esse *sistema imperfeito*, a fim de torná-lo apto a realizar a construção de sentido que se almeja. A escolha, portanto, é fundamental, tanto para o indivíduo, em sua constituição de sujeito, quanto para a língua, em sua constituição de sistema em constante variação.

Da perspectiva bakhtiniana, a escolha, fruto do trabalho do sujeito com a linguagem, acontece no interior de um trabalho com os gêneros discursivos. O princípio fundante da concepção bakhtiniana de gêneros do discurso é o diálogo entre um eu e um outro. Esse diálogo marca o trabalho de escolhas realizado pelo sujeito, já que se concebe essa escolha em uma perspectiva social e histórica, e não, simplesmente, pessoal, de modo a atender a uma psicologia individual. O lugar dessa escolha é a psicologia social (e histórica).

A atuação individual estilística do sujeito no enunciado, processo constitutivo de toda e qualquer enunciação, em maior ou menor grau, conforme Bakhtin (1992), representa o lado movediço do papel do estilo na composição do enunciado. Segundo Geraldi (1991; 1995), essa atividade individual – estilística - é possível a partir do momento em que se pensa no conceito de *articulação textual*, cuja idéia central é a de que o sujeito, no trabalho discursivo com textos históricos, socialmente constituídos, *articula referências*. Isto significa que cada sujeito, individualmente, constrói seus pontos de referência, necessariamente assentados em processos dialógicos e ideológicos. Assim, a articulação textual de referências se dá no interior de um sistema relativamente estável, denominado por Bakhtin de gêneros discursivos. Com efeito, é no âmbito dos gêneros do discurso que se encontram os processos dialógicos e ideológicos capazes de assentar o trabalho individual e estilístico dos sujeitos sócio-historicamente constituídos.

A proposta de trabalho aqui defendida considera o *estilo individual de aprendizes da escrita* um tema muito próprio por diversos aspectos. A sua investigação requer uma forma de raciocínio altamente dialética e privilegia dados até então considerados ‘marginais’. O tema focaliza outros dois temas não menos importantes: o da *subjetividade* e o da *argumentação*. Se para os teóricos tradicionalmente reconhecidos do estilo, o inacabamento constituía um obstáculo para análise dos sujeitos não-literatos, nesta proposta assume-se a concepção bakhtiniana de sujeito, cuja marca é a incompletude, o por-vir, ‘o elemento em cadeia’. Em Bakhtin, o sujeito nunca está pronto-e-acabado. O

literato, sujeito ideal do estilo para muitos, não passaria de uma ilusão deste sujeito ‘pronto-e-acabado’ idealizado. Este sujeito uno, objetivo, clarividente só existe enquanto desejo, aspiração de um sujeito real, que cria uma ilusão (ou uma ficção, por exemplo) sobre si mesmo e o outro que o constitui.

Se, por um lado, a questão da subjetividade coloca em cena um indivíduo atuante, que responde ativamente às interações verbais das quais participa, por outro lado, o problema da argumentação é exatamente mostrar, para este indivíduo, o quanto o outro é importante e merece atenção. Na argumentação, o outro dialoga efetivamente com o eu, está presente na construção dos argumentos, responde a efeitos de sentido tentados pelo eu.

Nesta perspectiva é que se buscaram dados que representassem escolhas dentro de certos contextos de produção específicos, marcadamente dialógicos. A linguagem, enquanto trabalho, constitui a língua (sistema simbólico mediante o qual se opera sobre a realidade) e constitui a realidade sob a forma de um sistema de referências em que a língua ou qualquer outro sistema simbólico se torna significativo. A linguagem, nesta perspectiva, consiste em um trabalho coletivo. Mas o trabalho na linguagem também constitui o sujeito da linguagem. Um indivíduo se torna sujeito da linguagem no trabalho com a língua. Neste sentido, o trabalho é individual. Daí o sujeito fazer escolhas, exercer preferências, agir segundo um ponto de vista, uma visão de mundo. Aí poderia ser encontrado um estilo, fruto de um trabalho lingüístico coletivo, por princípio, mas, nem por isso, marca de um processo de individuação.

A pesquisa, portanto, foi encaminhada em duas direções. Primeiramente, em direção à reconstituição de um trabalho de escolhas que pudesse caracterizar um estilo. Nessa direção, procurou-se atentar para o trabalho lingüístico de seleção e de articulação de recursos expressivos presentes em textos diversos. A própria seleção e articulação de gêneros discursivos já seria uma forma de trabalho estilístico.

Em outra direção, a pesquisa se voltou para a reconstituição de argumentações, que, talvez, pudessem, também, revelar um estilo. Perseguindo tendências estilísticas, apontadas por Mayrink-Sabinson em suas análises do *corpus* de LM, perguntou-se se essas tendências influenciavam a retórica desenvolvida nos textos desse sujeito.

Imbuído da metodologia proposta pelo paradigma indiciário, e concebendo o sujeito textual como um articulador discursivo (cf. Geraldi, 1995), concebeu-se a argumentação como lugar possível da subjetividade e, portanto, do estilo.

Baseado no quadro teórico, exposto na primeira parte deste trabalho, o conceito de subjetividade aqui é, nos termos bakhtinianos, dialógico, ou seja, se funda em uma relação constitutiva de um eu com um outro. Outrossim, o sujeito parte sempre, por princípio, de um já-dito e constrói discursivamente um devir, um elo que liga o seu dizer a um dizer futuro, potencialmente presente. Conforme a proposta teórica bakhtiniana, o sujeito toma um *objeto do sentido*, que é recorrente, isto é, faz parte da comunicação social dentro de uma dada esfera social e o reconsidera a partir de outra avaliação, ampliando valores ou reformulando-os. Isto constitui, na teoria da enunciação bakhtiniana, o *tema*, força valorativa da enunciação como um todo.

No processo articulatório-textual, o tema, enquanto força valorativa, influencia decisivamente a composição do enunciado. A ele se somam o estilo do gênero e as intenções do enunciador.

O tratamento exaustivo do tema, como coloca Bakhtin, representa exatamente o movimento dialógico dos julgamentos de valor atribuídos ao objeto de sentido. Os debates sobre os supostos atentados terroristas recentes aos EUA estão sempre carregados de atributos como *absurdo*, *hediondo*, *ousado*, entre outras formas de julgar valorativamente o acontecido. Tratam-se, em todos estes atributos ‘lançados’ sobre o objeto do sentido, de forças valorativas que dão o tom do discurso na instância enunciativa.

Em meio a tais campos de força, o enunciador (sujeito textual) possui ainda a necessidade de expressar suas intenções com o que vai ser dito. O fundamento, neste caso, também é dialógico; o enunciador sempre se dirige a um destinatário, um outro que representa uma imagem que o eu deseja adorar ou destruir.

A composição do enunciado depende, em última instância, do funcionamento da linguagem em determinados campos de comunicação. Segundo Pimentel (1999: 235-244), “*o querer-dizer do locutor determina o tratamento de um tema dentro de um gênero escolhido a partir das esferas da comunicação social.*” Para ela, o gênero conduz o próprio processo discursivo. Neste sentido, Bakhtin “*antecipa o que mais tarde tornou-se central na Análise do Discurso: a necessidade de tomar o texto em sua relação com a exterioridade. (...).*”

Os gêneros do discurso são tipos relativamente estáveis de enunciados, portanto congregam dois pólos, o do estável, ou melhor, relativamente estável, e o do movediço. Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin (1992b) já analisava a significação lingüística com base nestes dois pólos. Um enunciado apresentaria elementos sistêmicos da língua, relativamente estáveis, ao mesmo tempo em que revelaria aspectos, por natureza, não-reiteráveis, dependentes das situações discursivas.

Esta relação dialética parece se configurar também na questão estilística. O sujeito, ao tomar a palavra, ao enunciar, sempre se apropria de um certo gênero do discurso, por princípio. Muitas vezes, não se consegue caracterizar um gênero logo que está sendo atualizado. É mister considerá-lo *a posteriori* e daí buscar marcas de saberes pré-construídos, históricos e sociais. É pois a reconstrução desses saberes que constituem os gêneros.

O sujeito, portanto, parte sempre de conhecimentos estilísticos prévios (conscientemente ou não). Não importa se ele usa a forma considerada mais básica da conversação cotidiana. Nesta também há um estilo de composição dos enunciados, saberes históricos e sociais construídos nas esferas de comunicação social mais familiares. Assentado sobre estas bases estilísticas funcionais, o sujeito pode

exercer suas preferências por este ou aquele recurso expressivo ou por esta ou aquela entonação discursiva. Efetivamente, o sujeito terá que trabalhar (Possenti, 2001; 2002) na linguagem, com e sobre ela (Geraldí, 1991; 1995), para fazer valer suas escolhas individuais. Este trabalho estabelecerá um diálogo profícuo com os estilos funcionais dos gêneros em constituição. Como aponta Bakhtin (1992a) há gêneros que não se prestam exatamente ao exercício estilístico individual, sendo, nestes casos, fenômenos marginais. Noutros casos, há gêneros que talvez mantenham sua existência justamente no trabalho estilístico individual dos sujeitos.

Vê-se, portanto, que este estudo teve a intenção de buscar essas marcas do trabalho lingüístico-discursivo de um sujeito, procurando interpretá-las, primeiramente, como traços de uma atividade estilística, social, por um lado, e individual, por outro; em um segundo momento, as marcas de trabalho do sujeito seriam vistas como dados que permitiriam a reflexão sobre a questão colocada da influência do estilo na argumentação. Nessa perspectiva, considera-se a seguinte hipótese: o trabalho com os gêneros discursivos consiste em uma atividade estilística e, nessa perspectiva, esse trabalho exerce, também, um papel relevante na argumentação.

O tema *estilo individual*, em especial de aprendizes da escrita, traz à tona um sujeito em atividade, que trabalha com e sobre a língua dentro de um universo discursivo sócio-historicamente constituído. Neste trabalho, nesta atividade, o sujeito representa um contexto social, estrutura discursivamente seu *querer-dizer* e, por fim, textualiza. Esta textualização constitui um trabalho criativo (De Certeau, 1990) por natureza, um trabalho de *apropriação* e *articulação* que envolve conhecimentos prévios, presença do outro-interlocutor, escolhas subjetivas, condições de produção do discurso, entre outros fatores.

No processo estilístico individual se relacionariam de modo bastante complexo algo estruturado (ou semi-estruturado) e algo subjetivamente articulado. O estilo poderia revelar, neste

sentido, muita coisa sobre a própria relação eu-outro, ou entre o social e histórico e o particular e pessoal.

O sujeito da linguagem se apropria de gêneros discursivos com os quais ele tem contato e que formam um repertório genérico à disposição desse sujeito. O seu primeiro passo no momento de produzir um texto é fazer essa apropriação e articular no seu texto o gênero ou os gêneros que lhe servirão para a construção textual (produção de efeitos de sentido).

O PARADIGMA INDICIÁRIO

Não se pode comparar, concretamente, por exemplo, dois momentos de enunciação já ocorridos. Mas se se tem os enunciados, produtos desses momentos, talvez seja possível, a partir de indícios, reconstituir, abstratamente, aspectos dessa ‘realidade complexa não experimentável diretamente’. (Vale ressaltar que, por exemplo, ainda que fossem filmados, em vídeo, esses momentos, muitos aspectos ainda ficariam submersos, e somente uma investigação indiciária seria capaz de levantar hipóteses explicativas a este respeito.)

Imbuído desse pensamento investigativo, o projeto de pesquisa do qual este trabalho é resultado propôs uma análise de dados fundamentada, em conformidade com o Projeto Integrado/CNPq “A relevância teórica dos dados singulares para a aquisição da escrita”, nos pressupostos teórico-metodológicos do paradigma indiciário, conforme Ginzburg (1986). De acordo com o autor, este modelo epistemológico teria surgido no âmbito das ciências humanas por volta do final do século XIX, mas suas raízes seriam muito antigas e estariam no fato de o homem ter sido caçador por milênios e ter aprendido a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Ginzburg

analisa esse modelo, em uma tentativa de justificar, em termos históricos e gerais, um modo de fazer pesquisas que procura sair dos incômodos da contraposição “racionalismo” X “irracionalismo”.

Ginzburg (op.cit) procura traçar um paralelo entre Morelli, um estudioso de obras de arte, Conan Doyle, criador de Sherlock Holmes, e Freud, pai da psicanálise. A hipótese do historiador era que Doyle e Freud teriam estudado Morelli. A hipótese do paralelismo entre Morelli e Freud, por exemplo, negligenciada por muitos, sendo, nesse sentido, considerada uma possibilidade sem muita importância, uma espécie de mera coincidência, é tomada por Ginzburg como um dado histórico revelador de um modelo epistemológico que emergia naquele século XIX, mas que tinha raízes bem mais profundas. Na sua análise, o historiador busca, com base em indícios, datar, ainda que aproximadamente, os momentos em que Freud teria realizado leituras dos textos de Morelli.

Outro estudioso de Morelli, segundo Ginzburg (idem: 145), teria sido Wind, que teria estado muito próximo de intuir as mais profundas implicações do método morelliano. Estas intuições teriam sido desenvolvidas por Castelnuevo “*que aproximou o método indiciário de Morelli ao que era atribuído quase nos mesmo anos a Sherlock Holmes pelo seu criador, Arthur Conan Doyle*” (a intuição aqui seria a do paralelismo entre Morelli e Doyle). Outra intuição de Wind se refere à questão dos lugares mais adequados para se encontrar a personalidade de um sujeito, no dizer de Morelli “*a personalidade deve ser procurada onde o esforço pessoal é menos intenso.*” (id.: 146). Morelli teria sido então precursor da psicologia moderna, bem como do romance policial celebrado por C. Doyle. Morelli teria influenciado Freud e portanto teria um lugar especial na formação da teoria psicanalítica.

Para Ginzburg (id.: 153), tanto o paradigma (modelo de conhecimento) venatório como o divinatório “*pressupõem o minucioso reconhecimento de uma realidade talvez ínfima, para descobrir pistas de eventos não diretamente experimentáveis pelo observador*”. Para o autor, a principal divergência entre os dois paradigmas é que um se voltava para o passado enquanto o outro para o futuro

– “porém a atitude cognoscitiva era, nos dois casos, muito parecida; as operações intelectuais envolvidas – análises, comparações, classificações - , formalmente idênticas”.

Para o historiador, há uma relação importante entre a arte da adivinhação e a escrita cuneiforme, no sentido de que tanto uma quanto outra designavam coisas através de coisas. Processos de abstração semelhantes seriam encontrados no saber venatório, no caso do pictograma e também na escrita fonética. Não se trataria de indução simples, mas de uma inferência das causas a partir dos efeitos, que Peirce chamou de Abdução. Para Ginzburg (p. 145),

“por traz desse paradigma indiciário ou divinatório entrevê-se o gesto talvez mais antigo da história intelectual do gênero humano: o do caçador agachado na lama, que escruta as pistas da presa.”

O que caracterizaria este saber “*é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente.*”

Na Grécia antiga, Hipócrates utilizava a observação e registro de sintomas, valendo-se, assim, de um saber conjuntural (*tekmor, tekmaire sthai*) – o mesmo proposto por Aristóteles n’*A arte retórica*.

Entretanto, o paradigma indiciário teria permanecido implícito, como coloca Ginzburg, “*esmagado pelo prestigioso (e socialmente mais elevado) modelo de conhecimento elaborado por Platão.*”

Conforme Ginzburg (p. 156),

“O grupo de disciplinas que chamamos de indiciárias (incluída a medicina) não entra absolutamente nos critérios de cientificidade deduzíveis do paradigma galileano. Trata-se, de fato, de disciplinas eminentemente qualitativas, que têm por objeto casos, situações e documentos individuais, que enquanto individuais, e justamente por isso, alcançam resultados que têm uma margem ineliminável de

casualidade (...). A ciência galileana tinha uma natureza totalmente diversa, que poderia adotar o lema escolástico individuum est ineffabile – do que é individual não se pode falar. O emprego da matemática e o método experimental, de fato, implicavam respectivamente a quantificação e a repetibilidade dos fenômenos, enquanto a perspectiva individualizante excluía por definição a Segunda, e admitia a primeira apenas em funções auxiliares.”

Essa margem de casualidade, apontada por Ginzburg, permite a revisão de hipóteses e conclusões que tentam desvendar o fenômeno observado. A argumentação em torno de uma hipótese sempre pode ser retomada e configurada de outro modo. Esta é uma idéia também presente n’*A Arte Retórica* de Aristóteles (op.cit.), em que o caráter circunstancial dos entimemas permite o inacabamento dos discursos argumentativos. Outros elementos da conjectura, não considerados, até então, podem revelar novos processos, suscitando novas hipóteses explicativas para as questões colocadas. No paradigma indiciário, assim como na retórica, as hipóteses e conclusões não esgotam o raciocínio, pois permitem outras formulações não vislumbradas anteriormente.

Em análises tipicamente enunciativas, como as que são realizadas neste trabalho, há sentidos que devem ser reconstituídos. Deve-se montar um quebra-cabeça, inexistente até então, uma espécie de retrato-falado. Isto é permitido pela abdução, em sua análise de pistas, sinais, sintomas, marcas que escapam aos olhares não preocupados com os pormenores, em geral negligenciáveis. “O diabo mora nos detalhes”, para parafrasear Ginzburg, que utiliza um aforismo semelhante no início do ensaio *Raízes de um Paradigma Indiciário*. Ele lembra uma fábula oriental em que três irmãos, depositários de um saber do tipo venatório, fazem a reconstituição da figura de um animal (um camelo ou um cavalo) que nunca viram. Como o camelo ou o cavalo, da fábula, (re)contada por Ginzburg, que deixou pistas que foram decifradas/interpretadas pelos três irmãos, e eles puderam, desse modo, recriar um objeto, até então, inexistente, para eles, esta pesquisa tentou reconstituir, recriar processos, estilísticos e retóricos,

relativos à linguagem usada por um sujeito ao longo de um processo de escolarização formal. As pistas encontradas tornaram-se, assim, dados reveladores de aspectos diversos daquilo que se buscava compreender: se havia um estilo individual sendo trabalhado e como esse trabalho poderia influenciar a argumentação do sujeito pesquisado.

Age-se como um detetive, às voltas, por exemplo, com um crime, tateando pistas, às vezes infinitesimais, inimagináveis de se encontrar, surpreendentes por apontar caminhos impensáveis. O crime prescinde de uma razão, de um sentido. E, por princípio, não há crime perfeito, por mais que busquem realizá-lo. De fato, todo criminoso deixa pistas, indícios, em grande parte das vezes tão próximos do óbvio que passam despercebidos. Daí a famosa expressão atribuída a Sherlock Holmes: *Elementar, meu caro Watson!*

Talvez o que diferencie o trabalho de um investigador criminal (e, por que não dizer, de outros investigadores) seja a ousadia, principalmente na formulação de hipóteses explicativas para as pistas que têm. Se o fato a ser reconstituído escapa às leis da lógica, sendo impossível demonstrá-lo, passar um vídeo-tape do ocorrido, é mister ousar nas prováveis verdades do fato. Neste sentido, exercerá papel fundamental a verossimilhança. Isto porque efetivamente não se dará conta de se reconstituir a verdade do ocorrido, todas as facetas matematicamente calculadas, o tempo do crime cronometrado no relógio. O que se terá, no desfecho do caso, são verossimilhanças, indícios que mostram – mas não demonstram, por exemplo – as razões do crime.

As razões de um crime, para continuar no exemplo dos últimos parágrafos, não podem ser buscadas no campo da lógica-matemática. A lógica pode não funcionar neste caso, mascarando as razões próprias à questão. Exercem um papel fundante aqui tipos de raciocínio tradicionalmente considerados, pela ciência, como irracionais, ilógicos. Esses tipos de raciocínio parecem compôr o que Ginzburg denominou de Paradigma Indiciário, um arsenal metodológico seguramente operante na

prática, mas não sistematizado na teoria. Por isso mesmo, tais métodos teriam ‘ficado de fora’ dos métodos racionais-científicos.

Na perspectiva do paradigma indiciário, o pesquisador deve ter sempre o olhar atento para o seu objeto de pesquisa. A partir, pois, do genérico, ele deve observar, minuciosamente, as singularidades, aquilo que distingue o objeto dos outros de sua espécie. É preciso olhos de especialista, e, desse modo, é imprescindível um arcabouço teórico que possa fornecer subsídios para o investigador. De repente, algo o surpreende, algo chama a sua atenção, geralmente algo inesperado, que foge à regra geral. Nesse momento, então, o pesquisador formula suas hipóteses e tenta explicá-las, procurando analisar o que os dados têm de revelador sobre o fenômeno que ele busca entender.

O olhar atento do pesquisador, principalmente a detalhes e pormenores, normalmente negligenciados, pode se tornar extremamente valioso para as questões que os dados apontam de maneira indiciária. A atenção deve ser constante, porque os mesmos dados analisados em um dado momento, em outro podem revelar novas facetas teóricas. Assim, uma análise, nesses moldes, jamais é definitiva, acabada. A idéia de inacabamento, presente na teoria bakhtiniana sobre a relação sujeito-linguagem, bem como na teoria perelmaniana sobre argumentação, também se faz presente nessa perspectiva epistemológica. As hipóteses trabalhadas estão sempre em processo de (re)formulação, podendo, perfeitamente, ser abandonadas a partir de novas observações, que revelem novos ângulos de análise dos dados, que, assim, poderão iluminar novas hipóteses explicativas.

Nesse sentido, as análises iniciais apresentadas nesse trabalho retomam análises realizadas anteriormente (Vidon, 1999). Essa (re)análise reflete um outro olhar teórico dirigido aos mesmos dados já analisados. Nesse novo olhar, procurou-se reforçar os aspectos retóricos encontrados nesses dados, presentes em textos opinativos produzidos no início do ensino fundamental. Tais textos marcam, primeiramente, uma possível tentativa, pelo menos por parte da escola, de constituição de um modelo textual, teoricamente pertencente a um gênero discursivo. Em segundo lugar, esta produção criou, para

o sujeito pesquisado, um espaço de argumentação, ainda que não intencionado explicitamente pela escola. Nesse espaço de argumentação, interpretou-se dois movimentos retóricos do sujeito, um em direção a um auditório universal, conforme a proposta perelmaniana, e outro em direção a auditórios particulares, um bem específico, representado pela figura do professor, e outro mais genérico, como será analisado mais adiante.

As análises seguintes a estas primeiras retomam uma hipótese formulada inicialmente por Mayrink-Sabinson (1997) para dados da escrita inicial de LM. Segundo a análise dessa pesquisadora, haveria uma tendência desse sujeito para um trabalho lingüístico que tentava construir efeitos de sentido humorísticos.

A ESCRITA INICIAL DE LM: TENDÊNCIAS ESTILÍSTICAS E O TRABALHO DA ESCOLA

Mayrink-Sabinson (1997; 1999) observou, na escrita inicial de LM¹⁶, tendências estilísticas (no sentido de escolhas lingüísticas preferenciais) que se manifestavam, principalmente, em situações menos formais de escrita.

“No caso dos textos “livres”, a opção de LM (sua escolha, e, portanto, a manifestação de sua individualidade) seria por temas ligados ao cotidiano, ao aqui e agora, ou a fatos vivenciados por ela. Exposta à leitura de uma vasta coleção de livros de histórias, não é neles que ela parece buscar sua “inspiração”, mas nos eventos que vive ou viveu, pelo menos no que diz respeito ao que dizer.” (Mayrink-Sabinson, 1997: 186)

Assim, nas situações de escrita destes textos, em casa ou mesmo na escola, LM tinha oportunidade de “*escrever o que quisesse*”. Haveria, segundo Mayrink-Sabinson (1999: 13), “*a presença de um “outro” constante nestes textos – o cotidiano de LM – cujos ecos se fazem ouvir naquilo que escreve*”. Para a pesquisadora, examinando um *corpus* constituído de textos considerados (por várias pessoas) “engraçados”, LM busca, ativamente, lembranças cotidianas para escrever sobre elas:

¹⁶ O *corpus* de LM, parte dos *corpora* longitudinais arquivados no banco de dados do PI, tem sido analisado a alguns anos por Mayrink-Sabinson (1993; 1996; 1997; 1999; 2000; 2002) e recentemente por Vidon (1999; 2000). A busca de marcas de trabalho na escrita que possam ser tomadas como indiciárias no sentido da configuração de uma atividade estilística individual constitui, atualmente, objetivo comum dos trabalhos destes pesquisadores. Anteriormente, trabalhando no Projeto Integrado/CNPq “A relevância dos dados singulares nos dados de refacção de escrita”, Mayrink-Sabinson analisou dados de LM interessada principalmente em discutir o papel do outro-interlocutor no processo de aquisição da criança. Através dos

“Nas aulas de Português, o espaço para o surgimento de “textos engraçados” parece existir, principalmente quando a professora não determina “temas”, deixando livre a escolha deste. Fatos inusitados (e, provavelmente por isto, considerados “engraçados”) são então escolhidos para se constituírem em temas de escrita solicitada pela professora.” (id.: 7-8)

Em ambiente doméstico, principalmente, LM prefere tratar de assuntos relacionados a pessoas próximas a ela, bem como abordar situações acontecidas ou criadas em que figuram personagens do seu convívio vivendo situações engraçadas, peculiares, às vezes vexatórias, às vezes simplesmente diferentes.

Mayrink-Sabinson (1997) identifica, nesses dados, um processo de subversão de uma certa *ordem natural das coisas*, como um trabalho comum realizado por LM nas suas primeiras produções textuais escritas, em situações nas quais o professor dava mais liberdade à aluna para a escolha do tema e de sua abordagem.

Na escola, este tipo de situação teria sido muito comum na 2ª série, período em que a professora realizava um trabalho mais dinâmico no sentido de expor mais os alunos a uma variedade maior de textos. Assim, os alunos tanto liam uma variedade maior de textos como escreviam. No caso da produção escrita, a escolha do tema geralmente era livre, o que indicia uma preocupação do professor com o que o aluno tinha a dizer enquanto vontade sua (do aluno) e não do professor, da escola, ou das normas curriculares. Além disso, conforme Mayrink-Sabinson (op. cit.), as cobranças relativas à ortografia, pontuação, grafia de maiúsculas e minúsculas *etc* se faziam em escala bem menor do que acontecera na 1ª série, por exemplo, e do que iria acontecer na 3ª.

Como observa Mayrink-Sabinson (id.), as situações, em ambiente escolar, em que LM exerce suas preferências mais livremente, seja em relação aos temas tratados, seja em relação aos modos de

dados, a autora tenta mostrar a insuficiência das hipóteses psicogenéticas e mesmo vigotskianas para entendimento da

abordá-los, são, na 2ª série, muito mais frequentes, na medida em que certas normas e convenções da escrita ainda não estavam sendo cobradas, o que não quer dizer que não estavam sendo introduzidas. Uma maior “formalização” do ensino da escrita, acompanhada de uma maior cobrança a respeito das formas ortográficas, léxicas, sintáticas e, com ressalvas, textuais, começa a acontecer, efetivamente, a partir da 3ª série.

Os dados de LM revelam que, durante a 3ª série, a sua produção textual diminuiu, em comparação com a 2ª série, e se tornou menos variada. As leituras se tornaram menos diversificadas, ocorrendo nesta série um processo de formalização de um trabalho de leitura de textos literários infantis e infanto-juvenis. Nesta perspectiva, eram cobrados dos alunos textos comentando as leituras – estes textos, na verdade, vinham substituir fichas de leitura, exigidas a partir da 2ª série. Isto significa que os espaços para LM exercer e trabalhar (desenvolver) suas preferências, temáticas, discursivas, lingüísticas, tornaram-se escassos, dadas as cobranças em torno do conteúdo e da forma dos textos. Desse modo, o que Mayrink-Sabinson denomina de *textos livres* vai dando lugar a textos mais escolarizados, no sentido de serem forjados em sala de aula e, talvez o mais importante, dirigirem-se quase exclusivamente ao professor da turma.

Conforme tentou-se mostrar em Vidon (1999), os textos em que LM comenta as leituras feitas por ela dos livros constantes da biblioteca de classe seriam exemplares típicos desse processo de “formalização escolar”. Esses textos, comentários de livros infantis e infanto-juvenis, surgem no interior de uma prática de leitura fora da sala de aula, na 2ª série. A prática de leitura de livros infantis e infanto-juvenis já vinha acontecendo com uma certa sistematicidade desde o final da 1ª série, sendo a leitura trabalhada na forma de exercícios do tipo pergunta-resposta. A textualização de comentários sobre os livros, na 2ª série, ocorre, de início, no interior das questões de pergunta-resposta. Em seguida, tem início o preenchimento de fichas de leitura, ao final da 2ª série, ao que tudo indica. Na 3ª série, a

atividade de comentar livros torna-se independente dos exercícios de pergunta-resposta e do preenchimento de fichas de leitura, havendo, assim, a produção efetiva de um texto, no sentido kochiano (1987). Essa atividade torna-se, ainda, regular, havendo, inclusive, uma certa padronização dos textos, na medida em que todos eles contêm um cabeçalho, composto dos nomes do livro, do autor e da editora, e um corpo textual.

Todos esses aspectos poderiam ser associados à constituição de um gênero do discurso. No início, o gênero (e todas as suas facetras) ainda é um tanto quanto obscuro, nebuloso. Daí, o sujeito recorrer aos gêneros fundantes dessa produção: os exercícios de pergunta-resposta e as fichas de leitura. Nessas produções, perguntas são feitas diretamente pelo professor e devem ser respondidas pelo aluno. A interlocução, portanto, pode ser considerada bastante explícita (vide o exemplo [3a]). É, pois, esta forma de interlocução que parece ser (re)tomada por LM, ao longo da 3ª série. Na 4ª, há mudanças, como será discutido a seguir.

A intenção inicial dos professores, com esta atividade, não parece ser a produção de textos predominantemente argumentativos. Os alunos deveriam descrever os livros lidos a partir de uma opinião positiva ou negativa a respeito da leitura. A opinião seria um pretexto, um *start* para o aluno descrever o enredo, o cenário, as personagens, entre outros aspectos das narrativas. Isso porque os comentários/descrições poderiam servir a outros alunos como sinopses. Não parece, assim, que a argumentação, sobre o valor positivo ou negativo do livro, fosse o mais relevante para os objetivos escolares naquele momento. Um sintoma disso talvez seja a cobrança, que acontece ao longo da 4ª série, em relação ao texto (estilo?) que LM vinha desenvolvendo. Considerem-se os exemplos seguintes:

(1a) *“Eu gostei dese livro ele ceria otimo para cer/ de poezia mais não e O unico problema e/ que ele e muito curto eu acho que*

ele não e/ para 4^a serie e muito infamtil mas tambem/ e muito bom Os dezenhos destes livros/ tambem tem uma tecnica muito boua e combina/ com o livro. Outra coiza que não goste e que/ não tem o nome do rei e da rainha e da princeza,/ so fala o nome de umas pesouas que esquesio o/ nome que eles sentem saldade.” (Por uma questão de saudade, de Marina Martines.)

(1b) *“Este livro é bem gostozo de ler,/ sóque ele podia ser maior e o/ final podia ser mais caprichado,/ em fim eu gostei do livro a/ Cecilia Mereles escreve as estorias e/ poezias muito bem, ela escreve de um/ geito que todo mundo gosta, soque tambem/ tem gente que prefere aventura mais/ eu não eu gosto de poezia e contos de/ fada.” (Ou isto Ou aquilo, de Cecília Meireles)*

(1c) *“Este livro e interessante por que/ agente ce envolve nele e agente vai lendo/ e se não cansar e bem capaiz de/ terminarem num dia só e ainda sobra/ tempo para ler dinovo. Eu achei que na/ bliblioteca deveria ter mais livros como esse./ Aparte que mais gostei dese livro foi/ a hora que eles matam duas onças marido e/ mulher e na ora do casamento da prima/ do cerelepe que chama miquirinha e tem/ uma briga com os tatus porque eles não/ forão convidados e tambem querem participar da/ festa.” (O cachorrinho samba na floresta, de Maria José Dupré)*

(2a) *“Eu gostei muito deste/ livro. Ele tem historias bem interessan/tes uma das que mais gostei/ foi a da Sopa de pedra e a/ historia de um homem que/ engana uma velha muito/ pão dura e ganha uma aposta/ que fes com os amigos.” (Contos populares para crianças da américa latina, de Maria C. Posada).*

(2b) *“Eu gosstei muito desste/ livro, a isstoria que/ gosstei mais foi a do/ corevoando e a isstoria/ de um ladrão que tem pés de/*

vento e foge de qualquer enrass/ cada. No texto o corevoan/ do foge da cadeia, ele/ foi preso porque ele rou/ bou uma casa.” (Contos de piratas, corsários e bandidos, de autor desconhecido, segundo LM).

(2c) *“Eu achei este livro/ bem legal. Ele fala de um/ grupo de crianças e/ uma dessas crianças/ vira prefeito mirim da/ cidade, e faz muitas/ obras.”* (A prefeitura é nossa, de Giselda L. Nicolen).

Ao longo da 4ª série, acentua-se uma preocupação pedagógica em relação a um tema específico de língua portuguesa, que, conforme investigou-se no banco de dados, estará presente de maneira significativa nas 5ª e 6ª séries: os elementos da narrativa (enredo, personagens, cenário, tempo, etc.). Esta cobrança, especificamente, que se encontra no plano do conteúdo, associada a cobranças no plano formal, particularmente a questão da ortografia, provoca uma mudança textual significativa nos comentários de LM durante a 4ª série.

Em um momento, representado aqui pelos exemplos [1(a,b,c)], tem-se um texto mais persuasivo, na medida em que apresenta uma série de recursos retóricos trabalhando a argumentação – modalizações, indeterminação e generalização do sujeito, metáforas temporais, condicionais - (cf. Koch, 1987) e se dirige, ao que tudo indica, a interlocutores vários, e não somente ao professor. Em outro momento, representado aqui por [2(a,b,c)], há uma preocupação de LM em abordar um tema específico, o que parece de alguma forma ser reflexo de um trabalho pedagógico realizado em sala de aula.

Os exemplos [2(a,b,c)] diferem bastante de exemplos como [1(a,b,c)] e, também, como o seguinte, em que se tem recursos retóricos como a indeterminação do sujeito através do uso pronominal

da partícula *se* e também a generalização do sujeito através do dêitico *você*, que torna não-evidente a destinação do texto unicamente ao professor da classe.

(1d) “*Este livro tem um jeito gostoso/ de se ler, ce você ler ele de/ dia não tem grassa o mais/ interessante e ler de noite// Eu estou lendo a 1 parte desta/ coleção e estou gostando muito.// Uma parte que eu mais gostei/ foi a parte que Antam entra no/ quarto e ve Ana centada na cama/ dele e comesam a conversar.*” (O grande amor do pequeno vampiro, de Angela Somer-Bedinburg.)

Em (1d), LM se dirige a um *você* que pode ser identificado a um certo conjunto de leitores virtuais. Estes leitores podem se envolver na leitura de tal modo que podem se desligar da realidade, podem ter preferência por horários melhores para a leitura, dependendo do gênero do texto: suspense, aventura, drama. Índices enunciativos como *a gente, todo mundo, se* revelam a transposição dialógica do sujeito LM, colocando-se no lugar de um outro que dialoga com um eu, porque ambos fazem parte de um mesmo *nós: os leitores*. Um eu se desdobra em leitor e escritor. LM coloca-se no papel de escritora para falar de sua experiência como leitora. Ao mesmo tempo, um outro se desdobra em professor e leitor.

Em um certo momento, temos LM se dirigindo a leitores virtuais, dentre eles, sua professora. Em outro, temos a autoridade professoral se afirmando, monologicamente (Bakhtin, 1988 [1929]). No momento em que a professora se encontra na posição de leitora, ela, de fato, dialoga com o sujeito que produz o texto, porque ambos participam da mesma condição. Ao contrário, no momento em que a autoridade professoral se afirma, a co-participação no conjunto de leitores é rompida e a professora não mais dialoga com sua aluna, mas impõe a ela uma voz.

Um indício das mudanças lingüísticas, discursivas e textuais verificadas é o fato de inexistirem em [2(a,b,c)] expressões de caráter generalizante, como *a gente, se, todo mundo, você*.

Tal fato revelaria, também, com base na teoria retórica perelmaniana, mudanças na concepção de auditório do locutor.

Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) e Perelman (1997), a argumentação se torna possível efetivamente quando os interlocutores (orador e auditório) estão de acordo em discutir um assunto qualquer. Para isto devem partir, necessariamente, de algumas premissas. Toda argumentação se funda em premissas socialmente aceitas e que se tornam, então, pontos de partida para o desenrolar da argumentação (ainda que seja para questioná-las).

Os textos opinativos, analisados anteriormente (e em Vidon, 1999), têm, hipoteticamente, um acordo de base: o locutor deve opinar positiva ou negativamente a respeito do livro lido e deve justificar sua opinião – através da descrição de aspectos do livro lido. De uma certa forma, este acordo é descumprido, ou cumprido parcialmente, por LM, a partir do momento em que não justifica ou justifica pouco (ou um pouco) a opinião dada a respeito do livro. Além disso, ela não se detém em descrições das histórias lidas. Nesse sentido, o descumprimento do acordo, implicitamente estabelecido entre professor(a)/escola e aluno(a), faz com que o(a) professor(a)/escola tente (re)estabelecer a ordem, investindo na cobrança dessas justificativas – por meio de descrições. Vale observar que não há marcas explícitas dessas cobranças nos textos de LM. Esta análise só foi possível indiretamente, através da comparação de textos produzidos, principalmente, no início e no final da 4ª série.

Sem acordo, a argumentação, realizada por LM, dá lugar a tentativas de demonstração do valor (positivo ou negativo) do livro. Do ponto de vista retórico, a demonstração dispensa um interlocutor particular, buscando, idealisticamente, o auditório universal, a adesão total às teses apresentadas. Neste sentido, é possível vislumbrar um desenvolvimento nas concepções de auditório encontradas em diversos momentos da produção, por LM, desses textos. Em (3a), encontra-se, explicitamente

configurada, a figura do interlocutor. Tem-se, neste momento, um interlocutor explicitamente definido: Eleonora, a professora da 3ª série. Ela representa, retoricamente, a encarnação de um auditório muito particular: os professores. Em [1(a,b,c,d)], o interlocutor está indefinido, completamente indeterminado. Porém, ele faz parte de um conjunto particular, um pouco mais abrangente do que o dos professores. Trata-se dos leitores, constituintes de um auditório particular característico. Já em [2(a,b,c)], o interlocutor não existe, formalmente, e quer-se que ele não exista, até mesmo, abstratamente. Neste caso, este interlocutor inexistente encarna o auditório universal.

Essas mudanças parecem refletir, também, mudanças nas concepções sobre o gênero do discurso em que o texto está sendo produzido. São vários aspectos que conduzem a isso, dentre eles, as mudanças de interlocutor e de tom discursivo.

No momento em que o texto de LM é mais persuasivo, por conta de todos os recursos retóricos analisados anteriormente, pode-se pensar no direcionamento do texto a um auditório mais amplo, constituído pelo conjunto de leitores. Não se trata, assim, de um leitor específico, ou de um tipo de leitor específico.

Do auditório particular, constituído pelo locutor, o texto, sob pressão escolar, vai constituindo a imagem de um auditório que tende para o universal. Esse texto já não mostra o caráter do orador, seus gostos pessoais, seus desejos particulares, mas quer demonstrar que o que diz é verdade, ou melhor, deve ser aceito como verdade pela ampla maioria dos interlocutores. O professor termina por encarnar essa imagem do auditório universal, cujo razão está além dos aspectos conjunturais, particulares dos seres em geral. Entretanto, essa universalização é ilusória, já que a interlocução, de fato, perde sua amplitude, restringindo-se a destinação do texto a um leitor específico ou de um tipo específico: o professor.

É mister considerar, neste sentido, que todas essas mudanças estejam relacionadas a mudanças na concepção dos gêneros discursivos. Limites estavam sendo impostos e o sujeito deveria adaptar seu

texto a essas exigências. O seu enunciado agora encontrava fronteiras rígidas impostas por um outro. O outro imaginado inicialmente pelo locutor, configurado com uma certa proximidade, como fazendo parte de um certo *nós* particular – os leitores –, deveria dar lugar a um outro outro, encarnação, por hipótese, de um auditório universal.

Esses dados revelam, também, um estreitamento das relações entre locutor e ouvinte, reduzindo-as à relação aluno-professor. Em outras palavras, um “estilo escolar” (Fiad, 1997) vai se sobrepondo ao estilo individual de LM, um estilo em constituição, desenvolvendo-se (ou não) nas próprias interações verbais entre LM e outros sujeitos em situações das mais diversas. O trabalho pedagógico visou, então, reforçar o estilo de um gênero predominantemente escolar.

A reorganização apresentada pelos textos, do início para o final dessa série, indiciava um trabalho didático-pedagógico em uma certa direção. As justificativas que parecem ser cobradas, no sentido, talvez, de tornar o texto mais explicitamente coerente, estão assentadas nos elementos da narrativa (cenário, personagens, enredo etc.), conteúdo curricular que será trabalhado detidamente a partir da 5ª série. Isto significa que a opinião positiva ou negativa veiculada no texto deveria, necessariamente, ser justificada com uma análise dos elementos da narrativa.

Sem dúvida, trata-se aqui de um trabalho textual relevante, tentando estabelecer uma fronteira discursiva, constituinte de um gênero discursivo, ainda que escolar.

Certamente, limites são necessários no processo ensino-aprendizagem. Em aquisição da escrita não há porque ser diferente, já que a realidade social da escrita mostra que a liberdade do escritor sempre encontra limites no seu leitor, no contexto em que ele está inserido, nos gêneros do discurso em circulação, na enunciação, enfim.

O limite aqui encontrado, no entanto, identifica-se com uma programação curricular específica. Esta programação já vem pronta, acabada, e não está sujeita a variações individuais – é inflexível. Este limite não encontra identificação, por exemplo, nos tipos de gêneros discursivos que

concorrem entre si para a produção de textos variados. Ou seja, os limites que são impostos (pela escola para LM) dialogam com determinados pontos do currículo de Língua Portuguesa, como os *Elementos da Narrativa*. O resultado é a produção de textos tipicamente escolares. O fim desses textos é uma questão problemática. Qual será mesmo seu objetivo final? Possibilitar ao sujeito o exercício da escrita ou prepará-lo para uma discussão teórica posterior?

Tais foram algumas dúvidas levantadas por Vidon (1999). Mesmo considerando-as relevantes, na medida em que permitiram uma discussão didático-pedagógica importante, como se propôs naquele momento, toma-se aqui uma outra perspectiva, lançando sobre os mesmos dados um outro olhar, formulando-se outros questionamentos.

O direcionamento enunciativo que os textos de LM foram tomando exigem uma análise retórica mais aprofundada dessa produção textual. A análise, que, aqui, se intenciona fazer, difere significativamente da análise efetuada em Vidon (op. cit.). Naquele momento, o ponto de partida teórico foi o da semântica argumentativa, de onde se vislumbrou uma análise discursiva de alguns dados, mais especificamente, o contraste entre um querer-dizer do sujeito e uma proposta pedagógica homogeneizante. Aqui o objetivo é outro. O interessante, agora, é o fato de esses dados revelarem um processo de argumentação do sujeito.

Em primeiro lugar, é preciso se considerar que o gênero que, supostamente, está sendo constituído, nesta situação enunciativa, dá condições ao sujeito da linguagem de desenvolver uma seqüência argumentativa em seu texto. O fato de o sujeito ter que justificar a opinião positiva ou negativa que ele veicula em seu texto lhe permite desenvolver argumentos a favor ou contra o objeto da discussão. Em princípio, a veiculação de uma opinião positiva deveria levar o locutor a justificá-la ancorando-se, para isso, em argumentos positivos a respeito do tema tratado. Dessa forma, dizer que gostou do livro deveria levar o sujeito a enunciar aspectos positivos do livro, que justificassem o valor a

ele atribuído. Do mesmo modo, uma avaliação negativa do livro deveria vir acompanhada de toda uma argumentação plenamente coerente com essa avaliação.

Por princípio, o sujeito que argumenta (o orador, na perspectiva retórica) visa, com a argumentação, influenciar, positiva ou negativamente, a opinião de um outro (o ouvinte). Esse outro possui as suas convicções, assentadas em valores socialmente determinados. O trabalho do orador tem por fim agir sobre esses valores, reforçando uns em detrimento de outros. Este é um princípio retórico, defendido por Aristóteles (1964) e retomado por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996).

A retórica atua sobre uma conjuntura. Há uma dada circunstância de onde o orador deve partir para tentar influenciar seu ouvinte, que encarna, na perspectiva perelmaniana, um auditório, universal ou particular. A análise seguinte considera esses aspectos, procurando mostrar o trabalho discursivo de LM como reflexo de um trabalho retórico. Trata-se de uma reanálise de dados já analisados em Vidon (1999).

A comparação entre os textos em que a opinião de LM (a respeito dos livros lidos) é positiva e os textos em que a opinião é negativa, na 3ª série, mostra que, dos textos de opinião positiva (num total de treze), apenas dois apresentaram a estrutura enunciativa *X porque Y*, enquanto todos os textos de opinião negativa (cinco) usaram esse tipo de estrutura. Além disso, predomina, nos textos de opinião positiva, a estrutura enunciativa do tipo *X mas Y*. Isto é intrigante na medida em que seria de se esperar que a afirmação positiva viesse acompanhada de uma justificativa introduzida pelo *porque*.

Para esta discussão, considere-se o seguinte exemplo:

(3a)“*Eu achei um pouco camstativo/ mas eu guostei porque, ele e misterioso/ e eu gosto muito de misterio.// Só tem uma coisa que eu estranhei/ foi o dezenho poresia de criansa soque/ e criativo. Eleonora so tem uma coiza/ que eu não esei, porque eles escrevem/livro com letra de imprensa então/ eletra de*

mão”(Dilermano Constantino Albuquerque Rapozo, o morador misterioso, de Lilian Sipriano.)

Tem-se, num primeiro momento (*p*) *mas* (*q*), de onde seria possível inferir uma conclusão (não *r*) como *LM gostou do livro*. É esta conclusão que parece se constituir como uma outra asserção (*p'*) para o desenvolvimento da seqüência do texto:

(*p'*) [eu gostei do livro] só que: (*q'*) “*eu estranhei o dezenho porque parecia de criansa*”

(*q''*) “*eu não esei porque eles escrevem livro com letra de imprensa então eletra de mão*”

Considere-se, agora, o exemplo seguinte:

(3b) “*Eu gostei muito do livro/ mas eu achei que que tinha pouca/ escrita porezemplo em uma pagina so/ - Você não acha que ele vai cair Asdrubol e suas maldades// Asdrubal, o terrível, vinha andando so isso que tinha em uma pagina*”(A breve estória de Asdrubal, o terrível, de Elvira Vigna)

Uma análise, estritamente baseada na semântica argumentativa, interpretaria esse enunciado da seguinte forma: tem-se um (*p*) conduzindo a um *r*, que poderia ser *LM gostou do livro*; a este (*p*) contrapõe-se uma proposição (*q*) introduzida pelo morfema *mas* e que, conforme o modelo, conduziria a não-*r*. Entretanto, nossa intuição não parece perceber nesse enunciado uma incompatibilidade entre as proposições (*p*) e (*q*), de tal forma que seria possível identificar uma contradição. Além disso, o modificador *muito* parece modalizar o enunciado de tal forma que ‘protege’ esta asserção positiva.

Acontece, porém, que o argumento utilizado na proposição (q) de (3b) com frequência fora utilizado nos textos de opinião negativa justificando a desqualificação do livro lido. Junte-se a isso, o fato de que, em (3b), não há quaisquer explicações a respeito da asserção *eu gostei muito do livro*; o que é explorado de fato é a segunda asserção do enunciado, *eu achei que tinha pouca escrita*. Ou seja, o texto se desenvolve na sua seqüência sobre esse tópico, através do uso da exemplificação, recurso retórico que visa, geralmente, convencer o ouvinte com provas mais ou menos concretas ou objetivas (Perelman e Olbrechts-Tyteca, op. cit.).

Na verdade, uma marca dos textos de opinião positiva estruturados a partir de *X mas Y*¹⁷ é a exploração, principalmente, dos aspectos negativos do livro e não a textualização das possíveis razões de uma opinião positiva sobre o livro lido¹⁸. O recorrente nos textos é uma actualização que observa alguns detalhes como o desenho, a letra de imprensa do livro, o início, o final do texto, trechos estranhos, sem sentido. A enunciação caminha nesta direção; LM não se conforma em dizer que gostou do livro, opinião esta que é predominante tanto na 3ª quanto nas 4ª e 6ª séries.

Ao que parece, há aqui um problema que toca o plano discursivo da linguagem, devendo-se levar em conta, dentro desta perspectiva, a situação de enunciação e os interlocutores envolvidos.

Segundo informação da mãe de LM, em uma reunião com os pais dos alunos, a professora da 2ª série reclamara de LM afirmando à mãe que a aluna escrevia pouco (ver, também, Mayrink-Sabinson, 1997). Esta informação é interessante na medida em que de uma certa forma todos os argumentos utilizados por LM nestes textos de 3ª série, bem como os do início da 4ª, parecem visar, indiretamente, o combate a esta imagem. LM, o tempo todo, estaria tentando se mostrar como uma leitora atenta dos livros que lia, sendo capaz de observar os desenhos ilustrativos, o início do texto, bem como o tipo de letra. Suas observações freqüentemente se realizavam, também, sobre aspectos

¹⁷ Segundo Ducrot, nesse tipo de enunciado, o locutor (L) coloca em cena dois enunciadores com pontos de vista distintos [E1 e E2].

¹⁸ Em Vidon (id.: 70-4), este dado foi relacionado à questão do estilo através da noção bakhtiniana de “querer-dizer”.

relacionados ao ato de ler propriamente dito. Assim, certas leituras eram consideradas cansativas, complicadas, gostosas, envolventes. A aluna procurava demonstrar ainda conhecimentos sobre autores, como Ziraldo e Cecília Meireles, sobre gêneros literários (poesia, contos de fada) e sobre tipos de enredos (suspense, aventura).

Talvez o argumento mais forte capaz de caracterizar as respectivas imagens de um eu em relação a um outro, concretamente de uma aluna em relação a sua professora, esteja no uso recorrente da idéia de inadequação do livro para a leitura daquela aluna. Sempre a inadequação se relacionava à capacidade de LM como leitora, que ia além da leitura de livros com pouca escrita, curtos, adequados para séries anteriores, infantis, bobos. Aqui, nestes momentos, LM se coloca como uma leitora exigente e capacitada.

Assim, se havia uma imagem de LM, construída por seus professores nas 1ª e 2ª séries, como uma aluna que escrevia pouco, uma possível imagem negativa em relação à leitura procurou ser combatida nestes comentários sobre livros.

O que parece estar em jogo nos “comentários sobre livros” analisados por Vidon (id.) não são as opiniões de LM mas a sua posição enquanto leitora. A leitora LM lê vários livros, escolhe-os espontaneamente, emite opiniões acerca não só do livro como um todo mas se detém em particularidades, é crítica, é exigente, principalmente em relação à adequação ao seu nível de leitura. O que estaria em jogo não seriam as opiniões mais ou menos favoráveis aos livros lidos mas justamente os argumentos trabalhados, colocados em cena para a construção de uma imagem: a de que LM lia bem, ou seja, de que era uma boa leitora.

Usando de forma metafórica a estrutura *P MAS Q*, predominante nos textos da 3ª série e início da 4ª, pode-se montar uma espécie de retrato da enunciação. O elemento P representaria um enunciador E1, responsável pela imagem de LM como uma aluna que escrevia pouco. Já o elemento Q, introduzido pelo operador discursivo MAS, representaria um enunciador E2, que tenta, de forma argumentativa ao

longo dos textos, desconstruir a imagem sustentada por E1 através da construção de uma outra imagem, a de que LM (representada no discurso por L [locutor]) seria uma leitora “competente”. Indo mais longe nesta hipótese, parece que há um atravessamento em E1 de um enunciador E0 (cf. Brandão, 1991; Maingueneau, 1989), que se insere no âmbito de um certo discurso escolar que prescreve formas de escrita, formas de leitura, bem como lugares enunciativos dos sujeitos professores e alunos, especialmente nos papéis discursivos de leitores e escritores.

Retoricamente, LM, no papel de orador, procura persuadir um outro, no papel de ouvinte, a mudar uma imagem. A estratégia é justamente trabalhar a imagem do enunciador que comenta as leituras de certos livros. Trata-se, em termos retóricos, de um trabalho sobre o caráter do orador. Para isso, o orador se coloca no rol de um grupo particular (um auditório particular): os leitores. Enquanto leitor, o orador convida o ouvinte a também fazer parte desse mesmo rol. Esse ouvinte encarna um auditório, que, por hipótese, parece caminhar do mais particular para o mais universal possível.

A atividade de produção de textos comentando a leitura de livros infantis e/ou infanto-juvenis é retomada, nas aulas de português, na 6ª série, já que, durante a 5ª, os alunos, nessa disciplina, ficaram envolvidos na produção de uma narrativa longa.

Os comentários da 4ª série começavam a trabalhar, lingüística e discursivamente, um maior distanciamento do enunciador da situação de enunciação, aspecto mais característico da escrita em determinados gêneros discursivos secundários. Já os comentários da 6ª série não apresentam esta característica, aproximando mais os interlocutores e as situações de enunciação, com seus respectivos objetos de sentido, o que assemelha este tipo de enunciação à conversação cotidiana, um gênero tipicamente primário do discurso:

(4a) “*Eu amei esse livro, ela/ conta a história de um/ jeito legal de ler, engrasado,/ seilá. É divertido lelo, o/ capítulo que eu mais*”

gostei/ foi o primeiro e o mifu, nesse/ capitulo ela fala tudo que/ aconteceu no dia e ponhe um/ mifu na frente ou atrás.// É muito joia.” (Confissões de adolescente, de Maria Mariana).

(4b)“*É muito joia, eu/ adorei, é muito D+./ Ele é muito triste mas/ ao mesmo tempo/ legal de ler.// Essa menina escreve/ muito bem, tem muita/ paciência de comessar/ um diário e acabar.// Eu comesso e não termino.*” (O diário de Zalata, de Zlata Filipovic’).

Nota-se, nestes dois exemplos, o mesmo processo de referenciação a respeito das autoras dos livros comentados. Em (4a), o pronome *ela* tem como referente *Maria Mariana*, referência que está fora do texto, ou seja, exoforicamente. Do mesmo modo, em (4b), *Essa menina* refere-se, exoforicamente, à *Zlata Filipovic*. Nos exemplos da 4ª série, contrariamente a estes exemplos, a referenciação à autora do livro comentado se fazia de outra maneira, anaforicamente, isto é, dentro do próprio texto. Em (1b), o pronome *ela* refere-se anaforicamente à *Cecília Meireles*, referência que se encontra no próprio texto, um pouco antes do pronome *ela*. Dessa forma, ao recorrer à referenciação exofórica, o enunciador exige uma proximidade maior do interlocutor. O contexto compartilhado entre ambos é que dará sentido, por exemplo, à expressão *essa menina*, de (4b), já que seu referente não está explícito no texto.

Esta forma de referenciação mostra que está em cena, nesses textos da 6ª série, um enunciador que desenvolve uma relação muito próxima com o seu interlocutor, e não uma relação de distanciamento. Somente essa relação de proximidade é que pode permitir ao enunciador se referir à autora do livro como *essa menina*. Da mesma forma, o uso de recursos lingüísticos, como *legal*, *sei lá*, *D+*, refletem e reforçam essa situação enunciativa bastante familiar, espontânea, cotidiana.

A veiculação de recursos lingüísticos encontrados em registros mais informais fazem com que os textos, que têm a função de comentar as leituras de livros infanto-juvenis, na 6ª série, pareçam menos escolarizados. Isso pode significar um movimento exatamente contrário ao delineado ao longo da 4ª série, cujo processo de textualização caminhou em direção a um texto mais ao estilo escolar, menos argumentativo, persuasivo, apelativo, e mais descrito, reproduzível, tendendo à homogeneização. Com a argumentação, o texto torna-se mais cooperativo, co-participativo. O outro é cobrado a agir, a tomar partido, a responder ativamente. Ao mesmo tempo, trata-se de um texto mais subjetivo, em que um sujeito particular, situado, histórico, contextualizado dialoga com outro sujeito também com estas características. Trata-se, portanto, de uma subjetividade que se completa em uma outra subjetividade, dialogicamente. No tipo de texto presente em 2 (a, b, c), não há uma subjetividade particular, mas universal, a-histórica, válida para todo e qualquer contexto. O estilo de LM não vai ser encontrado nesse tipo de texto. Ao contrário, nos textos em que nos deparamos com uma subjetividade discursiva marcante, podemos esperar sinais, indícios de um estilo de linguagem, um estilo individual de trabalhar lingüisticamente e de argumentar.

O tipo de texto que tem o estilo de LM é crítico, provocador porque convoca o outro a agir, a compartilhar da mesma linguagem e da mesma argumentação. LM não está preocupada em demonstrar se tem razão ou não. Ela tem as suas razões, por exemplo achar que a autora escreve muito bem porque tem muita paciência, o que, para ela, tem muito valor, já que ela não tem paciência de começar um diário e acabá-lo.

Nesse sentido, os comentários sobre livros da 6ª série se aproximam dos comentários da 4ª série em que são encontrados mais recursos argumentativos. Por outro lado, eles se distanciam daqueles textos finais da 4ª série em que os recursos argumentativos são mais escassos e o que se têm, de fato, são recursos descritivos, menos apelativos.

A argumentação, portanto, parece ser um lugar de subjetividade discursiva, no sentido bakhtiniano do termo.

É possível, dentro dessa perspectiva, buscar um estilo de LM em suas argumentações, em seu modo de argumentar. Assim, haveria um estilo (um conjunto de escolhas preferenciais) que vai se configurando através do tom discursivo, da forma de uso da linguagem e do modo de interlocução.

A EMERGÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO DA ARGUMENTAÇÃO E DO ESTILO EM GÊNEROS DIVERSOS

Assim como os textos opinativos, predominantes na disciplina de Português até a 6ª série do ensino fundamental, os gêneros que abrem espaço à argumentação, trabalhados por LM, a partir da 7ª série, até mesmo pelo fato de serem bastante variados, heterogêneos (textos publicitários, resenhas, sinopses *etc.*), tornam possível um certo trabalho estilístico, como aqui será defendido.

O acordo, concebido por Perelman e Olbrechts-Tyteca (op. cit.), como ponto de partida para o desenvolvimento de um raciocínio argumentativo, também parece se dar a respeito do gênero discursivo em que o texto será produzido. Neste caso, trata-se de um acordo enunciativo entre os interlocutores. O locutor escolhe, por princípio, um gênero a partir do qual irá trabalhar sua argumentação. Essa escolha tem a ver diretamente com a imagem feita pelo locutor do seu interlocutor.

Os textos seguintes tentam mostrar esta relação interlocutiva como básica para o trabalho lingüístico-textual com um gênero discursivo. O acordo enunciativo teria a ver, diretamente, com a pragmática da interação na qual ocorrerá a enunciação (ou as enunciações). Assim, os textos argumentativos variam conforme os tipos de interações apresentadas. Em situações que exigem maior formalidade, o enunciador deve construir uma imagem sua adequada ao destinatário do texto. Perelman veria aqui uma questão de auditório. A imagem do destinatário/auditório é alterada conforme a exigência da situação. É o que ocorre efetivamente com os textos abaixo:

Os dois primeiros exemplos dão indicações de ambos os acordos, sobre o texto a ser formatado e sobre o tema a ser discutido. Ao que tudo indica, acordo enunciativo e acordo argumentativo caminham juntos e na mesma direção.

“Salario e Educação//

O Brasil tem uma grande população espalhada/ por todo o seu teritorio, só que nessa população/ nem todas pessoas ganhm um bom salario/ para ter boas condições de vida. Um dos direitos/ que todas as pessouas deveriam ter educação, varias/ vão a sua procura em escolas publicas mais/ muitas dizistem, por falta de vagas ou pura/ vontade de dizistir. Normalmente essas pessoas/ ganhão ¼ de salario minimo, isso nem da para/ pagar uma mensalidade de uma escola particular. //

Salario e Saúde//

A saude é outro problema que o salario/ não concegue pagar. As pessoas mais/ pobres não se preocupam tanto com a/ saude, não se preocupam com dentistas, medicos,/ limpeza do ambiente onde vivem, roupas limpas,/ saneamento basico etc.// Mesmo se preocupacem não teriam dinheiro/ para pagar tudo isso e mais cumida ainda. //

Educação e saúde//

Ce as pessoas pobres, em suas infancias/ conceguicem ter a educação teriam capaci/ dade de conceguirem a saúde quando velhos.// Ce não ficariam na cituação do desemprego e/ sem a saúde, como a maioria fica por cauza/ do minicicimo salario que ganhão.”

A base do acordo argumentativo poderia ser expressa pelo próprio enunciado de abertura do primeiro fragmento, “Salário e educação”: “*O Brasil tem uma grande população... só que... nem todas pessoas ganham um bom salário para ter boas condições de vida*”.

Enunciador e destinatário compartilham dessa opinião e compartilham, também, ainda que inconscientemente, que discutir esta questão requer um mínimo de seriedade. Para atender a essa

exigência, deve haver um gênero propício, capaz de criar as condições para o locutor mostrar, através da enunciação, do enunciado, seriedade (objetividade, clareza...). Neste caso, como propõe Ducrot (1987), o locutor coloca em cena um enunciador sério, objetivo, que tenta ser claro e convincente.

Essa é a base comum em que se assenta a enunciação de LM nesse texto. Essa base dá o tom do discurso, fornece uma entoação discursiva que poderá ou não ser reforçada pelo enunciador.

O texto de LM reforça essa idéia, enfatizando-a, principalmente, ao usar a forma *minicíssimo salário*. O texto deixa bem claro que a causa das más condições de vida da população é o baixo (às vezes, inexistente) salário que recebem. Esta é a conclusão do texto que, conforme defendido em Vidon (1999), o professor da disciplina não percebe.

O homem, a natureza e os recursos naturais

É da natureza que o homem tira todos objetos de que necessita.

É dela que o homem tira a madeira para fazer portas e moveis, o petroleo que é uzado para fazer o oleo dizel, é da natureza que o homem tira as frutas a carne, o arroz o feijão. Mais para Ter certas coizas o homem ezajera e acaba estragando a natureza.

Ex: Para que o homem possa plantar ele tem que queimar certa parte da floresta, para poder fazer o papel o homem tem que dirubar arvores.

O indio já não prejudica a natureza ele só mata para suas nececidades, ele não mata a natureza cortando e queimando-a, já o homem faz isso.

O homem sabe que ele esta destruindo cada vez mais mais ele não faz nada para mudar.

Este, assim como o anterior, é um texto predominantemente dissertativo. O auditório, nesse caso, se aproximaria do universal, conforme a proposta perelmaniana. Isso pode ser verificado a partir

da análise de certos recursos lingüísticos que funcionam no sentido de promover essa generalização discursiva. Construções sintáticas introduzidas por “É... que”, por exemplo, visam veicular afirmações que se pretendem generalizantes. Tratam-se de asserções tomadas como verdadeiras pela maioria das pessoas, como, por exemplo, *o homem tira da natureza tudo que necessita*.

O texto impessoalizado também contribui para esta argumentação do tipo demonstrativa. O enunciador toma distância dos objetos temáticos em discussão e os analisa objetivamente, sem opiniões subjetivas. Se se compara, esse texto, com o seguinte, da Faber Castell, nota-se que este, em relação àquele, apresenta, pelo menos em um momento, um desvio da objetividade em que está supostamente centrado o discurso: abre-se um parênteses, logo após o argumento central do texto – “elas custaram bem caro para a qualidade do produto”; nesse parênteses faz-se uma avaliação cuja entoação constitui um índice de subjetividade. O texto, neste instante, sai do tom objetivo-formal e passa para um tom marcadamente pessoal.

À Faber Castell

*Ganhei, no começo do ano,/ um conjunto de canetas Faber
Fixwave.// Logo que comecei a usar a caneta/ rosa e a caneta verde
já estouraram e elas/ custaram bem caro para a/ qualidade do
produto (uma/ porcaria).// Eu espero que vocês/ tomem
providências sobre/ isso.*

Neste texto, o destinatário, explicitamente, é a diretoria da empresa Faber Castell. O tom do discurso é objetivo: trata-se de uma reclamação e de um pedido de providências a respeito do caso descrito. Claramente, o texto introduz o assunto, expõe a problemática, e conclui solicitando providências sobre o caso. É interessante observar o argumento que acompanha a exposição do problema, no segundo parágrafo. Segundo este argumento, as canetas Faber Fixwave são caras, o que

pressupõe que a qualidade das mesmas fosse indiscutível. Retoricamente, o enunciador-orador se vale de uma avaliação sobre as canetas que desmonta completamente a pressuposta qualidade *indiscutível* do produto. Nesse momento, ele recorre a uma expressão popular, *porcaria*, que funciona em dois sentidos. Primeiramente, *porcaria* subverte o sentido da asserção inicial “elas custaram bem caro”, que conduziria o sentido da enunciação para “elas têm qualidade”. Qualificando as canetas de *porcaria*, o texto aponta para o sentido de que elas não têm, de fato, qualidade nenhuma. Ao mesmo tempo, o uso de um desqualificador como esse, procura tornar o argumento indiscutível, isto é, tenta não dar a mínima chance ao destinatário-ouvinte de rebater a argumentação realizada pelo enunciador-orador.

Observem-se, agora, os exemplos a seguir:

Dabota o sapato ideal/para seus pés (a pessoa comessa à/fazer caretas) ele é confortavel [masio] como/um traveceiro. Conpre dabota seu/pé vai agradecer (ai a pessoa sai/mancando).

Chegou a nova ração car osso/ o seu animauzinho de estimassão/ vai Amar (atras da pessou/ tem outa que esta fantaziada de/ cachorro que esta rezando, fazendo/ careta e dizendo não não com o/ dedo). Quer ver so (ai a pessoa/ pucha o cachorro e faz ele comer a/ ração) ele cospe a ração e/ sai rosnando para o dono.

Cotonete a solução de seus/ problemas/ Ce o seu papel higiênico acabou/ uze cotonete. (18/6/93 – propagandas para aula de dança).

O destinatário previsto, nestes três textos, se encontra em uma situação completamente diferente das anteriores. O efeito pretendido, pelos três textos, é o humor. Para atingir este efeito de sentido, o locutor parece trabalhar com recursos lingüísticos já apontados, em diversas análises, por

Mayrink-Sabinson (1993, 1997, 2000, 2002, entre outros): criação de nomes engraçados, situações inusitadas, temas do cotidiano...

Um trabalho lingüístico interessante, realizado nestes textos, é o que se faz sobre o nome dos produtos propagandeados. Trata-se de um trabalho recorrente, como tem mostrado Mayrink-Sabinson (op. cit.), em muitos textos narrativos de LM. É comum, portanto, este sujeito se deter em denominações, seja de personagens, seja de objetos inanimados, como é o caso desses exemplos. Não há dúvidas de que o gênero desses textos, publicitários, praticamente exigem um trabalho especial sobre os nomes, já que o nome faz parte da propaganda. O sujeito, assim, parece explorar essa abertura dada pelo gênero para exercer sua individualidade.

Vale ressaltar que, no último texto, há uma certa ambigüidade na denominação do produto em questão – um papel higiênico. Não é óbvio que *cotonete* se trate de um outro produto. Essa informação consiste em um conteúdo implícito. Aqueles que compartilham desse conhecimento, conseguem relacionar cotonete e papel higiênico como objetos de um mesmo campo semântico: produtos de higiene pessoal. Apesar disso, esses elementos não são permutáveis. Enquanto o papel higiênico tem uma função mais abrangente, o cotonete apresenta funções específicas, atendendo certos órgãos do corpo humano e não outros.

Vale salientar, portanto, que, em um gênero propício ao humor, o sujeito exerce suas preferências, trabalhando a linguagem neste sentido, na construção de certos efeitos de sentido. Neste último exemplo, o sujeito parece atuar sobre outra tendência, apontada por Mayrink-Sabinson: a subversão baseada no *nonsense*. A troca sugerida de papel higiênico por cotonete subverte uma ordem cultural. No interior dessa ordem, o uso de cotonete, naquela função, subentendida, cabível ao papel higiênico, é sem sentido. Parece ser, também, um trabalho carnalizante, no sentido bakhtiniano do termo.

Mas esses textos revelam ainda um outro trabalho discursivo capaz de reforçar a hipótese de que o locutor se vale de um estilo individual para desenvolver esses enunciados. Os textos, que, além do conteúdo publicitário em si, trazem o roteiro de uma encenação, como parte da propaganda, subvertem o sentido comum de uma propaganda. As partes que estão em parênteses chocam-se com as apresentações dos produtos. Na propaganda do sapato, a pessoa sai mancando. Na da ração, a personagem cão cospe a ração e faz careta. Esta subversão parece complementar todo o trabalho de escolha dos nomes e descrições dos produtos.

A propósito da questão do auditório, vale a pena analisar um “trabalho de português” realizado por LM na 7ª série. A proposta era a seguinte:

Suponha que você seja um editor de livros e irá editar, entre os (sic) outros, dois contos do “Para gostar de ler”. Logicamente você irá fazer um trabalho de “marketing”, isto é, de promoção dos dois contos por meio de sinopse. Como será?

Assumindo, portanto, o papel enunciativo de editora de livros, LM tenta fazer o marketing das duas obras solicitadas.

“O Fantasma da Quinta Avenida” é um conto de muito suspense, que envolve o detetive Dick Peter em uma aventura com muitas surpresas e calafrios, em noites fantasmagóricas.

O autor Jerônimo Monteiro “sobreviveu” a essa aventura, será que você sobreviverá?!

Venha desvendar esse mistério.

“Se eu fosse Sherlock Holmes” é um pequeno e curto conto de suspense que se passa em torno de uma reunião familiar na casa da Madame Guimarães. Logicamente o culpado tem que estar lá dentro.

Venha fazer parte dessa família e desvendar o mistério, sendo Sherlock Holmes por uma noite!!

Em seguida, o trabalho pede que seja elaborada uma sinopse crítica das duas obras.

“O Fantasma da Quinta Avenida “ é realmente um conto de suspense muito bem elaborado, mas como todos contos policiais, (ou quase todos), falta uma explicaçãozinha, um detalhe etc.; não encheção de linguiça mas sim, informações.

Em geral é um ótimo conto, vale a pena ler!

“Se eu fosse Sherlock Holmes” é o típico conto do mocinho que sabe tudo, achar pistas, interrogar pessoas e achar o culpado (a). Logicamente estão tentando fazer uma imitação barata de Sherlock Holmes, com 4,5 páginas.

Esse é um conto que eu nunca leria de novo.

LM consegue transitar pelos dois gêneros. No primeiro, os textos têm a função de persuadir o interlocutor a se interessar pela leitura dos livros propagandeados. A estratégia utilizada (a técnica) parece ser a mesma nos dois textos: faz-se uma breve apresentação das obras, reforçando-se a natureza das histórias narradas (o suspense), em seguida, apela-se diretamente ao provável leitor para não simplesmente ler o livro mas atuar na história, fazer parte dela no papel de detetive. No primeiro texto, a apelação ao interlocutor é antecedida, estrategicamente, por uma observação a respeito do autor,

seguida de uma pergunta direta ao interlocutor: “será que você sobreviveria [a essa aventura]?”. Pragmaticamente, toda pergunta espera uma resposta. Neste caso, parece ser muito mais do que uma simples pergunta; trata-se mesmo de uma provocação, que, geralmente, tem forte efeito persuasivo.

No segundo texto, o enunciador convida o ouvinte a ser Sherlock Holmes por uma noite. É também uma tentativa de persuasão, apelando para o mito do detetive criado por Conan Doyle.

Nas sinopses, o tom é outro. Deixa-se de lado o tom apelativo, mais particularizado, e passa-se para um tom mais expositivo-dissertativo, em que a argumentação se dirige mais à razão do que à paixão dos ouvintes. Apaixonados por suspense, por aventuras surpreendentes, noites fantasmagóricas, admiradores de Sherlock Holmes estarão muito propensos a aceitar os argumentos dos dois primeiros textos. Porém, não são a estes interlocutores, apaixonados, que os dois últimos textos parecem se dirigir. Ao contrário, eles evocam um auditório universal, que se guie pelo que há de razoável. É razoável ler uma história policial em que o clima de suspense está muito bem elaborado. Do mesmo modo, é razoável não ler uma história que é definida como uma tentativa mal-sucedida de se imitar as aventuras de Sherlock Holmes (ainda mais com 4,5 páginas).

LM chega, assim, à 8ª série, lidando bem com textos de gêneros discursivos variados, narrativos, descritivos, expositivos, dissertativos e argumentativos.

Tendências estilísticas, também, vão sobrevivendo e, ao que tudo indica, se desenvolvendo. Em gêneros mais propícios à individualidade estilística, o sujeito lida com recursos expressivos marcantes, cujas análises se encontram em Mayrink-Sabinson (1999; 2000; 2002). Em gêneros menos propícios (ou aparentemente menos propícios), o sujeito parece encontrar algumas brechas, em temas, em *topoi*, e, ao que tudo indica (indicia), na própria linguagem. Ao encontrar essas brechas, a linguagem escolarizada parece dar lugar a uma linguagem profundamente argumentativa, cuja função primordial é colocar o eu e o outro em diálogo, em condições de atuarem discursivamente.

O gênero ensaio dissertativo não foi, praticamente, trabalhado pela escola no ensino fundamental. No entanto, na maioria das disciplinas, os alunos lêem textos dissertativos e redigem textos dessa natureza. Um lugar privilegiado de redação desses textos, principalmente em disciplinas como português, ciências, geografia e história, são as avaliações bimestrais. Aqui há um gênero claramente em foco. Talvez não se possa dizer que este gênero dê condições aos alunos de argumentar. Mas, em um nível, subjacentemente implícito, o sujeito argumenta, ou seja, há um trabalho retórico, como os dados a seguir tentam mostrar.

O que se tentará defender aqui, com base nos dados que serão expostos, trata-se de uma interpretação comum para dados aparentemente irrelacionáveis. A hipótese proposta consiste em supor, para os dados apresentados abaixo, a mesma interpretação sugerida por Mayrink-Sabinson para dados da escrita inicial de LM. Significa supor que um processo de subversão de uma certa ordem natural das coisas fundamenta também as marcas lingüísticas analisadas adiante.

Nos enunciados apresentados a seguir, a situação enunciativa não é nada propícia ao trabalho estilístico individual. Ao contrário, há um estilo composicional, próprio a um gênero, que deve ser seguido. Na verdade, o locutor deve partir dos enunciados desse gênero para produzir seus enunciados. O gênero em questão é tipicamente escolar, sendo predominantemente descritivo-expositivo. A sua linguagem representa uma certa cultura erudita. Ao lado dessa linguagem convive, nos enunciados de LM, uma linguagem popular, marcada por expressões verbais constituídas pela coletividade. Sintática e lexicalmente, trechos como “A inconfidência *fora interrompida...*; ...logo foram *incriminando...*; Quando João Pessoa (o vice de Getúlio) *fora assassinado...*; ...o presidente havia sido *deposto...*; ...e *renunciou* à sua pessoa...;” etc. espelham os enunciados formais do gênero acadêmico-didático que serve de base para as respostas às questões das provas. Embrenhando-se nesta sintaxe e neste léxico, expressões populares parecem subverter uma certa ordem discursiva.

“...A inconfidência mineira fora interrompida por Portugal porque Portugal não queria que o Brasil deixasse de ser sua colônia, mas os inconfidentes queriam a inconfidência. Quando eles foram descobertos logo foram incriminando tiradentes por ser mulato pobre e um dos líderes. Quem condenou tiradentes foi a mãe de D. João IV, dona Maria que já tinha um parafuso a menos.”

“Em uma das eleições, a primeira que Getúlio Vargas participou ele não ganhou por que tiveram muitas fraudes e o povo começou a se irritar. Quando João Pessoa (o vice de Getúlio) foi assassinado o povo terminou de se irritar e partiu pra briga. Eles iam invadir uma cidadezinha do interior, mas quando eles chegaram na tal cidade veio a notícia que o presidente (atual da época) havia sido deposto e o Getúlio Vargas assumiu o poder.// Essa guerrilha que não houve foi chamada de ‘A guerra que não houve’.”

“O governo de D. Pedro I era daqueles bem moderados mesmo, e o povo não gostava disso e começou a fazer uma bagunsa total que D. Pedro não conseguia segurar o povo, até seu pai morrer. Com a morte de seu pai usou como desculpa o trono vazio em Portugal e renunciou a sua pessoa, deixando seu filho...”

“Os moderados eram os conservadores e os exaltados os liberais, mas no governo eram farinha do mesmo saco por que faziam as mesmas coisas porque vinha do mesmo lugar.”

Ao recorrer a expressões como *farinha do mesmo saco*, *ter um parafuso a menos*, *partir pra briga*, o enunciado apresenta uma forma lingüística inusitada, em relação ao gênero em que o texto está sendo elaborado, uma espécie de dissertação curta, capaz de responder a uma questão elaborada como ponto de prova. O enunciado, ou especificamente este *elemento estranho* do texto, pode não ser

compreendido como pertencendo ao gênero discursivo em foco. O modo como ele será medido dependerá da visão-de-mundo do interlocutor.

As expressões populares consideradas tendem a construir sentidos inesperados para aquela situação enunciativa, cujo objetivo, ao que parece, seria reproduzir conhecimentos pré-definidos. Tem-se um enunciado, pertencente a um determinado gênero discursivo escolar, a partir do qual, num processo parafrástico, o aluno elabora seu enunciado no momento da prova. O estilo deste enunciado é conciso, objetivo, sério. Ao recorrer a tais expressões populares e procurando assumir um tom troçador no discurso, o texto rompe com o que até então era convencional. O recurso utilizado é sarcasticamente destruidor. Ele provoca um deslocamento. Ao mesmo tempo, há um processo de regeneração, realinhamento. A paródia realizada, ao tomar o espaço da paráfrase, coloca o objeto assuntado em outro lugar – muitas vezes o de ridículo. Neste caso, o processo argumentativo é de rebaixamento realizado através do discurso. O caráter regenerador está no papel reflexivo sugerido pelo rebaixamento do tema. Argumentativamente, ele exige um olhar de perspectiva, ao contrário da visão de retrospectiva pressuposta pelo discurso histórico oficial.

O caso do episódio da ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República fornece dados valiosos a esta reflexão. O tom oficial do discurso histórico sobre o fato não é sarcástico, como o do enunciado de LM. O tom oficial procura ser neutro, assumindo um estilo formal, objetivo. A articulação textual realizada pode ser mostrada a partir de recursos utilizados. O paralelismo sintático realizado em *o povo começava a se irritar/o povo terminou de se irritar* dá o tom geral do texto/discurso. O tom sério do discurso histórico oficial dá lugar ao tom de deboche presente no *projeto de texto* e no *querer-dizer* do locutor. Esta intenção é a mesma que está presente na seqüência do enunciado, ao se fazer referência à invasão de uma *cidadezinha do interior* e finalmente às qualificações do levante como *guerrinha* e *guerra que não houve*.

Dialogando, assim, com *um mundo perfeito e acabado* [fatos históricos, personagens ilustres, heróis, etc.] dos livros didáticos de história, o enunciado de LM introduz uma linguagem capaz de quebrar o ritmo cadenciado, o tom sério deste discurso escolar. Nesta linguagem, a articulação textual cria um efeito de sentido que pode tornar o texto criticamente risível, irônico, sarcástico, abalando as estruturas de um sistema imóvel.

O senso de humor buscado na textualização, conforme apontado por Mayrink-Sabinson na análise de textos considerados – por várias pessoas – como engraçados, se vê presente na construção deste enunciado. Mais uma vez, como já mostrado por Mayrink-Sabinson com outros dados, um humor irônico procura fazer de fatos históricos do Brasil motivo de riso. A hipótese levantada consiste em tratar tais fatos como elementos de um todo pronto-e-acabado – a história do Brasil. Esta “ordem”, com a qual o enunciador dialoga, é que se encontra alterada. Os fatos históricos não são mostrados no texto com a seriedade que são encontrados, por exemplo, nos livros didáticos de história.

Expressões do tipo de *farinha do mesmo saco, partiu pra briga, fez uma bagunça total* parecem ser subversivas no contexto em que se encontram. São estas marcas os indícios que se tem da presença dialógica do sujeito. O sujeito, dialogicamente, transforma um discurso da ordem do estático, do contemplativo, do sem movimento para um outro discurso da ordem do circunstancial, do avaliativo.

O desmonte do texto de base se realiza através de uma paráfrase incompleta, inacabada. O toque de individualidade dado pelo sujeito desloca o texto parafraseado, tornando-o significativamente ambíguo. Os instantes enunciativos considerados refletem, ainda, uma distância tomada pelo enunciador em relação ao enunciado parafraseado. A paráfrase recebe assim um conteúdo avaliativo, um “olhar crítico” indiciado pelas marcas lingüísticas e enunciativas comentadas.

Trata-se, de acordo com a arquitetura bakhtiniana, de um processo no qual o *excedente de visão* do sujeito atua sobre o outro implícito no texto parafraseado.

Por fim, o cotidiano do sujeito se faz também presente, o que valida ainda mais as hipóteses formuladas anteriormente, ainda que para outros dados, por Mayrink-Sabinson. O sujeito traz do seu dia-a-dia as expressões que textualiza.

Uma outra hipótese a ser considerada postula que os dois modos enunciativos encontrados nestas respostas de prova devem ser recebidos de maneiras diferentes pelo destinatário destes textos. A parte enunciativa que é praticamente cópia de um outro texto, não convoca o interlocutor a agir. A parte subversiva, no entanto, tem caráter argumentativo. O ouvinte é instado a agir, a tomar uma posição, a compartilhar uma opinião, a aprovar ou não a tese colocada. E este papel, de argumentação, é desempenhado muito bem pelo humor, pela ironia, pelo sarcasmo.

As situações enunciativas consideradas – abordagens de fatos históricos do Brasil – talvez constituam uma espécie de Lugar Discursivo percebido pelo sujeito [no papel de locutor] como propício para o exercício de sua individualidade. O sujeito possui um *querer-dizer* (Bakhtin, 1992). Mas esta vontade discursiva íntima depende necessariamente de um lugar mais apropriado para se manifestar. Por algum motivo – talvez a forma de interagir do próprio professor da disciplina – LM se sentiu à vontade para se expressar de forma mais livre, agindo subjetivamente. Querendo ser engraçada – não apenas com o fim de se divertir ou divertir alguém – LM buscou transformar seu querer-dizer em um projeto de texto, estruturando-o com base em uma apreciação valorativa jocosa, sarcástica, irônica dos temas. Assim o foi quando o assunto era salário-mínimo (Vidon, 1999). Assim parece ser a respeito de temas “nobres” da história do Brasil. Em ambos, o elemento de categoria hierarquicamente superior – como ponto de discussão político-social ou como fato marcante da história – é inferiorizado. Tenta-se torná-lo, no mínimo, ridículo. Talvez possa se afirmar que uma graça é buscada; mas, certamente, ela não é de graça.

Como já foi dito (e também por Mayrink-Sabinson), a partir da 8ª série, um trabalho pedagógico explícito com a argumentação e gêneros predominantemente dissertativos e argumentativos se inicia. Não há dúvida de que o fim desse trabalho seja a preparação para a prova de redação dos vestibulares que eventualmente a aluna faria. Dessa forma, são propostos temas aproveitados das próprias provas de vestibulares da região (FUVEST, UNESP, UNICAMP, principalmente, conforme Mayrink-Sabinson). Além das propostas de redação dissertativa, principalmente a partir do ensino médio (conforme também Mayrink-Sabinson), também há propostas de redações pertencentes a outros gêneros, como o narrativo-literário e o epistolar. Essa situação viria a atender, especialmente, às exigências do vestibular da UNICAMP, cuja prova de redação possibilita ao candidato escolher entre três temas diferentes, cujos textos devem ser produzidos também em gêneros diferentes: o dissertativo, o narrativo e o epistolar.

Mayrink-Sabinson (2002, entre outros) procura mostrar como LM transita por uma variedade de gêneros ao longo de sua escolarização. Quando assume uma postura narrativa, em geral procura construir textos bem humorados e engraçados. Porém, quando assume uma postura argumentativa e/ou dissertativa precisa escrever textos sérios. LM parece encontrar, então, no trabalho com lugares-comuns, um espaço para exercitar sua individualidade e, principalmente, sua preferência pelo Humor – já que a argumentação, nesse caso, precisa ser objetiva, mostrando um raciocínio distanciado do enunciador.

Entretanto, há uma diferença fundamental entre o Humor analisado por Mayrink-Sabinson em textos diversos de LM, pertencentes a gêneros discursivos também diversos, e o Humor que será discutido aqui.

Ao que parece, esta diferença tem a ver com o gênero em questão. Enquanto nos textos analisados por Mayrink-Sabinson, o predomínio são gêneros literários, o texto que interessa a este trabalho de pesquisa pertence a um gênero predominantemente dissertativo-argumentativo.

Esse gênero não é, exatamente, propício ao humor, mas parece permitir um tipo de humor que parece ser trabalhado comumente, por LM, nos textos em questão: a Ironia. Construir um efeito de sentido irônico é, pois, conforme muitos teóricos, uma tarefa difícil e, por vezes, mal sucedida. A ironia depende, essencialmente, do interlocutor, de sua resposta ao texto produzido. Ao tentar construir o efeito de ironia, o locutor tem em mente um interlocutor astuto e capaz de reconhecer o efeito de sentido pretendido. Desse modo, o interlocutor imaginado deve possuir, mais ou menos, os mesmos conhecimentos do locutor. Eles devem compartilhar um mesmo conjunto de avaliações sociais sobre determinados temas. A entoação (Bakhtin/Voloshinov, 1976) pretendida pelo locutor deve ser percebida e compartilhada pelo interlocutor. Caso contrário, a ironia não fará sentido e o efeito poderá ser até mesmo desastroso.

É interessante a colocação de Ducrot (1987) a respeito da ironia. Segundo ele, um enunciador dá a voz a um outro enunciador, genérico, que assume a imagem de um tolo. Esse enunciador pode, também, tornar-se porta-voz de um discurso social comum, constitutivo de *topoi* populares. Um desses *topoi* populares, de ampla circulação na sociedade brasileira, é o discurso sobre o salário-mínimo. O tom em que esse discurso está carregado é o de que o salário-mínimo é absurdo/ridículo/desumano etc. Esse é o tom social que encobre o tema salário-mínimo e constitui um lugar-comum. Em vários momentos de seu percurso escolar, LM se vale desse lugar-comum para construir um humor do tipo irônico. A ironia parece estar no fato de esse salário não cobrir o mínimo das necessidades básicas do trabalhador brasileiro. Em sua acepção original, o termo salário-mínimo teria este sentido: o valor salarial que seria o suficiente para cobrir aquelas necessidades básicas – alimentação, saúde e educação. Ao longo do tempo, na história econômica brasileira, o salário-mínimo se tornou cada vez mais mínimo, não mais cumprindo sua função primeira. Esse tema, então, se transformou em motivo de piada. Daí tratar-se de um tema potencialmente humorístico, alvo de sátira, de ironia, de sarcasmo etc. Mas, como propõe o título da seção seguinte, *humor é coisa séria*.

HUMOR É COISA SÉRIA

As análises de Mayrink-Sabinson apontam o Humor como um sentido muitas vezes buscado por LM em suas produções escritas. De fato, muitas de suas narrativas podem ser percebidas como engraçadas ou intencionadas neste sentido. Nelas o sujeito encontra um espaço muito apropriado para descrever situações consideradas cômicas, vividas por personagens característicos destas situações, que são, na verdade, as mais humanas possíveis, bem próximas do cotidiano da maioria das pessoas comuns. Dentre os muitos trabalhos de LM com esta configuração, considere-se o exemplo seguinte¹⁹:

5 de Maio - Nunca estive mais feliz. Meu casamento com Marta vai quase as mil maravilhas. O único problema é termos caído na famosa rotina. Acho que devemos viajar para solucionar esse problema, mas isso custa muito caro, o nosso orçamento deixa a idéia inviável por enquanto.

17 de Maio - Minha mulher é brilhante! Encontrou a solução perfeita para o nosso problema. Ela nos matriculou em uma academia! Não acho que estejamos fora de forma, principalmente meus ossos magros, mas se essa é a solução...

18 de Maio - Conheci a nossa nova academia. Seu gerente, apesar do nome um tanto peculiar, como Walmor, é muito simpático e nos trata muito bem.

26 de Maio - Marta está encantada com a academia. Passa horas malhando apesar de eu não poder acompanhá-la sempre. O que me conforta é que o seu Walmor faz companhia a ela. Hoje me disse que ele é um expert em

¹⁹ Mayrink-Sabinson (2000) apresenta uma análise desse texto em que considera outros aspectos não discutidos aqui.

filmes de ação, e me pediu para alugar alguns, apesar de seu gênero preferido ser o Romântico.

30 de Maio - Tenho visto minha mulher cada vez menos. Espero que ela não esteja virando uma ratazana de academia como as jovens de hoje em dia. Preciso ver um médico, estou com uma coceira incrível na testa.

1 de Junho - Péssimo dia. Não vi minha mulher hoje por mais do que duas horas, e meu médico não sabe o que é essa coceira infernal.

2 de Junho - Estou irritado! Minha mulher convidou o exímio gerente para jantar, muito bem arrumado. Que e agora não larga mais a minha mulher. Conclusão: não pude conversar com Marta sobre o andamento de nosso casamento.

5 de Julho - Fui andar de bicicleta para aliviar o estresse e a coceira. Ao voltar para casa tive a desagradável surpresa de encontrar o senhor gerente malhando em cima da minha mulher. Descobri o motivo da coceira, que passou num instante quando pintei na cara de Walmor um belo olho roxo que combinava com suas meias e camisa.

6 de Junho - Não volto mais naquela maldita academia, e quero o divórcio!

O trabalho do sujeito começa, de fato, na escolha do gênero do seu texto. A escolha do gênero é importante porque sobre ela o sujeito poderá trabalhar melhor sua individualidade estilística, suas preferências textuais e discursivas. A escolha do diário pessoal aqui parece ser sintomática da escolha da situação a ser abordada. A lógica parece ser a seguinte: para melhor atender a narração de uma situação problemática tão íntima, nada mais coerente do que recorrer ao diário pessoal. Porém, a escolha do diário leva à escolha do autor do diário, o narrador da história. E aqui acontece algo de

inesperado, fora do comum, subversivo: o autor do diário íntimo é do sexo masculino, situação inimaginável para os padrões de uma sociedade como a brasileira.

O narrador assume assim o posto de relator de sua própria comédia. E o faz, efetivamente, na posição de um enunciador ridículo, o parvo, o bobo da corte.

É interessante esta história, dentro do *corpus* de LM, pelo fato de a construção humorística partir de um tema bastante popular, quase grotesco: o marido traído. Dentro da estrutura narrativa tradicional, o locutor apresenta uma situação-problemática, a rotina do casamento, e instiga uma solução. A possibilidade cômica parece estar justamente na solução inesperada encontrada pela esposa fora do casamento. O humor é buscado também na veiculação da metáfora popular do marido traído: os chifres, que surgem no texto de forma indireta, o que visa gerar mais humor.

Vale reiterar o seguinte: o humor, como um efeito de sentido, é buscado, pelo texto, no discurso popular, coletivo e amplamente compartilhado. Para reforçar e sustentar este discurso, o locutor trabalha textualmente uma metáfora que simboliza o *topos* enunciado. Nada mais representativo que o ‘corno’ para simbolizar um discurso sobre um marido traído.

Em uma análise mais profunda, o marido traído é o próprio rebaixamento da figura machista do homem. Trata-se de um tratamento grotesco desta figura social e histórica. O grotesco, para Bakhtin, possui como traço marcante o rebaixamento de tudo que é elevado. Ainda segundo Bakhtin, em seu estudo sobre Rabelais, o realismo grotesco parece conceber o ser como inacabado, incompleto, instável, mutante. A figura do macho representa um ideal de acabamento do homem. A figura do marido traído desestabiliza esta idéia, muda-a de lugar.

O interesse pelo grotesco, sob diversos aspectos, vem de longa data na linguagem de LM. A propaganda do cotonete ilustra bem este ‘gosto’. Mas o grotesco surge, na verdade, de um interesse do sujeito pela vida cotidiana, pelas coisas mais próximas do seu dia-a-dia: seus familiares, suas viagens às casas dos avós, dos tios. Até mesmo ao ficcionar, os enredos são trabalhados a partir de motivos bem

'caseiros', como os contos do seu Fernando e de Yolanda, vistos adiante. Essas histórias parecem funcionar mais como crônicas do que propriamente contos ou novelas. O interesse pelo cotidiano se revela também na escolha de uma linguagem simples (não simplificada, nem simplória), carregada de termos populares, gírias, expressões idiomáticas, ditados, provérbios, palavrões.

O sol ainda não brilhava no céu quando seu Fernando subiu no caminhão da firma com a ajuda de seus dois filhos, João e José, para seguir para o trabalho. Aquele seria um dia muito longo. O caminhão balançava e junto com ele o feijão e o arroz dentro da marmitta. Os filhos viajavam ao seu lado. Era bom ter ombros jovens para se sustentar e mantê-lo equilibrado no banco estreito e duro. A cada dia a viagem tornava-se mais longa mas a daquela manhã era interminável. Até que enfim o caminhão estacionou no lote de cana que deveria ser colhido naquele dia. As luvas e as caneleiras ainda estavam molhadas do suor do dia anterior. A enxada parecia mais pesada.

Nem uma hora havia se passado na colheita quando o gerente, que raiva daquele engomadinho, chamou seu Fernando e companheiros de corte, incluindo seus filhos, para uma conversa. Conversa? No final do mês todos serão dispensados, substituídos por colhetadeiras modernas e eficientes. A surpresa da notícia deixa todos mudos e sem ação. Voltaram todos para o canavial. Mas, e a família? e a neta que estava para nascer? Eles não pensam nisso, só querem saber de seus lucros. Cada cana arrancada arrancava-lhe um suspiro. O aluguel do barraco, que mal um fogãozinho cabia, venceria no fim do mês. As pontes da cidade estavam a serventia. Se pelo menos João e José tivessem freqüentado aquela escola da prefeitura a cinco anos. A sirene tocou. Todos largaram suas enxadas para almoçar. Meia marmitta já me é suficiente, o resto dou pros meus filhos. O silêncio reinava. O inspetor passou enchendo as

canecas com água. Será que ele também foi dispensado? O suor escorria por sua pele encardida.

A segunda sirene soou. Não era justo. Ninguém aceitaria um velho como eu para qualquer mísero trabalho. Pelo menos lá no norte a gente tinha a própria terra, mas aquela seca destruiu tudo, a gente teve que matar a Mimosa e agora vamos ser mortos pela fome. Seu Fernando, como todos os outros, procuravam uma saída para suas vidas e a de suas famílias. O sol já começava a descer. Uma brisa quente assoprava os corpos suados.

O caminhão voltou. Amanhã é o último dia, que desgosto o de ter que voltar a um trabalho do qual eu já fui despedido. Seus colegas subiam na carroceria. João e José o chamaram mas seu Fernando já não respondia por seus atos. Que Deus me tenha e que cuide bem de minha família. Levantou a enxada e cravou sua lâmina em seu peito magro. Era o fim.

Aqui o protagonista é um anti-herói, um brasileiro, como muitos, lutando dia-a-dia pelo pão, cada vez mais ‘amassado pelo diabo’. O dia deste anti-herói começa antes do sol nascer. Seus filhos, sem alternativas, seguem a mesma sina do pai. O narrador anuncia, porém, que este dia será especial, a viagem parece interminável, e o dia parecerá também. Seu Fernando pressente o momento. As luvas ainda estão molhadas do suor do dia anterior. A enxada nunca esteve tão pesada.

No segundo parágrafo, o narrador expressa um julgamento de valor em relação ao gerente do lote de cana: *que raiva daquele engomadinho!* É um momento em que o narrador abandona o posto de 3ª pessoa distante, onisciente e passa a narrador-personagem, que participa, inclusive julgando outros personagens, da própria trama narrada. É justamente neste momento que a narrativa apresenta o fato que dará sentido à tragédia que marcará o enredo desta história.

Neste segundo parágrafo, o conector *mas*, na 5ª linha, introduz um discurso que se funde entre o direto e o indireto, atravessando no discurso relatado do narrador onisciente o discurso subjetivo, o

fluxo de consciência do anti-herói seu Fernando. Antes do *mas* tem-se claramente um discurso em terceira pessoa: *A surpresa da notícia deixa todos mudos e sem ação. Voltaram todos para o canavial.* Após o *mas* tem-se um discurso que vaga entre o olhar de fora, em terceira pessoa, e um olhar de dentro, em primeira pessoa:

Mas, e a família? e a neta que estava para nascer? Eles não pensam nisso, só querem saber de seus lucros. Cada cana arrancada arrancava-lhe um suspiro. O aluguel do barraco, que mal um fogãozinho cabia, venceria no fim do mês. As pontes da cidade estavam a serventia. Se pelo menos João e José tivessem freqüentado aquela escola da prefeitura a cinco anos. A sirene tocou. Todos largaram suas enxadas para almoçar. Meia marmita já me é suficiente, o resto dou pros meus filhos. O silêncio reinava. O inspetor passou enchendo as canecas com água. Será que ele também foi dispensado? O suor escorria por sua pele encardida.

Enquanto em *Cada cana arrancada arrancava-lhe um suspiro*, tem-se a voz de um outro, de fora, em *Meia marmita já me é suficiente, o resto dou pros meus filhos*, tem-se a voz de um eu angustiado, completamente sem direção, sem sentido, sem significação. Mas, e em uma passagem como *As pontes da cidade estavam a serventia*, qual das duas vozes se sobrepõe a outra? Alguma pista lingüística permite identificar uma assimetria entre as vozes do discurso no texto? Talvez não. E talvez seja esta mesma a intenção do texto. Fundir estas duas vozes, estes dois enunciadores de tal forma que entre eles não seria mais possível estabelecer uma onisciência, mas somente uma consciência. Esta consciência se constituiria dialogicamente na ideologia da dor do proletariado, do assalariado, daquele que normalmente não tem voz.

Esta estratégia narrativa, que representa, sem dúvida, um processo de escolhas do sujeito, no papel de autor textual, assemelha-se um pouco à narrativa dostoievskiana, em que, segundo Bakhtin (1982), autor e herói constituem tão somente uma mesma consciência, que conduz a narrativa polifonicamente e não autoritariamente. Em sua forma mais tradicional, a narrativa romanesca seria marcada por uma atitude muito estereotipada do narrador, de modo que ele demonstraria, de uma forma ou de outra, um perfeito domínio de todos os elementos da narrativa, em especial das consciências dos personagens principais.

O ato final parece simbolizar este duelo de vozes no interior da narrativa. À palavra do narrador segue-se uma contra-palavra do anti-herói. Em sua luta agônica pela busca de um sentido para uma vida tão desgraçada, o eu do anti-herói se deixa dominar por um *outro* implacável: a *loucura*.

João e José o chamaram mas seu Fernando já não respondia por seus atos.

Ao ser angustiado, cuja vida perdera completamente o sentido, parece restar apenas a morte que poderá levá-lo a Deus, que seria, enfim, a explicação de todas as coisas sem sentido, o fim das angústias.

Que Deus me tenha e que cuide bem de minha família. Levantou a enxada e cravou sua lâmina em seu peito magro. Era o fim.

O *nonsense* surge também nas produções narrativas de LM em outras abordagens dramáticas. A forma do texto novamente é o conto, que se caracteriza por uma história curta, porém marcante, em

que a presença psicológica das personagens tem uma importância fundamental. A seguir, analisam-se outros dados a este respeito, partindo-se do texto seguinte²⁰:

Foi tudo muito repentino. Ninguém tinha mais nada, restavam apenas uns aos outros. A família parecia ter aumentado, não era mais possível ter privacidade, a lona esquentada do sol produzia um bafo que poucos suportavam. Do lado de fora pouco mudava. As latrinas, apertadas entre as barracas exalavam fortes odores e abrigavam milhares de moscas. As cercas barravam os famintos do resto do campo, mantendo os pequenos junto aos soldados fortemente armados. Uns rezavam por notícias, outros por comida e remédios, outros por um meio de escapar daquele lugar, mas a mulher sentado no chão rezava apenas por sua família.

Dês de que chegara a dois meses, Yolanda dividira seu amor em dois, provando pela primeira vez o que a família não podia lhe oferecer a três semanas. A matemática era simples, amava ambos, seu pai e Felipe, o seu soldado salvador. Este queria leva-lá da li em um vôo que partiria para à França na manhã seguinte. Temiam nunca mais encontrar-se. O amor tinha surgido no dia que chegara ali, entre centenas de mulheres desabrigadas Felipe teria se encantado por seus cabelos cor de ouro e seus olhos que apesar de tristes tinham cor de esperança. Passavam todo o tempo que podiam juntos, porém escondidos. O outro que amará dêz do dia em que nascera não podia velos juntos. Tinha lhe obedecido a vida inteira e não seria agora que havia de desaponta-lo.

Levantou-se, caminhou até sua barraca onde a família reunia-se para a reza conjunta. Estava decidida a discutir seu problema com todos. Esperava que compreendessem que uma vez fora

²⁰ LM dá um final para este texto que não leva em conta o fato de Yolanda ser apresentada, na proposta de redação, como uma muçulmana. Assim, um homem muçulmano mataria a filha mas não se mataria. Entretanto, lendo o texto sem saber a

daquele lugar poderia tira-los da lá. Por outro lado temia estar caminhando em uma estrada sem retorno. Abandonando a família perderia sua vida. Seria morta pelo pai e só o que lhe restaria seria seu soldado. Ajoelhou-se entre a mãe e o pai. Iniciaram o ritual que conhecia a 23 anos. Seu pai nunca cansava de dizer as mesmas palavras, mas ela já havia se cansado. Talvez essa fosse a hora de mudar, não ser submissa como sua mãe que mantivera sempre uma enorme devoção a família e vivera escondida dos outros.

Terminado a cerimonia, levantou-se e comunicou que partiria na manhã seguinte. Os irmãos pensavam que estivesse maluca, a mãe calada esperava pela reação do marido. Boa sorte foram as únicas palavras que ouviram. Tentou argumentar que poderia tira-los da li mas a ordem era a de manter silencio. Sua mãe apesar de soltar lagrimas não interveio.

A noite passou. Yolanda estava pronta para partir. Saiu silenciosa deixando a mãe e os irmãos pensando nela. Seu pai não estava na barraca. No caminho ao campo de partida deparou-se com uma multidão, entre a multidão encontrava-se Felipe. Olhando a com olhos baixos abriu caminho até o centro da multidão. Lá encontrava-se seu pai, enforcado num galho seco de uma arvore. Agora não poderia partir.

De modo semelhante à narrativa anterior, alguns elementos reaparecem ainda que transfigurados em novas formas. Primeiramente, chama a atenção a descrição do ambiente em que se passa a história. Assim como na trágica história de seu Fernando, a caracterização do cenário em que se desenvolve a trama de Yolanda não é nada confortável, ao contrário, tudo visa gerar no leitor o mesmo sentimento dos heróis, angústia e desespero ante a falta de sentido dos rumos tomados pela vida. No quadro em que é colocado seu Fernando (e seus filhos, colegas de trabalho, outros entes próximos), o

proposta o final é perfeitamente possível porque nada nele caracteriza o grupo religioso (evangélicos, católicos também

dia começa sem o sol ter ainda brilhado no céu. O tom que esta caracterização dá à história é de sombriedade, ostracismo, falta de horizontes, falta de esperanças em dias melhores. Seu Fernando precisava de ajuda para subir no caminhão, o que parece simbolizar a falta de forças deste homem para sair de uma posição *down* e subir, ascender, ‘dar a volta pro cima’. A viagem de caminhão até o lote de cana era torturante, desagradável – *A cada dia a viagem tornava-se mais longa mas a daquela manhã era interminável*. O que consolava seu Fernando e ainda o mantinha vivo eram os filhos, sempre ao seu lado, amparando-o – *Era bom ter ombros jovens para se sustentar e mantê-lo equilibrado no banco estreito e duro*. Enfim, os próprios instrumentos de trabalho do herói da trama transformavam-se em objetos torturantes: *As luvas e as caneleiras estavam molhadas do suor do dia anterior. A enxada parecia mais pesada*.

Dialogando interdiscursivamente com este quadro dramático vivido por seu Fernando, LM insere a trama de Yolanda num clima niilista, labiríntico, previsto, sem dúvida, na proposta de redação: *Foi tudo muito repentino. Ninguém tinha mais nada, restavam apenas uns aos outros*. O repentino desacerto das coisas, o que acaba gerando o *nonsense*, está presente nas duas narrativas. A ‘conversa’ do gerente com os cortadores de cana acontece inesperadamente, ainda que o herói estivesse pressentindo o que seria sua ‘gota d’água’ – *Nem uma hora havia se passado na colheita...A surpresa da notícia deixa todos mudos e sem ação*. O cenário apresentado é mesmo desesperador:

A família parecia ter aumentado, não era mais possível ter privacidade, a lona esquentada do sol produzia um bafo que poucos suportavam. Do lado de fora pouco mudava. As latrinas, apertadas entre as barracas exalavam fortes odores e abrigavam milhares de moscas. As cercas barravam os famintos do resto do campo, mantendo os pequenos junto aos soldados fortemente armados. Uns

rezam juntos).

rezavam por notícia, outros por comida e remédios, outros por um meio de escapar daquele lugar, mas a mulher sentada (sic) no chão rezava apenas por sua família.

De dentro e de fora do sujeito, herói da trama, pouco mudava este quadro desesperador. O lugar era infernal, exigindo de todos rezas com os mais diferentes pedidos – notícias, comida, remédios, ‘luz no fim do túnel’. Mas uma mulher sentada no chão fazia um pedido especial: rezava por sua família. À memória de seu Fernando, também, a primeira lembrança, ao sentir-se mais do que nunca sem saída, é da família. À mulher sentada no chão daquele lugar infernal, sem privacidade, sob condições físicas insuportáveis, cercada e cerceada, parecia restar mesmo somente a reza, a busca do sustento espiritual e, principalmente, de uma solução milagrosa. Apenas um milagre poderia livrar aquela mulher do desespero total e da loucura. Milagre este que seu Fernando não pôde esperar, levando-o ao êxtase final do ato mais trágico que um ser humano pode realizar contra si mesmo: o suicídio.

Yolanda sentia-se dividida. Aquele lugar havia sido o causador desta fatídica divisão. No caso de Yolanda, diferentemente do enredo dramático de seu Fernando, no interior de um terrível drama social – os campos de concentração de guerra – levantava-se um drama romântico entre uma refugiada e um soldado. Entre os dois, porém, um obstáculo: a família da moça. Mais especificamente, entre o amor do soldado e da refugiada, havia a sombra de um outro amor: o de Yolanda por seu pai – Yolanda temia mais a perda do amor do pai do que o próprio horror da guerra. Amar um soldado representante do estado que os aprisionava não iria fazer sentido para seu pai, tão sistemático, seguidor de leis religiosas e morais severas. De maneira bem semelhante a seu Fernando, o pai de Yolanda nunca se sentira tão humilhado como naquele momento, naquele lugar. Assim, a notícia de que a filha iria partir para a França com um soldado inimigo poderia acabar se tornando a ‘gota d’água’ para seu pai.

Da mesma forma que no conto anterior, as ações se dão em um só dia. Neste dia, Yolanda está decidida a resolver sua situação, ainda que parecendo pressentir *estar caminhando em uma estrada sem retorno*. Após o cerimonial religioso do jantar, ritual que conhecia há 23 anos, e do qual se dizia cansada, a filha comunica à família sua decisão. Uma acusação de loucura, um desejo de sorte e um silêncio brutal marcaram o anúncio de Yolanda, que não encontrou auditório para sua argumentação. Passada a noite, o destino se encarregou de dar fim à tragédia: o pai enforcara-se num galho seco de uma árvore.

Nestas duas histórias, cotidianos são apresentados, vidas em curso desviadas por determinantes históricos ‘maquiavélicos’. A injustiça social, a desigualdade, levam seu Fernando à loucura do suicídio. A guerra leva Yolanda e sua família ao desespero de um campo de concentração onde nem o amor redime a dor das perdas no horror da guerra. O grotesco tem seu lado trágico também, concebido a partir da idéia de que o homem é razão e loucura, *eros e tanathos*: “a mesma mão que acaricia, fere”, diz o dito popular.

Crises sociais, esferas familiares, a figura do pai, destinos jogados ao acaso. Em que sentido estes elementos podem estar dialogando com maneiras de LM argumentar em suas dissertações? E em que sentido este diálogo pode revelar algo sobre o estilo deste sujeito?

Uma interpretação dos dados encontra no trabalho dissertativo de LM sobre temas sociais e políticos da história, passada e presente, do Brasil uma presença dialógica de dramas sociais, como os vividos por Seu Fernando e Yolanda, na atividade discursiva deste sujeito. LM coloca o povo como herói e anti-herói de uma tragicomédia grotesca: a história sócio-política brasileira. Como metáfora recorrente, a questão salarial acompanha o herói em sua jornada discursiva nos textos de LM. No discurso de LM, o povo representa o próprio *nonsense*. Da maneira talvez mais grotesca possível, ele é rebaixado a condições sub-humanas.

Como tentamos mostrar, nem só de humor parecem viver os textos de LM. Em Vidon (1999), já se verificava que os textos opinativos, como os comentários sobre livros, bastante comuns nas primeiras séries do ensino fundamental, praticamente não continham tentativas de humor, apresentando-se como textos sérios – *a serem levados a sério*.

Esta preocupação em produzir um texto *a ser levado a sério* também está presente na maioria dos textos dissertativos elaborados ao longo dos anos escolares. Isto acontece, principalmente, quando o próprio tema diz respeito a uma questão séria. Este parece ser o caso do texto exemplificado abaixo:

“Crítica as classes altas”

Os habitantes das classes altas brasileiras vivem criticando as sujeiras das favelas, os tráfegos (sic) e as tramoias, talvez nunca tenham parado para pensar na sujeira e nas roubalheiras que existem do outro lado, no senado.

Porque esses poucos habitantes brasileiros nunca reparam nas roubalheiras do outro lado? Será que eles recebem algum gato pingado?

Em um país onde se rouba tanto acaba faltando dinheiro para se resolver os problemas das favelas, da educação e da saúde. E aí os americanos dão risada e perguntam como vamos recuperar o dinheiro da nação. “que país é este”.

Como se disse, este é um texto em que o locutor tem a intenção de que o mesmo seja levado a sério. Por isso mesmo, o próprio título dado ao texto já aponta para esta perspectiva de leitura. Trata-se de uma crítica e enquanto tal, o primeiro parágrafo procura mostrar uma contradição fundamental no objeto a ser criticado. As classes altas criticam as classes baixas de viverem na sujeira, sobreviverem do tráfico e de ‘tramoias’. Porém, não percebem a ‘sujeira’ em que também se encontram, principalmente

na esfera da política. Mostrada esta contradição, a argumentação segue com uma pergunta do tipo retórica, no sentido de que a resposta já é, na verdade, conhecida pelos interlocutores. Para o locutor, a questão é por que existe esta contradição – será que ela é mantida por alguma conveniência para as classes altas? No último parágrafo, é feita uma afirmação com caráter de fato: os diversos problemas sociais existentes e persistentes no Brasil têm sua origem nesta ‘sujeira’ encontrada no campo da política, que gera uma desigualdade social enorme. A conclusão é irônica, retomando-se o lugar-comum segundo o qual o Brasil é motivo de piada no exterior.

Ainda que não se tenha conseguido recuperar com precisão o contexto desta redação, há fortes indícios de que a letra de uma canção tenha motivado a produção desse texto. Esta canção se chama ‘Que país é este?’, do grupo brasileiro de rock Legião Urbana, cujo letrista é Renato Russo. Se não bastasse o texto de LM terminar com esta pergunta, título da canção, os primeiros versos da letra de Renato Russo parecem dar o tom do discurso do texto de LM:

*“Nas favelas, no senado
sujeira pra todo lado.
Ninguém respeita a constituição,
Mas todos acreditam no futuro da nação...”*

O lugar-comum veiculado no texto de LM também encontra respaldo nos últimos versos da letra de *Que país é este?*:

*“Terceiro mundo se for,
piada no exterior.
Mas o Brasil vai ficar rico,
Vamos faturar um milhão
Quando vendermos todas as almas*

Dos nossos índios num leilão.”

Esta análise parece levar à seguinte conclusão: Ao dialogar intertextualmente, como sustenta a hipótese aqui apresentada, com a letra da canção de Renato Russo, LM, enquanto enunciador, assume como tom argumentativo a ironia encontrada em *Que país é este?* Tal sentido irônico pode ser encontrado nos quatro últimos versos, introduzidos pelo operador argumentativo MAS. A afirmação que se pretende irônica – o Brasil vai ficar rico – é, na verdade, sustentada por um argumento fortemente sarcástico, de que isto seria possível com a venda das almas de todos os índios que aqui viveram. Este tom sarcástico também parece poder ser encontrado na crítica às classes altas, no momento em que é feita a seguinte enunciação: *E aí os americanos dão risada e perguntam como vamos recuperar o dinheiro da nação.* É a própria releitura da última estrofe de *Que país é este?* O termo *exterior* é interpretado como *Americanos* e o que era uma afirmação irônica com tom sarcástico na letra da canção é parafraseado como uma pergunta, feita pelo elemento de fora, externo ao Brasil, carregada de deboche.

Estes dados parecem revelar um aspecto muito comum nos textos dissertativos de LM. Ainda que sua intenção final seja produzir um texto sério, que possa ser levado a sério por seus leitores, ele não deixa de carregar traços de ironia, de sarcasmo, de deboche. Ou seja, o tema que o texto critica acaba sendo de alguma forma tratado com um tom jocoso. Sua crítica às classes altas colocam-nas em uma posição que elas não ocupavam até então: de alvo de críticas. Mais do que isso, o texto insere as classes altas no todo da nação brasileira. Assim, se o país é motivo de piada, estas classes altas também o são, já que quem está no papel de dar risada são os “de fora”, os que de qualquer forma não são afetados pelos problemas sociais daqui “de dentro”.

Os dados analisados a seguir indicam que, no período em que esse texto foi escrito, estava em discussão nas aulas de redação questões relativas à esfera sócio-política brasileira. Este texto parece representar bem essa discussão:

Nem tudo vale a pena, sendo a alma grande

O Brasil, país de famintos, dos massacres, dos cidadãos inocentes, da expoliação, da pobreza, do subdesenvolvimento, do extermínio da parcela indígena da sua população, já passou por muitas propostas e promessas mas continua com os mesmos problemas de sempre. Presidentes vêm e vão com propostas já conhecidas e aprovadas por seu público mas desconhecidas e negadas pelo congresso. Passeatas e rebeliões já não funcionam mais contra os famigerados por dinheiro e possessões que enquanto se esbanjam em luxos assistem a milhares catarem lixo nos lixões para subsistência de cinco filhos, sem emprego e sem moradia.

Uma reforma agrária, uma administrativa e uma social valeriam a vida e dignidade da maioria brasileira mas não valeriam a pena para os ricos fazendeiros que fazem greve por três dias e mobilizam a economia do país, não valeria a pena para os banqueiros que não mais teriam seus bancos cheios de dívidas salvos com o dinheiro público e nem para os juizes que teriam o seu teto salarial de 5 mil reais abaixado para que um operário tivesse seu salário mínimo aumentado 12 reais.

A alma egocêntrica de todos esses citados anteriormente é grande demais mas tudo que lhes vale a pena não vale para o país. Talvez quando o governo deixar de ser submisso e dominado por estes e aqueles tudo possa valer a pena para salvar o país, para que o “gigante” não permaneça deitado eternamente em berço esplêndido e nem aqueles que não merecem.

Produzido na 3ª série do ensino médio, ao final do ano, o texto se enquadra perfeitamente no gênero exigido para aquela situação. Não há dúvidas de que se trata de uma dissertação, em que o tema deve ser tratado com objetividade, o texto deve ter um encadeamento lógico em que a tese seja desenvolvida de maneira explícita.

O texto está assentado sobre uma premissa principal – o Brasil já passou por muitas propostas e promessas mas continua apresentando os mesmo problemas – e se desenvolve a partir dela. Na verdade, o texto analisa essa premissa, tomada como fato, de um ponto de vista que contrapõe “os poderosos” ao “povo”.

A argumentação é construída a partir de um provérbio que é transformado metaforicamente para atender ao projeto de texto vislumbrado pelo locutor. “Tudo vale a pena quando a alma não é pequena” passa a “Nem tudo vale a pena sendo a alma grande”.

A primeira transformação se dá ao se negar a afirmação feita pelo provérbio, tomado aqui como lugar-comum. A introdução da conjunção negativa “nem” altera o sentido do enunciado, de uma proposição positiva para uma negativa. Essa negativização é um indício de que o tom discursivo do texto será mais pessimista. Vale lembrar que o provérbio originalmente tem a intenção de gerar/provocar uma atitude otimista a quem ele se dirige. O enunciador ao veicular em seu discurso um provérbio se apropria de um discurso “sem autor”, um discurso de um enunciador genérico (*se, on*), que pretende atingir também ouvintes genéricos. Ao ser subvertido, o enunciado já não é mais o provérbio. A subversão aqui é uma espécie de trabalho lingüístico-discursivo que tem por fim um efeito de sentido satírico, sarcástico, troçador.

A apropriação do provérbio e transformação do mesmo para uso retórico é um trabalho estilístico (no sentido de escolha) efetivamente dialógico.

Não se conseguiu verificar se o título do texto foi dado ao final do texto, antes de iniciá-lo ou no ínterim do mesmo. O importante, entretanto, é o fato de o texto ter assentado a sua argumentação nessa interpretação subversiva do provérbio, adaptado ao tema em questão.

Nesse sentido, o texto argumenta que reformas sociais e políticas não “valeriam a pena” para os poderosos (da terra, dos bancos, da política etc.).

Ironicamente, no último parágrafo, o texto afirma que “a alma egocêntrica de todos esses citados anteriormente é grande demais mas tudo que lhes (?) vale a pena não vale para o país”. Talvez fosse possível questionar o próprio sentido de alma nesta enunciação.

É como se o trabalho de articulação textual reunisse (trabalhasse de formas diferentes) dois *topoi*. O primeiro seria uma opinião do senso comum a respeito dos mais poderosos, política e financeiramente, do país em questão: não interessa a eles a melhoria das condições de vida da maioria da população. Esta é uma premissa que não está explícita no texto mas pode ser inferida analisando-se a sua argumentação. Tal premissa é fruto de um acordo entre os interlocutores imaginados pelo texto e se pretende conclusiva. O segundo *topos* seria o veiculado pelo provérbio. O lugar-comum atualizado pelo uso desse provérbio é reavaliado e serve para o desenvolvimento da argumentação e defesa da tese de que não vale a pena, para os ricos e poderosos do Brasil, ajudar o país.

O enunciador irônico, esse parvo, esse bobo da côrte, dialoga, nos textos anteriormente analisados, com um enunciador genérico, uma voz social, lugar-comum de um discurso representado como oficial.

O mesmo fenômeno parece se dar com o texto analisado a seguir:

Ensina-se para todas as crianças em idade escolar que o Brasil foi descoberto em 1500 por Pedro Alvares de Cabral, ao acaso, em seu caminho para as Índias. Novas pesquisas, no entanto, divulgam uma nova data de descoberta. Historiadores afirmam que

um navegador português da maior confiança do rei de Portugal, chamado Duarte Pacheco Pereira, gênio da astronomia, navegação e geografia, teria chegado aqui em 1498. O Brasil estaria, portanto, comemorando 502 anos.

Descoberta por descoberta, consideremos a de Pedro Alvares de Cabral. A festa está sendo aprontada, uma grande comemoração de cinco séculos de vida, ou melhor, de vida após a "descoberta" portuguesa. Afinal os nativos já viviam nessas terras há muito mais tempo. Claro que poucos deles restam para a comemoração.

Ensina-se, também, que o Brasil foi colonizado por Portugal, tornou-se independente pelo grito de um legítimo português. Entretanto muitas pessoas hoje em dia não sabem mais o que nosso país é. Talvez o problema que impede o país de seguir em frente seja esse. Comemorar o quê?

Arruinado por uma economia dependente de países de primeiro mundo, desde 1826 a terra das palmeiras cultiva uma dívida externa por hábito ou necessidade. Porém essa dívida não é mais paga com produtos naturais e sim com dinheiro, preferivelmente com o dólar, moeda norte americana que é o terror do real. O real, a moeda da salvação, implantada por um governo que prometia a melhoria da qualidade de vida do proletariado, a grande massa de população, durante os últimos meses vem dando mais prejuízos do que lucros, principalmente para as classes média e baixa, que além de sofrer com a alta dos preços têm que levantar dinheiro para pagar impostos que teoricamente são usados para cobrir a velha dívida interminável.

Brasil, país de muitas riquezas, berço esplêndido de sonhos de imigrantes logo destruídos pela escravidão e salários mais que mínimos. O gigante deitado eternamente, explorado pelo imperialismo, tornou-se uma nação de duas faces. Poucos com muito e muitos sem nada. Em Miami, os ricos e poderosos... do

Oiapoque ao Chuí, o Brasil dos muitos sem teto, sem terra, sem emprego, sem escola, sem chuva, sem comida, sem lugar, sem país.

Muitos dizem que, apesar dos diversos problemas apresentados, é inegável o fato de que o Brasil tem se desenvolvido e crescido já que existem no país o Código de Defesa do Consumidor, leis que cuidam do racismo, trabalho e exploração infantil, o Código Penal, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros diversos direitos e leis que todo ser humano merece. Mas devemos lembrar que nem sempre esses órgãos de defesa do ser humano funcionam, deixando processos estacionados por culpa da burocracia. Que Direitos Humanos são esses que funcionam apenas para os que têm muito? Estes Direitos são aqueles que só o dinheiro pode comprar, o dinheiro do governo e das classes elevadas que acaba saindo, direta ou indiretamente, do bolso do contribuinte trabalhador.

Razões para comemorar eu não vejo, talvez os bolsos cheios vejam. Não tendo o pão, as emissoras de televisão preparam o circo para o povo.

Esta versão final é antecedida por outras duas versões, tendo sido todas digitadas, por LM, em computador. As três versões foram produzidas em 15/03/99, quando LM iniciava o terceiro ano do ensino médio e se preparava para o vestibular. A proposta de produção textual inserir-se-ia neste contexto de preparação para a prova de redação dos vestibulares que eventualmente ela faria.

Da primeira para a segunda versão do texto não há, de fato, muitas modificações efetuadas. O mesmo número de parágrafos [três] é mantido, mas há importantes alterações na composição dos mesmos. LM decide dar seqüência ao primeiro parágrafo fechando-o com o argumento que dava início ao segundo na primeira versão: *o Brasil sofre de uma crise de identidade e este problema talvez o impeça de crescer*. Este parece ser o principal argumento do texto, base para que se formule a pergunta

que fecha o primeiro parágrafo: “Comemorar o que?” No último parágrafo desta segunda versão, LM decide dar uma resposta à pergunta que fecha o texto em sua primeira versão: “Que direitos humanos são esses que funcionam apenas para os que tem muito?”.

A linha de argumentação do texto parece, por hipótese, seguir um esquema do tipo: crise de identidade, diretamente relacionada a uma dúvida sobre a origem do país; crise econômica e política; e crise social. Esta linha de argumentação estaria no projeto de texto do locutor, que se mantém nas três versões. Para realizar este projeto, ele trabalha na linguagem dialogando com um outro-interlocutor, presente na proposta de redação, nas eventuais leituras e discussões basilares para a enunciação, na própria apreciação avaliativa do professor a respeito do tema, *etc.* Tratam-se de textos e discursos constituintes da sócio-história do tema em questão, em diálogo. Este dialogar não significa pré-determinação do outro sobre o eu, mas estabelecimento de marcas de um sujeito sobre o outro. O outro marca mas não determina completamente o eu; como propõe Bakhtin (op. cit.), o eu tem o seu espaço de ação, no qual articula (Geraldí, op. cit.), arranja, manobra (Possenti, 2002), e, enfim, atua social e historicamente.

A terceira, e última, versão do texto revela todo o trabalho de LM, enquanto locutor, para articular textualmente recursos expressivos da língua a fim de executar, da melhor maneira possível, o projeto proposto por ela (no papel de locutor). O primeiro parágrafo se desdobra em três, o que pode indicar uma intenção didática, objetivando facilitar a leitura e assimilação dos argumentos. O segundo parágrafo também é dividido, mas em duas partes. Já o que era o último, na segunda versão, nesta terceira é seguido por outro com caráter de conclusão, respondendo, ironicamente, à pergunta do início do texto, “comemorar o quê?”.

Há várias mudanças na última versão do texto que apontam para um trabalho lingüístico-textual bastante satisfatório em termos de normas da língua padrão e do modelo de texto dissertativo-argumentativo. O fato de usar a forma passiva *ensina-se*, ao invés de *ensinam*, é um exemplo de

adequação do ponto de vista lingüístico-textual. A voz passiva é vista como um recurso que provoca um maior distanciamento, no discurso, do enunciador em relação ao enunciado. Além disso, há modificações morfossintáticas relevantes, seja através da colocação de vírgulas em alguns momentos do texto, seja através de alterações nas posições dos elementos nas frases. Mas não é isto propriamente o que irá interessar aqui. Há questões importantes, para os fins deste trabalho, sobre o discurso constituído. A indeterminação, por exemplo, através do uso do *se* deslegitima, discursivamente, o agente, no caso *aquela que ensina*.

Neste contexto discursivo, o que seria possível dizer em relação a um possível trabalho estilístico de LM neste texto? Algumas das suas opções lingüísticas, textuais e discursivas podem ser identificadas a marcas encontradas em outros textos e entendidas como estilísticas, do ponto de vista individual, já que o estilo do gênero poderia mesmo ser encontrado no tipo de trabalho comentado anteriormente, principalmente no que diz respeito à adequação a um certo modelo textual – pertencente, dentro da perspectiva bakhtiniana, a um gênero discursivo?

De fato, um tom crítico-questionador parece atravessar o discurso, desenvolvido nesse texto, sobre “a comemoração dos quinhentos anos de descobrimento do Brasil” – este parece ter sido, ao que tudo indica, o tema da redação. A introdução do texto coloca em questão a própria origem, proclamada oficialmente, do país, ou seja, o seu suposto descobrimento. Neste sentido, o próprio tema *descoberta* parece ser desqualificado através da expressão “descoberta por descoberta” e da colocação entre aspas do termo descoberta no segundo parágrafo [obviamente da versão final do texto]. A qualificação de Duarte Pacheco Pereira como gênio serve como argumento para desqualificar o navegador Pedro Álvares Cabral, que teria descoberto o Brasil *por acaso*. Além disso, há a menção feita ao tipo de relação que teria Duarte Pacheco com o rei de Portugal. No segundo parágrafo, através do operador discursivo *ou melhor*, há uma reconsideração do conceito de vida – tempo de vida do Brasil: antes ou depois da suposta descoberta. Todos estes momentos, presentes no que poderia ser considerado como

uma introdução no texto, parecem visar a uma “desqualificação/valorização negativa” do tema da redação, “a comemoração dos quinhentos anos de descobrimento do Brasil”.

A seguir, o locutor tenta desenvolver argumentos para defender a tese, por hipótese, da relação entre as crises de identidade e sócio-político-econômica do Brasil. Diversos são os atributos dirigidos ao país em crise: arruinado, endividado, aterrorizado, desacreditado, explorado, encurralado, nação de duas faces, terra de ninguém. A dívida de 1826 é chamada na terceira versão do texto de “velha dívida interminável”. No quinto parágrafo, faz-se uma descrição do Brasil. À sua maneira, o locutor apresenta lugares comuns sobre o país, na linha da terra prometida, do país do futuro, *etc.*, ao mesmo tempo em que os subverte: um país de muitas riquezas destruído pela escravidão; um gigante explorado pelo imperialismo; uma nação de duas faces. É inusitado neste parágrafo o uso da expressão *sem chuva*, acrescida à enumeração que se vinha fazendo a respeito dos brasileiros excluídos das riquezas do seu próprio país, os *sem teto, sem terra, sem emprego, sem escola, sem comida, sem lugar e, enfim, sem país*. Economia dependente, dívida impagável, governos salvacionistas, planos populistas, população escravizada, exploração imperialista – há o que comemorar, o locutor pergunta?

À pergunta retórica *Comemorar o quê?*, a resposta é irônica e sarcástica: “Razões para comemorar eu não vejo, talvez os bolsos cheios vejam. Não tendo o pão, as emissoras de televisão preparam o circo para o povo.” Duas entidades são contrapostas neste enunciado, os *bolsos cheios* e o *povo*. Enquanto os primeiros são ricos e poderosos, vivem em Miami, têm, de fato, atendidos os seus direitos de cidadão, o *povo* paga uma dívida interminável, não tem lugar nem comida, não tem país. A este povo restam o *pão* e o *circo*. O *circo* seria sempre montado pelas emissoras de televisão, maquinaria a serviço dos “bolsos cheios”. Mas e o *pão*?

Este *pão* é recorrente na produção textual de LM, o que por si só já fornece uma pista a ser investigada por um pesquisador interessado no exame de uma possível constituição estilística do sujeito. E nesta produção textual, LM investe novamente na problemática do *pão* recebido pelo *povo*

em função do suor do seu trabalho: *Salários mais que mínimos* é a nova forma encontrada por LM para se referir ao pão, à dotação pecuniária recebida pelo povo. Esta forma dialoga com outras encontradas em vários outros enunciados de LM produzidos ao longo de sua história de escrita: *salários tão mínimos, minicíssimos, minimozinhos, grão de cada dia*, etc. (Vidon, 1999). Estas formas parecem constituir *fórmulas* encontradas pelo sujeito para se manifestar, deixar suas marcas.

PANIS ET CIRCENSES

LM fecha sua argumentação, no texto dos 500 anos, recorrendo a um *lugar-comum* bem conhecido: *Panis et circenses* (lat.), expressão popular que, em geral, significa ludíbrio. Ao ser utilizada, esta expressão pode veicular uma série de valores como *desprezo, escárnio, logro, troça, zombaria, engano, tapeação*. No texto dos 500 anos, *Panis et circenses* encontra-se enunciada da seguinte forma: “*não tendo o pão, as emissoras de televisão preparam o circo para o povo.*” A enunciação provoca um rompimento na expressão, legando para o povo, desprezado, escarneado, tapeado, logrado, somente o circo, a partir do momento em que exclui o pão.

A forma como o texto de LM trata a comemoração dos 500 anos de descobrimento do Brasil é no sentido da troça, da zombaria, da ridicularização. Ao mesmo tempo, é séria, porque não é a comicidade que está em jogo, mas uma realidade nua e crua, sem dó nem piedade. O suposto momento histórico serve de pretexto para a montagem do circo. Este suposto momento histórico seria um circo cuidadosamente armado pelas autoridades brasileiras para ludibriar mais uma vez o povo. Muitas vezes, este tipo de circo é armado pela classe política, a quem LM se dirige em outros textos, já vistos. Outras vezes, a montagem fica por conta das próprias escolas, construindo discursos míticos ou alegóricos sobre fatos da história do Brasil.

É possível rir do ridículo destas questões. Mas não dá para permanecer no riso. O riso quer levar a uma ação ainda que seja através do próprio discurso.

Pode-se entrever, ao longo do texto de LM, a montagem de um ‘grande circo’ – o da História Oficial do Brasil. O texto dá a entender que fatos históricos considerados importantes como o descobrimento, a colonização e a independência são transmitidos, enquanto matérias do conhecimento, levando-se em conta hipóteses que parecem tanger o mítico e o alegórico. O texto de LM parece

zombar destas hipóteses, por exemplo, quando refere-se ao descobrimento como tendo acontecido *por acaso* e a independência *pelo grito de um legítimo português*.

É interessante observar a interação do último parágrafo, por sinal conclusivo e no qual se encontra o lugar-comum *pão e circo*, com a pergunta básica do texto: *comemorar o quê?*

Ao se desdobrar esta pergunta, surge outra questão mais fundamental e por isto mesmo implícita: *Quem vai comemorar o quê?*

Supostamente, o sujeito desta comemoração seria o povo – “sem teto, sem terra, sem emprego, sem escola, sem chuva, sem comida, sem lugar, sem país.” (diferentemente dos ‘bolsos-cheios’).

Frequentemente este sujeito surge (e se insurge) em textos de LM. Em ‘Salário-Saúde-Educação’ (Vidon, id.), o povo é retratado como uma classe sem direitos à escola e à saúde devido ao baixo salário que recebem. Esta questão salarial, como já observado, está sempre presente nos textos de LM em que, de uma forma ou de outra, o povo torna-se tema. Neste sentido, há sempre uma interação entre estes elementos e uma interpretação crítica da relação entre eles, comumente considerada absurda, sem sentido. O salário é o pão-de-cada-dia do trabalhador, mas a cada texto, LM parece querer mostrar a fragilidade desta relação, a ponto de culminar em ‘500 anos’ enunciando, primeiro, *salários mais que mínimos*, para, depois, finalizar o texto colocando que para o povo resta o circo somente – o pão tornou-se mesmo impossível.

Neste texto, assim como em outros (*Crítica às classes altas, Nem tudo vale a pena sendo a alma grande*, etc.), LM, no papel de locutor, apresenta-se como um Enunciador Irônico que interage, dialoga com um Enunciador Genérico, o ON ducrotiano, formatado linguisticamente sob a forma do SE, da 3ª pessoa do plural, de ‘muitos’ etc.

Vê-se que nesta análise sobressaem dois enunciadorees, o representante da autora do texto, do locutor, e o ON. O povo não enuncia, o povo não tem voz ativa. Ele é sempre retratado; está sempre em

3ª pessoa, “assujeitado”, como, talvez, gostariam os analistas do discurso franceses. Mas, em muitos textos de LM, eles tiveram indiretamente voz, deixaram suas marcas, lingüística e discursivamente.

À palavra do outro, este ON ridículo, contrapõe-se a palavra de um enunciador indignado com este quadro absurdo. Este enunciador advoga-se representante do ‘Brasil dos muitos sem teto, sem terra, sem emprego, sem escola, sem comida, sem lugar, sem país’, e, principalmente, talvez, sem voz. Esta voz que ‘poucos’ têm muito e ‘muitos’ não têm nada. Este discurso que poucos produzem e muitos reproduzem. A estes sem voz e sem discurso próprios que o enunciador indignado parece levantar a questão: comemorar o quê? O que estes têm para comemorar? As suas histórias mal-contadas? Os índios que foram mortos? A falta de identidade? A economia sempre em ruínas? A dependência externa? A dívida eterna? A irrealdade do ‘real’? Os salários mais que mínimos? O estar sem teto, sem terra, sem emprego... sem país, sem nada?

Tudo parece indicar um jogo de contra-palavras no discurso de LM. O processo parafrástico-paródico é fundamental e sua base é dialógica. O primeiro exemplo inspirante é a palavra *salário-mínimo*. Em seu contexto original, no discurso ‘getulista’ dos anos 30, esta palavra soava como um alento para o trabalhador. A sua conotação era, sem dúvida, positiva. Nos anos 80, a expressão parece, efetivamente, perder esta conotação positiva, ganhando um sentido cada vez mais pejorativo. LM, como locutor, opera justamente neste campo semântico ‘negativo’. À palavra ‘salário-mínimo’, ela vai contrapondo outras palavras, como *salários mais que mínimos*, *minimozinho salário*, *minicíssimo salário*, etc. Neste processo há evidentemente um jogo de valores. O julgamento de LM é sarcástico, dado que eleva a um grau máximo o objeto que quer jogar, logo em seguida, ao rés do chão. Este procedimento assemelha-se ao descrito por Bakhtin como grotesco.

Outro exemplo importante deste processo é o ocorrido com *pão*. O ‘pão nosso de cada dia’ se torna ‘o seu grão de cada dia’, em que a desmistificação do pão ‘divino’, ‘especial’, em sua contraposição a ‘grão’, concreto, real, põe em choque dois discursos: o da contemplação e o da ação.

No ‘pão e circo’, o circo termina sem o pão. Não há mais pão; há só o circo, como alimento único para o corpo e o espírito.

A respeito de lugares, conforme a teoria retórica perelmaniana (1996), o pão se multiplica, o pão sacia - *lugar da quantidade*. Ao mesmo tempo, o pão é da ordem do divino - *lugar da qualidade*. A relação, entretanto, não é simétrica entre esses lugares. *Grão* representa a pequenez do trabalhador assalariado - *lugar do menos*. Enquanto isso, *pão* representa a grandeza do cristão em relação com Deus – *lugar do mais*.

O “pão nosso de cada dia” representa o discurso católico-cristão em que se encontra implícito o seguinte argumento: o alimento é divino; para aquele que crê em Deus não faltará o pão (material e espiritual). Este argumento parece se dirigir (nos termos da nova retórica perelmaniana [id.]) a um auditório universal – ordem das verdades cabais, que não precisam de prova.

Já “o seu grão de cada dia” representa o discurso camponês-operário. O enunciado apresenta uma operação estilística: troca do item lexical ‘pão’ por ‘grão’ e mudança na pronominalização – nosso pão/seu grão. O argumento supostamente evocado: o suor do esforço do trabalho do operário não vale mais que um mísero grão. A expressão ‘grão’ neste contexto se refere um pouco mais diretamente à salário. O argumento se dirige, assim, a um auditório particular, os assalariados ou o povo.

A escolha de *grão* é interessante, em primeiro lugar, devido ao contexto em que ela se insere, já que o período histórico de que se está falando é o feudal. Neste contexto, ‘grão’ substitui ‘salário’, a partir de um diálogo textual com ‘pão’ da expressão cristã presente no ‘Pai Nosso’. À infimidade de ‘grão’ subjaz o pressuposto da grandeza do ‘pão’ abençoado por Deus. O pão é de todos (aqueles que crêem em Deus, que têm fé). O grão, entretanto, é uma fortuna infeliz, um legado do trabalhador que atravessa os tempos, como um Karma.

Os efeitos de sentido buscados por LM na abordagem do tema ‘salário’ não parecem se inserir na ordem de algo que poderia ser visto como dramático, mas talvez tragicômico. Este tema congrega uma lado cômico, ridículo, e outro, trágico, o da humilhação, o da falta de escolha, o dos muitos “sem”.

No texto dos 500 anos, o povo ‘de Deus’ já não parece possuir o pão material nem o espiritual. Este último talvez tenha sido substituído pelo espetáculo circense – especialmente televisivo.

Tudo, assim, parece mesmo remeter ao Grotesco²¹, enquanto categoria estética presente no ‘ethos’ da cultura de massa. LM encontra este ‘ethos’ e se encontra nele, utilizando-o para dar o tom em seus textos dissertativos, especialmente quando o tema é *Brasil*. Os ‘bolsos cheios’ não existem sem os que não têm nada. O poder oficial precisa do povo e precisa que o circo continue existindo: o show deve prosseguir! O povo, miserável, estropiado, desassalariado, sem pão, sem nada, nada mais é que o próprio grotesco em face à sociedade moderna (capitalista, consumista, individualista, tecnicista, etc.)²².

²¹ “Bakhtin procura restabelecer o significado das formas grotescas para seus contemporâneos (...). As manifestações do grotesco – sustenta o autor – estão intimamente ligadas ao contexto da cultura cômica popular e à visão de mundo que a organiza. Formas totalmente estranhas aos cânones estéticos que surgem no período moderno. Não existe naquele contexto a idéia do corpo perfeito, acabado e completo. O corpo representado pela cultura popular não é individual, mas coletivo, em transformação, em movimento. Daí a preferência por apresentá-lo em seus estados limítrofes, na passagem de um estado a outro. A falta ou o excesso são signos dessa incompletude, condição e necessidade de transformação. A ingestão de alimentos, os excrementos, a gravidez ou a morte têm, ali, outro significado. O grotesco degrada e regenera. O alto não existe sem o baixo. As imagens grotescas sintetizam, na verdade, o grande e genérico corpo popular, constantemente renovado. O ‘baixo material e corporal’ é o fundamento dessa visão de mundo. É pelas partes baixas do corpo, o ventre, o traseiro, os órgãos genitais, que circula a vida.” (Mira, 1995: 134).

²² Segundo Mira (cf. Sodré, 1972), “a cultura de massa (...) é hoje o grande ‘médium’ da atmosfera capitalista.” (p. 132).

O TOPOS SALÁRIO-MÍNIMO COMO LUGAR DO NONSENSE E DO GROTESCO

De acordo com Bakhtin (1987: 38), o emprego do método grotesco (uma concepção heurística da realidade) dá condições ao desenvolvimento do indivíduo subjetivo, profundo, íntimo, complexo e inesgotável: “*Num mundo fechado, acabado, estável, no qual se traçam fronteiras nítidas e imutáveis entre todos os fenômenos e valores, o infinito interior não poderia ser revelado.*” (p. 39)

Ainda segundo Bakhtin, o riso grotesco tem caráter universal, pois se dirige contra um mundo perfeito e acabado. O método grotesco desestrutura e regenera. Um ótimo lugar para este processo, sem dúvida, é a linguagem. O grotesco desestrutura a língua ‘idealizada’ e regenera uma língua familiar, ‘proibida’, do ponto de vista da norma, do correto, da perfeição e da essência.

Minicíssimo salário, minimozinho, salários mais que mínimos são verdadeiros ‘palavrões’ que criam para o enunciador toda uma atmosfera de liberdade, que ele tanto almeja. Ao mesmo tempo, as expressões populares veiculadas pelos textos de LM (*ter uma parafuzo a menos, farinha do mesmo saco, pão e circo*) contribuem também para a constituição e manutenção desse ‘lugar de liberdade’.

Segundo Bakhtin (1992: 46),

“A atividade estética começa quando estamos de volta a nós mesmos, quando estamos no nosso próprio lugar, quando damos forma e acabamento ao material recolhido mediante a nossa identificação com o outro...”

Nesta perspectiva, o estilo não seria apenas uma atividade estética. Seria também ética, por lidar com julgamentos de valor. O estilo, em princípio, é individual. Mas logo ele passa a ser socializado e pode constituir um gênero (Bakhtin, 1992). A relação é, de fato, extremamente dialética.

O estilo individual nasce dos estilos sociais, que são, em princípio, reflexos de visões de mundo individuais, tipos humanos, conforme Bakhtin (id. Ibid.).

Para Bakhtin, o estilo reflete uma visão de mundo de um sujeito particular. Uma argumentação pode refletir também uma certa visão de mundo particular. Textos que se pautam por uma argumentação do tipo demonstrativa têm a intenção de passarem como a própria demonstração dos fatos. Procuram-se eximir todas as possíveis conjecturas que eventualmente o texto possa carregar. Tenta-se destituí-lo de sua natureza social e histórica. Trata-se de uma forma de ver o mundo e o modo de relação entre o mundo e o homem. A argumentação demonstrativa reflete uma concepção desta relação, cujo princípio motor talvez seja a valorização da verdade, a busca do conhecimento supostamente verdadeiro.

Definitivamente, LM não opta por uma argumentação do tipo demonstrativa. Sua forma de argumentar é de natureza efetivamente dialógica. O papel de sua argumentação é antes persuadir do que convencer. Daí as estratégias do Humor, da Ironia, do Sarcasmo, do *Nonsense*. Estes processos semânticos e argumentativos (pragmáticos) colocam o ouvinte em um contexto de ação, não de contemplação passiva, aceitação de verdades demonstradas.

A linguagem, assim, constitui-se precisamente como lugar de ação e não só de contemplação. O sujeito pode agir na linguagem e não apenas contemplá-la como um objeto perfeito e acabado, pronto para ser usado da melhor maneira possível. Agindo linguisticamente, atuando discursivamente, o sujeito convoca o outro, provocando nele uma reação. LM parece ter encontrado na linguagem um modo de agir a favor de um Outro, sem salários e sem escolhas. É na linguagem que o sujeito procura um meio de (d)enunciar a condição grotesca deste Outro. A linguagem, ao mesmo tempo, (d)enuncia esta situação e tenta regenerá-la através da própria linguagem. É na voz de LM, enunciada no texto, que este Outro encontra sua própria voz.

O *topos* Salário, em especial, pareceu fornecer à LM um lugar bastante apropriado para ela trabalhar com o Humor. Com a construção de *minicíssimo salário*, *salário minimozinho*, *salários mais que mínimos*, LM argumenta a favor da ridicularização do tema. É neste sentido que é possível estender o argumento apresentado por Mayrink-Sabinson (id.), segundo o qual haveria uma tendência de LM para o Humor. O Humor é um lugar discursivo que este sujeito encontra para desenvolver sua subjetividade. É muito importante o sujeito se encontrar na linguagem. E este é o papel da subjetividade: fazer com que o sujeito se encontre no seu texto/discurso e, conseqüentemente, na sua argumentação ou na sua narração. O sujeito deve constituir uma linguagem constituindo-se com ela, sobre ela e através dela.

LM encontra no tema Salário, ao mesmo tempo, dois lugares discursivos que servem a ela como espaços de individuação: o *nonsense* e o grotesco. A expressão *minicíssimo salário* indicia tanto um quanto outro. O superlativo eleva o adjetivo a um grau máximo, a um grau absurdo, sem sentido. Ao mesmo tempo, ao atingir o ápice de sua adjetivação, o objeto do discurso, no caso Salário Mínimo, é rebaixado a um nível também máximo, absurdo, grotescamente sem sentido. Salário Mínimo é uma metáfora do povo e o representa grotescamente. É o lugar do absurdo, do nonsense. Ao mesmo tempo, é o lugar do grotesco porque opera justamente na desumanização do homem.

E LM parece se encontrar nos efeitos de sentido que dialogam com este humor grotesco, categoria estética que reflete profundamente um *ethos* popular: a natureza inacabada do homem e de sua relação com o universo.

CONCLUSÃO

Segundo Geraldí (1995), a linguagem constitui o próprio espaço para o trabalho do sujeito, dadas certas condições sociais e históricas específicas. No espaço da linguagem, um lugar de interlocução por excelência, sujeitos e linguagens se constituem através do trabalho que exercem uns em relação aos outros. O trabalho (ao mesmo tempo social e individual) é, assim, ponto de partida, princípio de base já que, somente através dele, há sujeitos, há linguagens e há histórias. Por sua vez, o sujeito é um articulador de textos, discursos e linguagens, o que o coloca numa posição fortemente ativa e atuante, nada comparável à concepção proposta por certa corrente da análise do discurso. Ao contrário da visão discursiva fundada em Pêcheux, a linguagem não seria um lugar de assujeitamento dos sujeitos, mas efetivamente o lugar da constituição da subjetividade, necessariamente em relação com uma alteridade também em constituição.

Em Bakhtin (1992), toda enunciação, todo trabalho na linguagem para se produzir um conjunto de enunciados é motivado por um *projeto de dizer*, que tem por princípio um determinado *querer dizer* do locutor. Obviamente, tanto um quanto outro têm fundamentos dialógicos.

Este princípio, *o querer-dizer do locutor*, pode ser a base para a emergência de um processo de *preferencialidade*, início mesmo de um processo de constituição estilística. O estilo individual, entendido como fruto do trabalho de escolhas do sujeito na linguagem, teria sua gênese no *querer dizer* do locutor, elemento motivador de um *projeto de dizer* que, em termos concretos, resultaria em um texto. Por sua vez, o trabalho estilístico individual do sujeito, dentro da perspectiva bakhtiniana, depende *a priori* do trabalho com os gêneros do discurso – formas relativamente estáveis de enunciados concretamente produzidos em determinadas esferas da comunicação verbal (id.). Na verdade, o gênero

discursivo seria o ponto de partida para o desenvolvimento do estilo individual, havendo mesmo gêneros menos produtivos neste sentido (Fiad, 1997).

Entendendo-se o gênero do discurso como um representante, reflexo do aparato social, é fácil concluir que o estilo individual nasce verdadeiramente do estilo social presente nos gêneros discursivos. O gênero é uma depositário do trabalho coletivo com a linguagem.

Com base em um quadro teórico em que a interação social é fundamental na relação sujeito-linguagem, o conceito de Gênero do discurso entende toda ação do sujeito dirigida a um Outro-interlocutor, dentro de um processo dialógico.

Em termos argumentativos, dentro da visão perelmaniana, o Outro se assemelha ao Auditório, a quem o discurso do sujeito (orador) se dirige (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996; Perelman, 1997). Neste sentido, o outro, tal qual o auditório, é historicamente situado, e não intemporal. Enquanto elemento histórico, temporal, o outro está sujeito a mudanças, a movimentos. No discurso que se pretende demonstrativo, o outro é imóvel, estático. Ele figura como elemento plenamente constituído, desde que as formalizações efetuadas estejam racionalmente corretas. No caso da argumentação, orador e auditório tentam um acordo e para isto é preciso o diálogo. No diálogo entram em cena todo tipo de conjectura. O auditório está vivo. Ele vivencia, experimenta, aprova, desaprova, julga.

Na demonstração racionalista, o outro, para o eu, é praticamente inexistente (Romualdo, 1999:164), o que se verifica através da atenção dada pelo sujeito ao sistema formal sobre o qual ele se debruça para tentar construir verdades inabaláveis. Porém, na argumentação, presente na vida cotidiana o tempo todo, o outro é sempre inacabado, incompleto. Tentando aproximar Bakhtin e Perelman, dir-se-ia que o auditório, como a própria história dos sujeitos e da linguagem, não pode ser dado como inabalável, “morto e enterrado”. As condições psíquicas e sociais envolvidas estão à mercê da história, dos discursos, de outros sujeitos, de provas, de valores. A mobilidade acompanha, a todo o tempo, o

auditório. O jogo argumentativo parece não acabar nunca. Ao ser reiniciado, o jogo exige sempre novas ações discursivas com base na nova situação comunicativa constituída.

Em “Discurso na vida e discurso na poesia”, Bakhtin compara o enunciado concreto ao entimema, afirmando que eles se assemelham devido à possibilidade, em ambos, de retomada, do discurso, em um, e do argumento, em outro.

O entimema representa o contingente, o plural, o espaço do discutível, da diversidade de opiniões e principalmente da retomada de raciocínios.

O entimema permite um prolongamento da argumentação a direções tão variadas quanto possível. As questões fundadas em entimemas, não se fecham, de fato. Por mais fechadas que possam parecer, é realmente possível encontrar uma abertura tal que se possa retomar o fio condutor da argumentação e tecer outros raciocínios.

Os esquemas argumentativos baseados em entimemas são frágeis, por mais que pareçam impenetráveis ou inquebrantáveis, à vista comum. É impossível, usando tais esquemas, dizer a última palavra sobre dado tema. Há sempre a eminência da réplica, da (re)tomada da palavra.

É dentro desta perspectiva que Bakhtin compara o enunciado concreto ao entimema. A fronteira de um assemelha-se à fronteira do outro: a possibilidade da “tomada de turno”, da “passagem da palavra”. São elas que vão se constituindo em cadeia, redes de pensamento, de discurso, de enunciados; e que compõem uma história.

Assim como o auditório perelmaniano, o outro dialógico bakhtiniano não exerce apenas um papel figurativo no “drama existencial” do sujeito. Ao contrário, seu papel é mesmo fundamental. Ele é indispensável, porque é a medida do eu, seu limite; suas fronteiras se encontram no outro com o qual dialoga numa determinada situação de comunicação. O *querer-dizer* do locutor é construído a partir deste Outro.

Mas não se deve tomar este outro como o mesmo sempre. Ele é outro sempre que se instaura uma nova cena enunciativa. Ao mesmo tempo, carrega traços dos outros constituintes do eu. O outro não está pronto e acabado; ele é sempre conjectural; está sempre sendo reinventado.

Entende-se desta forma como se trabalhou nesta pesquisa com uma noção de sujeito que não tem condições de aspirar à equilíbrio [conforme o modelo psicogenético piagetiano, por exemplo]. O contexto psico-social em que o sujeito se encontra muda o tempo todo. Com isto, as formas de acordo intersubjetivo se alteram também a todo momento. Há sempre um por-vir. Há sempre um horizonte de expectativas. Há desejos, intenções, paixões. Não há como apagar as histórias, os ditos e não ditos, os julgamentos de valor, os sujeitos envolvidos. Não há como “esquecer” que por trás do discurso (que pode mesmo estar pleiteando o lugar de demonstrativo) há um sujeito historicamente situado e que, por trás deste sujeito, há outro e outros – formando uma corrente que é a própria história da sociedade.

Trabalhar com o Humor, tentar construir um efeito de sentido cômico, jocoso, risível, só tem razão, realmente, na instância do Outro, a quem o Eu quer provocar ou transformar. O Humor parece surgir no discurso de LM como um outro que a coloca em condições de exercer sua subjetividade.

No âmbito do Humor, LM trabalha um conjunto de *topos* cômicos: a traição, o Brasil, o Salário-Mínimo, tratando-os com Ironia, Sarcasmo, Subversões.

Onde, efetivamente, estes *topoi* encontram sua origem? Com quem eles dialogam?

Traições, salários, desigualdades podem ser considerados temas populares. O povo, por sua vez, parece sempre ter que rir de sua própria condição humana para seguir em frente, sobreviver, ou melhor, subviver. Por isso, faz piada de si mesmo e ri de suas próprias desgraças. Vive num país em que a história é carnalizada. As verdadeiras histórias não são contadas e o povo cresce num mundo de fantasias: o descobrimento em 1500, a Independência, o dia do Fico!, a proclamação da República. Recebe um salário absurdo, ridículo, inacreditável que o deixa sem escolhas, sem direitos, sem nada.

O povo vive, portanto, em um mundo (ou seria melhor universo?) completamente imperfeito e inacabado. Sua história é avessa às histórias oficiais. O povo vive o riso em sua comédia diária. Mas vive também a dor em uma divina tragédia. Outrossim, o povo vive o grotesco. É no grotesco que ele encontra sua identidade, carnavalizando o mundo ao seu redor. Uma partida de futebol é exemplar, neste sentido. Ali, o torcedor parece se encontrar no direito de xingar a autoridade suprema do jogo: o juiz.

No espaço popular, os fatos e elementos históricos oficiais são colocados à prova e julgados grotescamente. Há um comentário que tem se difundido popularmente, por exemplo, segundo o qual, no suposto ato de independência do Brasil, D. Pedro I estaria com diarreia e teria parado às margens do Ipiranga por este motivo, e o tal grito de independência teria aqui outro sentido. Os programas humorísticos populares não cansam de fazer piadas com autoridades políticas atuais, colocando-as em situações embaraçosas ou caricaturando-as de modos bastante cômicos. Tal parece ser o caso de certa autoridade caracterizada como muito vaidosa e viajante.

O discurso popular é subversivo, por isso talvez seja um dos mais controlados – pelas diversas formas de coersão, como as apontadas por Foucault (1979). LM, em seus textos, faz emergir esse discurso popular, como Rabelais. Se nas narrativas, são expostas personagens populares, vivendo dramas e comédias cotidianas, nas dissertações um *topos* comum é o do ‘Pão e Circo’. LM analisa o quadro sócio-político do Brasil como uma grande farsa, cuidadosamente montada para ludibriar o povo. Histórias são contadas, discursos são passados e repassados, tornando-se sempre presentes, e o povo permanece como mero expectador, como se assistisse a tudo pela televisão.

LM avalia então que esse quadro é ridículo e precisa ser desvelado, desmascarado: moderados, conservadores, exaltados, liberais, tudo farinha do mesmo saco; “Essa gerrinha que não houve foi chamada de ‘A guerra que não houve’”; Tiradentes foi incriminado por ser mulato e pobre; Pedro

Álvares Cabral era mero subalterno; o salário não é mínimo, é minicíssimo; e o pão já não existe mais. Assim, o circo deveria ser desmontado e os ‘truques’ de seus ‘mágicos’ deveriam ser revelados.

É neste sentido que o trabalho textual de LM pode ser visto como singular. Ainda que a possibilidade de crítica política e social, de sarcasmo, de sátira e de ironia sejam propriedades da coletividade, ou seja, a análise e avaliação do quadro social e político brasileiro não cabe a um indivíduo somente, ainda assim, este indivíduo tem a possibilidade de escolher o modo com que expressará sua avaliação. E é justamente este modo que singulariza o discurso de LM. O modo com que trabalha com elementos populares, com situações, temas, personagens, *topoi* populares. E como articula tudo isso em seus textos à sua maneira, isto é, transparecendo sua visão-de-mundo.

Dentro do humor trabalhado por LM, o tom jocoso, troçador, debochado, encarnado pelos enunciadores irônicos veiculados em seus enunciados, sempre foi marcante em seus textos. Esta característica reflete uma visão de mundo do sujeito. Conforme Bakhtin, a visão de mundo é que funda o estilo individual, que poderá mesmo se tornar funcional, social, genérico.

Mas que visão de mundo é esta de LM, representada por vários enunciadores ao longo de sua produção textual escrita?

Retomando os aspectos mais importantes que constituiriam o estilo deste sujeito, podem ser elencados, entre outros, os seguintes pontos: o interesse por temas ligados ao seu cotidiano; o gosto por personagens comuns do dia-a-dia e por situações banais, no interior das quais podem acontecer os fatos mais inesperados, cômicos ou trágicos; vontade de tratar de fatos profundamente humanos, os quais muitas vezes beiram o grotesco, o que há de mais risível no próprio ser humano, seus aspectos contraditórios, cômicos, *nonsense*.

Tomando como exemplo os ensaios dissertativos de LM, parece haver um desejo do sujeito de expôr ao ridículo certos aspectos do objeto temático Brasil. Mas isso não pode ser exatamente

associado ao estilo individual desse sujeito. O que há de fato de individual é a forma como ele articula suas referências, suas bases sobre as quais ele constrói todo seu universo discursivo.

O humor grotesco, assim, instaura diversas perspectivas para o sujeito (locutor): a comicidade como lugar do humano; a subversão da ordem como princípio ideológico; o *nonsense* como regra.

Como questão final deste trabalho, e, ao mesmo tempo, inicial para tantos outros que estarão por vir, no devir da corrente da vida, considerar-se-á que o sujeito estabelece um diálogo, no sentido bakhtiniano do termo, com um Outro que seria *um certo mundo perfeito e acabado*. O estilo estaria fundado nesta relação dialógica, apresentando um tom cômico geral. O Humor surgiria como o lugar em que este Outro é destronado deste universo de perfeição e acabamento e encontra o *nonsense*, o ridículo, o irônico, o inesperado, o irracional, a dor e o riso como partes do mesmo *todo*: a vida cotidiana comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abaurre, M. B. M., *Os estudos lingüísticos e a aquisição da escrita*. In: Castro, M. F. P. (org.). O método e o dado no estudo da linguagem. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- _____. *Indícios das primeiras operações de reelaboração nos textos infantis*. In: Estudos Lingüísticos XXIII, Anais de Seminário do GEL, v.1. S.P.: USP. Pp. 367-372, 1994.
- _____. *Explorando os limites da sistematicidade: indícios da emergência de traços estilísticos na escrita infantil*. In: Estudos Lingüísticos XXII, Anais de Seminário do GEL, v. 1. Ribeirão Preto: Instituição Moura Lacerda. Pp. 196-201, 1993.
- _____. *Horizontes e limites de um programa de investigação em aquisição da escrita*. A sair em: Aquisição da linguagem: questões e análises. R. Lamprecht (org.). [1999]
- _____., Fiad, R. S. , Mayrink-Sabinson, M. L. T. Cenas de Aquisição de Escrita: o sujeito e trabalho com o texto. Campinas, SP: Associação de Leitura do Brasil (ALB): Mercado de Letras, 1997. (Coleção Leituras no Brasil)
- _____.; Fiad, R. S; Mayrink-Sabinson, M. L. T. & Gerald, J. W. *Considerações sobre a utilização de um paradigma indiciário na análise de episódios de refacção textual*. In: Trabalhos em Lingüística Aplicada, (25): 5-23, jan/jun. Campinas: IEL/UNICAMP, 1995.
- Aristóteles. Arte retórica e arte poética. Rio de Janeiro: Teconoprint, 1969.
- Auerbach, E. Mimesis. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.
- Austin, J. L. Quando dizer é fazer: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- Bakhtin, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Editora Hucitec, 1992. [1929].
- _____. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992. [ed. Francesa: 1974].
- _____. A cultura popular na Idade Méida e no Renascimento: contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec; Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1987.
- _____. Problemas da poética de Dostoievski. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- Bakhtin/Voloshinov [1927] Discurso na vida e discurso na arte (tradução de Cristóvão Tezzo, para uso didático). “Discours in life and discours in art (concerning sociological poetics” In: Freudianism – A marxist critic, New York, Academic Press, 1976.
- Bally, C. Traite de stylistique française. Paris: C. Klincksick, 1951.
- Barros, M. L. de C. “O processo de individuação na linguagem: caminhos e descaminhos”. (tese de doutorado). Campinas: IEL/UNICAMP, 1998.
- Benveniste, E. Problemas de lingüística geral I. Campinas, SP: Pontes: Editora da Unicamp, 1988.
- _____. Problemas de lingüística geral II. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- Brandão, H. N. M. Introdução á análise do discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- Brassard, D. G. *Le développement des capacités discursives chez l'enfant de 8 ans à 12 ans. Le discours argumentatif écrit (étude didactique)*. Revue Français de Pédagogie, 90, 31-41, 1990.
- Bronckart, J. –P. *Interactions, discours et significations*, Langue Française, 74, 29-50, 1987.
- Bronckart, J. –P. *La transposition didactique: Histoire et perspectives d'une problématique fondatrice*. Pratiques, março/1998.
- _____. Atividade de linguagem, textos e discursos. São Paulo: EDUC, 1999.
- Bühler, K. Teoria del lenguaje. Madrid: Revista de Occidente, 1967.
- Câmara Jr., J. Mattoso. Ensaio Machadianos. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1962.

- Chartrand, S. *Modèle pour une didactique du discours argumentatif en classe de Français*. Université de Montréal, Faculté des Sciences de l'Éducation, 1994.
- Chauí, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.
- Dolz, J. e Pasquier, A. *Argumenter... pour convaincre: initiation aux textes argumentatifs*, Cahiers du service du français, 31, DIP, Genève, 1993.
- _____ e Bronckart, J. -P. *L'acquisition des discours: émergence d'une compétence ou apprentissage de capacités langagières?* Études de linguistique appliquée, 89, 23-37
- Ducrot, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- Eagleton, T. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- Eco, H. *As formas do conteúdo*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- Eco, U. e Sebeok, T. A. (org.) *O signo de três*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- Ferreiro, E. *Reflexões sobre alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____ *Com todas as letras*. São Paulo: Cortez, 1993.
- Ferreiro, E. e Teberosky, A. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- Fiad, R. S. *O professor escrevendo e ensinando a escrever*. Em: Contexto e Educação, 16. Ijuí: Universidade de Ijuí, 1989.
- _____ *Operações lingüísticas presentes na reescritura de textos*. Em: Revista Internacional de Língua Portuguesa, 4. Lisboa: AULP, 1991.
- _____ *Estilo e homogeneidade: análise de textos de universitários*. Em: Estudos Lingüísticos XXII, Anais de Seminários do Gel. Ribeirão Preto: Instituição Moura Lacerda. pp. 180-187, 1993.
- _____ e Mayrink-Sabinson, M. L. T. *A escrita como trabalho*. In: Martins, M. H. (org.). Questões de Linguagem. São Paulo: Contexto, 1991.
- Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- Franchi, C. *Criatividade e gramática*. In: Trabalhos em Lingüística Aplicada, (9): 5-45. Campinas: IEL/Unicamp, 1987.
- _____ *Linguagem - Atividade constitutiva*. In: Caderno de Estudos Lingüísticos, (25):. Campinas: IEL/UNICAMP, 1992.
- Frege, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix: Editora da USP, 1978.
- Garcia-Debanc, C. *Apprendre à justifier par écrit une réponse: analyses linguistiques et perspectives didactiques*. Pratiques, 84, Décembre 1994.
- Geraldi, J. W. (org.) *O texto na sala de aula (Leitura e Produção)*. Assoeste, Cascavel, PR, 1991 [1984].
- Geraldi, J. W. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- Gnerre, M. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- Golder, C. *Le développement des discours argumentatifs*. Paris: Delachaux et Niestlé, 1996.
- Ginzburg, C. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- Granger, G. G. *Filosofia do estilo*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- Henry, P. *A ferramenta imperfeita*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.
- Koch, I. G. V. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 1987.
- Kuhn, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- Mayrink-Sabinson, M. L. T. *O papel do interlocutor*. In: Abaurre et alii. Cenas de Aquisição de Escrita: o sujeito e trabalho com o texto. Campinas, SP: Associação de Leitura do Brasil (ALB): Mercado de Letras, 1997. (Coleção Leituras no Brasil)
- _____ *Indícios de individualidade na escrita inicial da criança*. In: Estudos Lingüísticos XXII, Anais de Seminário do GEL. Ribeirão Preto: Instituição Moura Lacerda. Pp. 188-195, 1993.

- _____. Traçando o papel de uma professora a partir de indícios do seu trabalho. Estudos Lingüísticos XXVII. Anais de Seminários do GEL/1997: São José do Rio Preto (SP), 1998.
- _____. Metodologias de Investigação em Alfabetização: um programa de investigação baseado no paradigma indiciário. (inédito). Campinas: IEL/UNICAMP, 1999.
- _____. Efeitos da leitura na produção escrita de LM. In: *Perspectiva* (Revista do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina), Vol. 20, nº 1 – jan/jun. de 2002.
- Maingueneau, D. Novas tendências em análise do discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- Martins, N. S. Introdução à estilística. São Paulo: Edusp, 1989.
- Monteiro, J. L. A estilística. São Paulo: Ática, 1991.
- Murry, J. M. El estilo literário. México, DF: Fondo de cultura econômica, 1966.
- Pêcheux, M. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.
- _____. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- Perelman, C. Retóricas. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- Piaget, J. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1967.
- Peirce, C. S. Escritos coligidos. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- Perelman, C. e Olbrechts-Tyteca, L. Tratado da Argumentação- A nova Retórica. (trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira). São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- Perroni, C. O que é o dado em aquisição da linguagem. In: Castro, M. F. P. (org.). O método e o dado no estudo da linguagem. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- Possenti, S. Estilo e aquisição da escrita. In: Estudos Lingüísticos XXII, Anais do Seminário do GEL. Ribeirão Preto: Instituição Moura Lacerda, pp. 202-204, 1993.
- _____. Discurso, Estilo e Subjetividade. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- _____. Indícios de autoria. In: *Perspectiva* (Revista do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina), Vol. 20, nº 1 – jan/jun. de 2002.
- _____. Os limites do discurso (Ensaio sobre discurso e sujeito). Curitiba, PR: Criar Edições, 2002.
- Russell, B. Significado e verdade. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- Scheneuwly, B. “Gêneros e tipos de texto: considerações psicológicas e ontogenéticas”. In: Y. Reuter (ed.). Les Interactions Lecture-Ecriture (Actes du Colloque Théodile-Crel).
- Scheneuwly, B. e Dolz, J. Genres et progression en expression orale et écrite. Eléments de réflexions à propos d’une expérience romande. Enjeux, 1996: 31-49. Tradução provisória de Roxane Rojo.
- Searle Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem. Coimbra: Almedina, 1981.
- Spitzer, L. Lingüística y história literária. Madrid: Gredos, 1974 [1948].
- Vidon, L. N. “Individualidade e escolarização: estilos em conflito (análise de dados singulares)”. [Dissertação de Mestrado]. Campinas: IEL/UNICAMP, 1999.
- _____. O eu e o outro na constituição do estilo. In: *Revista Sínteses*, vol. V. Campinas, SP: 2000.
- Vygotsky, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- Vogt, C. Linguagem, Pragmática e Ideologia. São Paulo: Hucitec, 1980.
- Vossler, K. Filosofia del language: ensayos. Buenos Aires: Losada, 1943.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE